

# Princípios

REVISTA AMERICANA, POLÍTICA E ECONOMIA

30 anos da vitória  
vietnamita sobre os EUA

## CAPITALISMO HOJE:

Exuberância irracional,  
especulação, desemprego e guerra.  
O que mais ele tem a oferecer?

Luiz Gonzaga Belluzzo  
Renato Rabelo  
A. Sérgio Barroso  
José Carlos Ruy

Marcos Antonio Macedo Cintra  
Patrick Theuret  
Ricardo Moreno  
Wadi `h Hallabi



# Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre



Investimentos Potenciais  
Acre e Região

[www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)

# Uma hidra a ser vencida

**D**esde o fim da União Soviética, as forças avançadas do mundo com o intuito de instaurar – via um acúmulo progressivo de forças –, um novo ciclo de luta pelo socialismo empreendem um conjunto de lutas políticas e esforços teóricos. Evolutivamente este movimento se robustece, embora num quadro histórico de defensiva estratégica das forças revolucionárias – devido à dimensão histórica da derrota socialista no leste da Europa em 1989 e na URSS em 1991.

Entre as tarefas que, no presente, apresentam-se ao movimento transformador como condições indispensáveis a seu fortalecimento, destaca-se a necessidade de um denso domínio teórico e político do capitalismo contemporâneo.

Tal necessidade se impõe pelo fato de esta *nova* luta pelo socialismo, aliás, bem distinta da que eclodiu em toda primeira metade do século XX, engendrar-se, objetivamente, da expansão, da crise e dos paradoxos do sistema capitalista atual.

“A burguesia, durante seu domínio de classe, de apenas cem anos, criou forças produtivas mais poderosas e colossais do que as gerações passadas em conjunto”. Dizem Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, publicado, em 1848. Contudo, em linhas adiante, no mesmo *Manifesto*, os criadores do socialismo científico afirmam: “Há mais de uma década a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e de seu domínio”.

Sublinhe-se, pois que já se passaram 157 anos que a economia política marxista, corretamente, diagnosticara que depois de representar um avanço da humanidade em todas as dimensões, o capitalismo – a exemplo do que fora o feudalismo – havia se transformado num estorvo ao avanço das forças produtivas e às relações sociais de produção.

Contudo, o capitalismo tem se revelado um “estorvo” mutante e persistente. Já percorreu mais de 300 anos e apesar de uma sistêmica e crônica crise que o acomete e do impacto provocado por revoluções proletárias, segue seu itinerário deixando um rastro de criação, destruição e concentração cada vez maior de riqueza.

Esta edição de *Princípios* revela traços e feições singulares desse capitalismo contemporâneo. Como se poderá ler, ele atingiu o cume do parasitismo, da financeirização, da concentração de riqueza e de poder. Segundo estatísticas, depósitos bancários, títulos de dívida pública e privada e ações cresceram de US\$ 12 trilhões em 1980, o equivalente a 109% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, para US\$ 118 trilhões em 2003, mais de três vezes o PIB mundial.

Um capitalismo “de exuberância irracional” que se expande excluindo e depreciando a força de trabalho. Um capitalismo cujos impérios impõem sua hegemonia pela guerra e por um sofisticado aparato de dominação ideológica. Um capitalismo que exarceba o individualismo, embora crie mecanismos de exclusão que impedem o indivíduo de tornar realidade suas aspirações mais elementares.

Pelo exposto pode-se ver por que se afirma que o capitalismo encontra-se superado historicamente. Embora mutante, é sim um estorvo ao progresso da humanidade. Contudo, sua própria longevidade indica que sua superação não se dará por morte natural.

Sua superação depende de um fortalecimento ascendente do movimento transformador. E entre os fatores para obtenção desse fortalecimento é imperativo que ele conheça mais e melhor a “hidra” que na aparência se apresenta invencível.

Os Editores



O capitalismo contemporâneo e suas crises – um decálogo  
A. Sérgio Barroso..... **6**

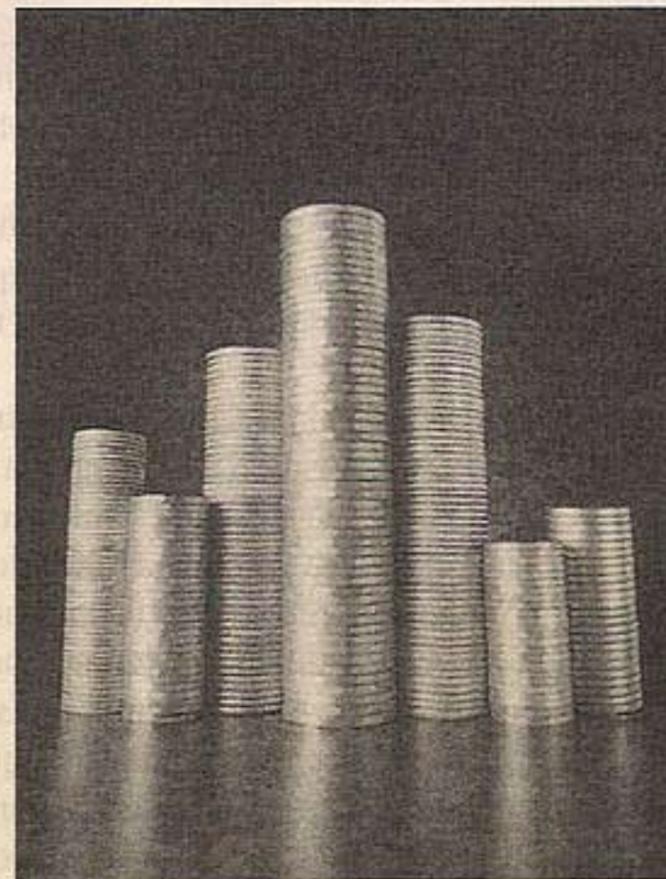
O regime do capital e o desenvolvimento capitalista  
Luiz Gonzaga de M. Belluzzo..... **12**

A formação do capitalismo: uma introdução  
Ricardo Moreno..... **18**

Tendências da globalização financeira: a extraordinária liquidez global  
Marcos Antonio Macedo Cintra..... **23**

Alta do petróleo e guerra imperialista  
Wadi`h Hallabi..... **30**

Sob o signo de Narciso  
José Carlos Ruy..... **32**

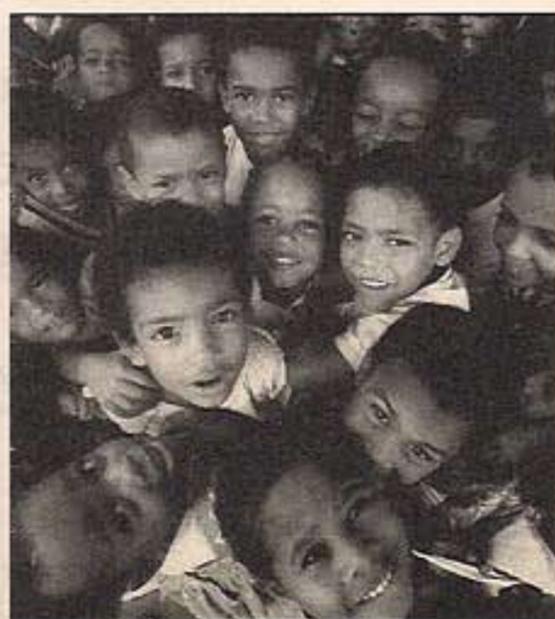


A luta pelo socialismo num novo tempo  
Renato Rabelo..... **38**

INTERNACIONAL

**A guerra contra os EUA  
pela salvação nacional**  
Vo Nguyen Giap..... **44**

**China-EUA: o choque  
do século XXI**  
Patrick Theuret..... **52**



BRASIL

**“Os reais compromissos de FHC são  
com os credores financeiros”**  
Entrevista com Sérgio Miranda..... **60**

QUESTÃO ANTI-RACISMO

**Contribuições da biologia à luta  
contra o racismo**  
Verônica Bercht..... **64**

HISTÓRIA

**Vinte anos de formação sindical  
classista**  
Augusto César Petta e Paulo  
Camargo Cruz..... **69**

**Os 80 anos de *A Classe Operária***  
Apolinário Rebelo..... **72**

TEORIA

**Sobre ética e valores**  
Olívia Rangel Joffily..... **76**

RESENHAS **80**

Capa: Flávio Nigro

# O capitalismo contemporâneo e suas crises

## – um decálogo

A financeirização capitalista promove furiosa valorização e desvalorização de capital e trabalho; especulação e desemprego são suas aberrações ontológicas

A. Sérgio Barroso

Bolsa de Nova York.



Arquivo

**1** Os impasses e as perspectivas do capitalismo contemporâneo têm como epicentro a emergência da crise dos anos 70 do século recém-findo. Evoluíram como expressões concretas da globalização neoliberal – regressão profunda frente ao atípico período dos “anos dourados” –, cuja engrenagem absolutiza tendencialmente a *dominância financeira*. Entrementes, a “financeirização” da riqueza capitalista é uma categoria lógico-histórica concreta. Diz respeito às condições específicas de configuração da dinâmica sistêmica recente do capital; e da apreensão da materialidade dialética desse novo. Trata-se de um padrão de fabricação de riqueza afiançado pela plutocracia dos Estados do capi-

talismo central, que se generaliza. Onde se entroniza a ilusão de um regresso à utopia do capitalismo liberal, na era da ditadura do “supermonopólio” das finanças, que se move a perseguir fusões e aquisições para centralizar massas gigantescas de capital. Fenômenos amplificados com a desestruturação geopolítica (e ideológica) da configuração sistêmica mundial bipolar, a partir de 1989-91 – o colapso dos países socialistas do Leste europeu e da URSS (o “socialismo real”). (BARROSO, 2003).

**2.** Resguardado o brilho fundacional e prospectivo de *O imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916), seria reducionismo teórico enquadrar a “financeirização” (conceitualmente) mimetizando observações insuperáveis de Lênin (ou as de J. Hobson, e de R. Hilferding) sobre o capital financeiro e a formação da “oligarquia financeira”. Hoje há um *padrão determinado de gestão institucional* da riqueza financeirizada, bem distinto da dinâmica do imperialismo do início do século XX. Agora, a canalização do enorme paroxismo do capital financeiro forja e reproduz constantemente *novos circuitos da valorização do valor*, originariamente produzidos no “chão da fábrica”. Do ponto de vista categorial, entretanto, não nos convence asseverar estarmos diante de uma “configuração particular do imperialismo” como argumenta CHESNAIS (1998), porque daí se deduz que, sendo irreduzível, a “globalização financeira” seria irreversível. E, não obstante a clássica análise de Marx acerca do capital financeiro como portador de juros e a valorização via D-D’, em sua gênese, os novos fenômenos advindos com a “financeirização” obedeceram a um “programa” imposto pela conduta imperial norte-americana, compreendendo o fim do padrão ouro-dólar (1971), a flutuação das taxas de câmbio (1973) e a elevação dramática das taxas de juros pelos EUA (1979 e 1981). Nesse sentido há sim políticas correspondentes a uma doutrina baseada na ideologia do

*Os mercados financeiros passaram a ter como protagonistas relevantes os grandes bancos, os fundos mútuos, os fundos de pensão e a tesouraria de empresas, ampliando sua riqueza financeira.*

liberalismo: nuclearmente a liberalização e a desregulamentação financeiras.

**3.** Esse padrão sistêmico de riqueza expande-se a partir dos EUA (FARHI e CINTRA, 2003), sendo dele constitutivos: a) a mudança de natureza do sistema monetário-financeiro com declínio da moeda e dos depósitos bancários enquanto bases de financiamento, e sua substituição por ativos que geram juros; b) a securitização (modalidade financeira flexível de negociação de títulos), interconectando os mercados creditício e de capitais; c) a tendência de formação dos conglomerados de serviços financeiros; d) a intensificação e a amplificação da concorrência financeira; e) a ampliação das funções financeiras nas corporações produtivas; f) mais transnacionalização de bancos e empresas; g) a variabilidade interdependente das taxas de juros; h) o déficit público financeiro tornado endógeno; i) o Banco Central orientado para o mercado; j) a permanência do dólar como moeda estratégica mundial (BRAGA, 1997; 2000). Os mercados financeiros passaram a ter como protagonistas relevantes os grandes bancos, os fundos mútuos, os fundos de pensão e a tesouraria de empresas, ampliando sua riqueza financeira em seu portfólio (carteira de títulos).

**4.** Contudo, a preponderância das finanças nessa dinâmica do modo capitalista de produzir não pode eludir o fenômeno subjacente que atravessa os processos de crise-recuperação, ou de instabilidade-expansão-instabilidade, dos últimos 30 anos, aproximadamente. Com efeito, comparativamente ao período posterior à II Guerra Mundial, o capitalismo central teria passado de uma fase de “boom” a um “longo declínio” (BRENNER, 2003). Declínio que teria como traços centrais o excesso de capacidade (superacumulação de capital), especialmente no setor manufatureiro, pela queda nas taxas de lucro, além de taxas de crescimento econômico em descenso.

O dinamismo econômico em declínio (var. média percentual anual)

5. Ocorre que, se as taxas de crescimento econômico médio nos países do G-7 foram de 3,6% (1970-79), caindo para 2,8% entre 1980-89 (PLIHON, 1996), chamamos a atenção para o fato de que, imediatamente após a crise e a recessão mundial (1981-83), seguiu-se uma recuperação do crescimento econômico nos principais países capitalistas. Nos EUA, Japão e Alemanha, entre 1984 a 1989, as taxas de variação real PNB/PIB, foram respectivamente de: 6,8%, 3,4%, 2,8%, 3,4%, 3,9%, 3,0% (EUA); 5,1%, 4,9%, 2,5%, 4,5%, 5,7%, 4,9% (Japão); 3,3%, 1,8%, 2,3%, 1,8%, 3,4%, 2,7% (Alemanha) (TAVARES, 1993). Assim, após os períodos de recessão indicados verifica-se que foram relativamente elevadas as taxas de crescimento econômico no período indicado, especialmente nos EUA e no Japão. Aliás, BRENNER localiza os seguintes principais fatores da recuperação norte-americana entre os anos 70 e os meados dos 90, conseqüentemente buscando as razões do seu dinamismo: (i) as freqüentes desvalorizações do dólar frente ao marco e ao ien; (ii) um brutal arrocho salarial; (iii) certa racionalização e revitalização da indústria manufatureira (2003, idem).

6. As pesquisas de MACEDO E SILVA (2004), que examinam criteriosamente longos períodos pós-recessão, nos EUA, no que tange ao comportamento da produção industrial, dos investimentos e do emprego não-agrícola, parecem, em certo sentido, corroborar as análises de BRENNER. Dissemos em

certo sentido em função de este estudo reiterar dois elementos conclusivos da teoria marxista: a) a recuperação econômica pós-crise, sistemática e estruturalmente; b) a tendência a dificuldades crescentes para a manutenção dos níveis anteriores da produção industrial, incorrendo em menores taxas de investimento e de não-recuperação dos índices de emprego urbano. Desse modo, ao falarmos de crise do capitalismo devemos compreendê-la hoje para além de como (superficialmente) a interpretávamos no passado recente; e sempre levando em conta a idéia marxiana pioneira sobre ciclo, tendências e contratendências na dinâmica capitalista, assim sintetizada:

*“As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito”* (MARX, 1974).

7. Se as crises econômicas capitalistas manifestavam-se notadamente como de superacumulação – expressão fenomênica *disruptiva* –, sobre a base da contradição estrutural do caráter social da produção X a apropriação privada individual, as crises que marcham ao lado da globalização neoliberal aparecem, *via de regra*, conduzidas pela *instabilidade recorrente* na esfera financeira – incidindo instantânea e devastadoramente na esfera produtiva. Noutras palavras, os traços marcantes atuais das crises expressam-se no vendaval da instabilidade macroeconômica (monetária, cambial e fiscal), vez que, decorrentes

**O dinamismo econômico em declínio**  
(Variação média percentual anual)

	1960/69	1969/79	1979/90	1990/95	1995/2000	1990/2000
<b>PIB</b>						
EUA	4,6	3,3	2,9	2,4	4,1	3,2
JAPÃO	10,2	5,2	4,6	1,7	9,8	1,3
ALEMANHA	4,4	3,6	2,15	2,0	1,7	1,9
EURO-12	5,3	3,7	2,4	1,6	2,5	2,0
G-7	5,1	3,6	3,0	2,5	2,9	3,1

Fonte: BRENNER, R., 2003, p. 93, Tabela 1.10 (selecionado).

da “financeirização”, massas impressionantes de capital (também) fictício soçobram nos mercados financeiros, valorizando-se e desvalorizando-se furiosamente. Por exemplo: os valores de mercado das ações norte-americanas, sobretudo de alta tecnologia (telecomunicações, fibras óticas, internet, mídia, etc) passaram de US\$ 1,5 trilhão para US\$ 19,5 trilhões, entre 1980 e 1999; de março de 2000 a março de 2003, as ações sofreram uma desvalorização de mercado para US\$ 11,4 trilhões, portanto, uma “torra” de US\$ 8,1 trilhões; mas no final de 2004 o mercado acionário das grandes corporações norte-americanas tinha então atingido US\$ 15,8 trilhões (BRAGA E CINTRA, 2004). O fenômeno tem acompanhado as crises de grande intensidade que vêm abalando o sistema financeiro internacional, recorrentemente, do centro à periferia, atingindo maciçamente: EUA (1987), Japão (1989-90), EUA e Reino Unido (1991-92), México (1994), Ásia, Turquia, Rússia, Venezuela, Brasil (1997-98), Brasil (1999) e EUA, Europa e Japão (2001-2022). Irracionalidade especulativa e fictícia que marcha ao lado da ofensiva guerreira imperialista, comandada pelos EUA. Num quadro de expansão brutal da desestruturação social e das desigualdades.

**8.** Ou seja, a) dos 6 bilhões de habitantes do planeta, 2,8 bilhões sobrevive com menos de US\$ 2 por dia; 1,2 bilhão com menos de US\$ 1; b) junto aos considerados pobres (Banco Mundial; 2000-2001), mais 135 milhões de pessoas nos países da OCDE, os 29 mais industrializados (PNUD-ONU, 2001); c) o desemprego mundial atingiu 180 milhões de pessoas (2002), ou 6,5% da PEA (5,9% em 2000); mais o subemprego somaria 730 milhões (OIT, 1/2003); d) os países da OCDE gastaram em pesquisa e desenvolvimento (1998) US\$ 520 bilhões, soma superior ao do PIB dos 80 países mais pobres do mundo; e) a dívida externa de 24 países subdesenvolvidos – chamados de “mais globalizados”

*O desemprego  
incontrolável e  
crescente é o principal  
produto desse  
capitalismo  
financeirizado,  
completamente incapaz  
de solucionar suas  
deformações.*

pelo BM e FMI, incluindo Mali, Ruanda, Costa do Marfim, Haiti, Bangladesh, Nepal, Zimbábue, Nicarágua, República Dominicana e Paraguai – cresceu de US\$ 616 bilhões, para US\$1,110 trilhão entre 1990-98; f) o referido relatório do BM diz: “A renda média nos 20 países mais ricos é 37 vezes maior do que as das 20 nações mais pobres; diferença que duplicou nos últimos quarenta anos”; g) na OCDE, com 19% da população mundial, concederam-se (1998) 99% das novas patentes emitidas ao mesmo grupo de países que concentrava 80% dos usuários da internet, do mundo; enquanto 1/3 da população mundial não tem acesso aos serviços de eletricidade (PNUD, 2001). A África (12% da população mundial) prossegue sendo a região mais pobre também em infra-estrutura, com uma linha telefônica para cada 100 habitantes – menos, toda a região, do que as cidades de Manhattan ou Tóquio –, enquanto 80% não têm acesso à televisão; h) no informe sobre o desenvolvimento humano (PNUD, idem) acentuam-se as diferenças absolutas de renda *per capita*: mesmo na Ásia Oriental e do Pacífico (“região de mais rápido crescimento”), a diferença absoluta em relação aos países da OCDE (considerados de alta renda) foi ampliada, de cerca de US\$ 6.000 para mais de US\$ 13.000 (1998; preços em US\$ de 1985). (BARROSO, idem)

**9.** Abissais desigualdades econômicas e sociais sistêmicas do desenvolvimento capitalista que, a propósito, levaram a Ásia a alterar a arquitetura da divisão internacional do trabalho (MEDEIROS, 1997; TAVARES e BELLUZZO, 2004; TAVARES, 2005; BELLUZZO, 2005-a; 2005-b). Não só pelo formidável impulso desenvolvimentista chinês dos últimos 20 anos, cujo PIB (2003 e 2004) cresceu 9,3% e 9,5% - fenômeno inclusive a indicar turbulências geoeconômicas. Toda a Ásia cresceu a taxas de 8,1% e 8,2 nesses anos; a Índia alcançou 7,5% e 7,1%; mesmo o grupo ASEAN-4 (Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia) atingiu 5,4% e 5,8% (FMI,

2005). O que também impulsionou as taxas de crescimento da economia mundial para 4,0% e 5,1% (2003 e 2004), incluindo as do EUA em 3,0% e 4,4% no mesmo período (FMI, idem); tendo a América Latina e Caribe obtido índices de 1,7% e 5,7% (2003 e 2004), com uma elevação do crescimento da renda per capita de 0,3% para 4,2% (Banco Mundial, 2005); e o Brasil passando de 0,5% para 5,2% (FMI, idem). Tudo isso nos remete à recusa da tese de uma tendência inexorável à estagnação do capitalismo da época dos monopólios (STEINDL, 1986; BARAN & SWEEZY, 1978; FURTADO, 1966). Os destacados marxistas norte-americanos, por exemplo, chegaram a afirmar que, na medida em que na fase monopolista o excedente “não pode ser absorvido”, segue que “o estado normal da economia capitalista é a estagnação” (1978, p.113; grifo dos autores). Daí enfatizarmos que a dinâmica sistêmica do capitalismo contemporâneo implica em manifestações cíclicas de crescimento *stop and go*. Concretamente: há uma imensa mancha de crescimento sustentado exclusivamente no leste da Ásia – exceto o Japão e incluso a Índia, no sul. Porque mesmo o crescimento econômico dos EUA entre 1992-2000 – superpotência em decadência histórica, com desequilíbrios estruturais, dívidas e déficits cada vez maiores, “oficialmente” com 36 milhões de pobres, mais de 20% de suas crianças abaixo da linha de pobreza, com seus 2,5 milhões de presidiários, a grande maioria em idade produtiva –, de algo em torno de 4,0% médios, foi abruptamente interrompido por uma recessão, que combinou uma imensa “bolha” financeira (acionária) a uma superacumulação, particularmente oriundas das novas tecnologias – comemorava-se lá o fim dos ciclos econômicos!

**10.** Revolução técnico-científica que impulsiona as significativas alterações do capitalismo contemporâneo, salto do progresso técnico inclusive denominado por alguns estudiosos de Terceira Revolução Industrial. O que significa interpretar esse capitalismo sob o pressuposto teórico marxiano da Lei Geral da Acumulação capitalista (insaciável capacidade de acumular capital por acumular) – somente lhe restando o óbice da desvalorização e do descarte de sua própria base fundante de valorização: o proletariado –, estreitamente relacionadas

às crises. Ademais, como previa MARX, nos Grun- disse (1997), na medida em que

*“a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados, que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que, por sua vez – sua poderosa eficácia – não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência na produção. (...) O capital mesmo é a contradição em processo, que tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Diminui, pois, o tempo de trabalho na forma de tempo necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente”* (grifo nosso).

Finalmente, por um lado, fique explícito que o desemprego incontrolável e crescente é o principal produto desse capitalismo financeirizado, completamente incapaz de solucionar suas deformações ontológicas. Aliás, em documento recente da OIT, a economista Marva Corley assegura que, apesar do crescimento econômico em 2004, “vemos que não conseguimos traduzir isso em postos de trabalho”; para informar que o número de desempregados em 2004 era de 184,7 milhões, contra 185,2 milhões em 2003: “O crescimento econômico ainda não está gerando empregos”, arrematou. E, por outro, devemos também declarar que as transformações operadas nas bases materiais e técnicas desse capitalismo implicam, sim, em variadas mudanças no perfil de sua classe revolucionária. Proletariado esse que, sem embargo, passa a engrossar novas fileiras, especialmente a partir da ampliação dos novos circuitos de valorização produtiva em diversos setores dos serviços. E vai adquirindo novos “estalos” da consciência social avançada na reflexão histórica dos êxitos (cada vez mais visíveis) e vicissitudes da epopéia socialista; transpassando as vivências do progresso e da barbárie no limiar do século.

A. Sérgio Barroso é médico, doutorando em Economia Social e do Trabalho pela Unicamp e membro do Comitê Central do PCdoB.

### Referências bibliográficas

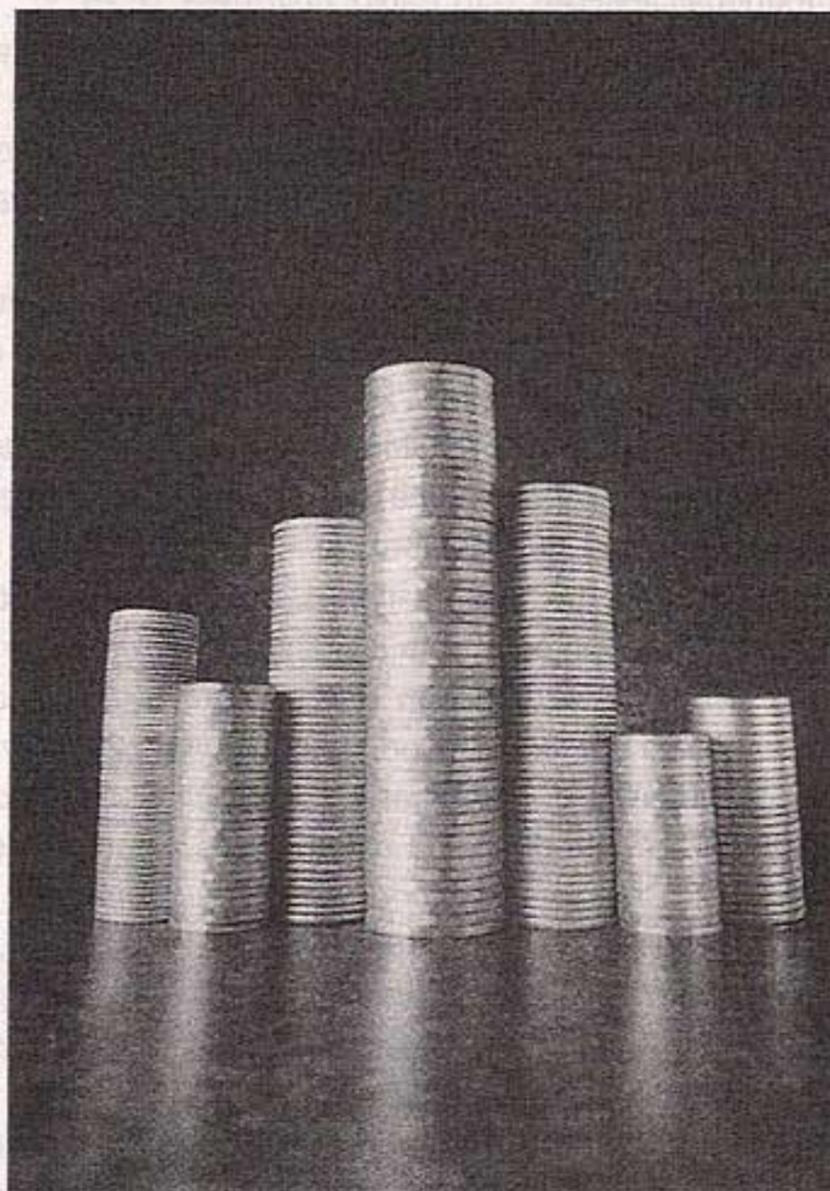
- BANCO MUNDIAL. "Expansão dos emergentes atingiu o pico em 2004", in: *Valor Econômico*, 7 de abril de 2005, p. A-15.
- BARAN, P e SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, 3ª edição.
- BARROSO, A. S. Rocha. *Capitalismo e crise contemporânea – a razão novamente oculta*, dissertação de Mestrado, Campinas, Instituto de Economia, 2003.
- BELLUZZO, L. G. De Mello. "China, economia de mercado?", *Folha de S. Paulo*, 8 de maio de 2005(a), p. B-2.
- \_\_\_\_\_. "Estrutura e conjuntura", *Carta Capital*, n. 339, 27 de abril de 2005(b).
- BRENNER, R. *O boom e a bolha. Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- BRAGA, J.C, de Souza. "Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo", in: *Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização*, Tavares, M.C e Fiori, J. L. (org.), Rio de Janeiro, Vozes, 1997, 2ª edição.
- \_\_\_\_\_. *Temporalidade da riqueza: teoria e dinâmica e financeirização do capitalismo*, Campinas, Unicamp/I.E., 2000.
- \_\_\_\_\_. e CINTRA, M.A. Macedo. "Finanças dolarizadas e capital financeiro: a exasperação sob comando americano", in: *O poder americano*, Fiori, J.L. (org.), Rio de Janeiro, Vozes, 2004.
- CHESNAIS, F. *A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira*, Novos Estudos/CEBRAP, São Paulo, nov. 1998, p. 25.
- FAHRI, M. & CINTRA, M. A. Macedo. "O crash de 2002: da 'exuberância irracional' à ganância infecciosa". *Revista de Economia Política*, jan. /mar 2003.
- FMI. *World Economic Outlook – chapter I: Economic and Policies*, abril 2005, in: [www.imf.org](http://www.imf.org)
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- MARX, K. *O Capital*, Livro III, v. 4, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 286.
- \_\_\_\_\_. *Elementos fundamentales para la critica de la economia política (Grundrisse) 1857-1858*, México, Siglo Veintiuno, v. 2, 1997, 13ª edição.
- MEDEIROS, C. A. "Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina", in: *Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização*, Tavares, M.C e Fiori, J. L. (org.), Rio de Janeiro, Vozes, 1997, 2ª edição.
- PLIHON, D. "Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira. (A responsabilidade das políticas liberais: um ponto de vista keynesiano)", *Economia e Sociedade*, n. 7, dez. Campinas I. E., 1996.
- SILVA, A. C. Macedo e. "Norte-americanos, chineses e a alegria do mundo", in: *boletim política econômica em foco*, Cecon, n. 4, maio/out. 2004 Unicamp I. E.
- STEINDL, J. *Maturidade e estagnação do capitalismo americano*, São Paulo, Nova Cultural, 1986. [Steindl, na Introdução da edição norte-americana de 1976 revê sua posição frente ao estagnacionismo].
- OIT. *Crescimento mundial não criou empregos equivalentes*, in: [www.finacenter.com.br](http://www.finacenter.com.br) (13/5/2005).
- TAVARES, M. C. E BELLUZZO, L.G. de Mello, "A mundialização do capital e a expansão do poder americano", in: *O poder americano*, Fiori, J.L. (org.), Rio de Janeiro, Vozes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Os desafios da reconstrução criadora*, entrevista a J. Guimarães, *Teoria e Debate*, São Paulo, Perseu Abramo, fev./mar 2005.
- \_\_\_\_\_. Ajuste e reestruturação nos países centrais, in: *Desajuste global e modernização conservadora*, Tavares, M. C. e Fiori, J. L., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

# *O regime do capital e o desenvolvimento capitalista*

**Nas últimas  
décadas, o capitalismo  
empreende  
um “retorno” ao  
império da acumulação  
monetária desimpedida.**

**Provisoriamente  
encapsuladas, as  
“forças do mercado”  
executam a vingança  
contra os que tentaram  
domesticá-las**

Luiz Gonzaga de M. Belluzzo



Arquivo

**D**epois da queda do Muro de Berlim, a teoria social predominante praticamente aboliu a palavra capitalismo de seu dicionário. É como se a vitória sobre o socialismo tivesse, num mesmo golpe, tornado inútil o conceito que designava o sistema triunfante. Trata-se de um estranho jogo dialético: o caráter histórico do capitalismo – afirmado por estudiosos mais autorizados como Marx, Weber, Fernand Braudel e Polanyi – é eternizado numa tosca manobra de “naturalização” das relações sociais e econômicas.

A operação ideológica dá um passo atrás e promove a re-identificação do capitalismo ao mercado, à liberdade de contrato e à desimpedida circulação de mercadorias, incluída a força de trabalho. Isto pressupõe a supressão dos processos de controle e de subordinação de classe implícitos na constituição e desenvolvimento do regime do capital.

No imaginário social, ressurgem a figura de um sujeito, funcionalmente adequado às exigências de operação da máquina econômica. Trata-se do renascimento do *homo oeconomicus*, a invenção triunfante da filosofia radical e da economia política do século XVIII, que postulavam o ser social reduzido às determinações da satisfação dos desejos através de uma razão viciada em adequar os meios aos fins.

A Economia Política busca e busca apresentar esta sua construção, o ser racional, calculador e egoísta como fundamento da sociedade, definida como a agregação destes indivíduos atomizados. São naturais e, portanto, incontornáveis, as leis que induzem todo o indivíduo à troca e o submetem ao veredicto da concorrência, ao julgamento impessoal e imparcial do mercado, entendido como *locus* de conciliação dos egoísmos privados.

O capitalismo ressurgente teve sucesso na

empreitada de “re-naturalizar” os nexos monetários e mercantis e apresentá-los como as condições para se alcançar simultaneamente a Liberdade, a Igualdade e a fruição da máxima Utilidade para todos.

Mas a crítica da Economia Política se recusa a conceituar o capitalismo como um regime de produção cujo objetivo é, apenas, a produção de mercadorias mediante a exploração e submissão da capacidade de trabalho dos produtores diretos. Em sua metamorfose o capital está obrigado a passar *necessariamente* pelo calvário da produção material e da exploração da força de trabalho com uma única finalidade: a acumulação de riqueza abstrata, encarnada no dinheiro.

### A dinâmica do capital

Marx, como Keynes, desvendou no capitalismo a possibilidade do “amor ao dinheiro” estimular o desvario da produção da riqueza abstrata desencilhada dos incômodos materiais da produção de mercadorias. Para eles, tal ambição não é o sintoma de deformação, mas de aperfeiçoamento da “natureza absurda” do processo de acumulação de capital, sempre pronto a realizar a abstração de suas próprias formas particulares. D-D’ e não D-M-D’ é o processo em estado puro, adequado a seu conceito, livre da ganga da materialidade.

O surgimento do capitalismo é uma novidade histórica radical. Por um lado, engendra um processo econômico e formas de sociabilidade cujo desenvolvimento liberta a vida humana e suas necessidades das limitações impostas ao homem pela natureza. Por outro, constitui relações de produção, estruturas técnico-econômicas e formas de convivência que aparecem e agem sobre a cabeça dos protagonistas da vida social como forças naturais, fora do controle da ação humana.

*O capital está obrigado a passar necessariamente pelo calvário da produção material e da exploração da força de trabalho com uma única finalidade: a acumulação de riqueza abstrata.*

A “artificialização” da economia e da sociedade se acelera entre o final do século XIX e os primórdios do século XX. Neste período, ocorreram importantes transformações no núcleo de articulações do capitalismo constituído: 1) a consolidação das práticas de financiamento e de pagamentos internacional, sob a égide de um padrão monetário universal; 2) a metamorfose do sistema de crédito – expressa no aparecimento dos bancos de depósito que ajustam suas funções e formas de operação à nova economia comandada pela indústria; 3) a emergência de uma nova divisão social do trabalho, consubstanciada na crescente separação técnica e econômica entre o departamento de meios de consumo e o departamento de meios de produção; 4) a internacionalização capitalista sob a hegemonia inglesa produz a industrialização dos EUA e da Europa e, simultaneamente, a Periferia produtora de matérias-primas e alimentos.

A diferenciação técnica do produto entre os setores que produzem bens de consumo e os que geram os meios de produção – destinados diretamente para a acumulação produtiva criou *os elementos materiais adequados para o movimento incessante da acumulação e para a reprodução das relações sociais capitalistas*. A partir da separação entre meios de produção e meios de consumo, o progresso técnico torna-se inerente ao desenvolvimento das forças produtivas. Assim, o capital desembaraça o movimento da acumulação produtiva e o consumo das massas assalariadas dos condicionantes “naturais” e limites externos à sua expansão, subordina de forma *real* a força de trabalho, transformando o trabalhador num apêndice do sistema de máquinas e, finalmente, prepara as condições técnicas e econômicas para o progresso industrial das nações retardatárias.

Na órbita monetário-financeira, o desenvolvimento da economia capitalista suscitou, por um lado, a subordinação do sistema de crédito à lógica da acumulação produtiva e, por outro, ensejou a possibilidade de expansão autônoma do capital fictício, matriz dos episódios especulativos e das crises de crédito. Depois da revolução industrial, com a aceleração dos negócios, os bancos ingleses ampliaram as operações de desconto mercantil, ampliando sua função de provedores de crédito in-

ternacional. Já nos Estados Unidos e na Alemanha, os sistemas bancários operaram, sobretudo, na *antecipação de capital monetário* para os novos negócios.

O processo de reprodução capitalista – em suas indissociáveis dimensões material e monetária – impôs, portanto, a consolidação do sistema bancário – incluído o banco central – e sua dominância na hierarquia de poderes que comandam a concorrência entre as empresas. O negócio especializado do dinheiro e do crédito foi delegado pelo conjunto do estrato mercantil-capitalista ao *sistema bancário* e às demais instituições financeiras.

Em sua forma mais simples, o crédito é uma aposta, sujeita a perdas, *no acréscimo de valor a ser criado* no processo de produção – entendido como a utilização da força de trabalho assalariada e dos elementos do capital fixo e circulante na transformação de bens – com o propósito de gerar *mais dinheiro* na venda das mercadorias produzidas.

É essencial compreender que a conservação e reprodução das relações de propriedade e de subordinação da força de trabalho são indissociáveis do caráter monetário da riqueza capitalista. A circulação monetária, a criação de meios de pagamento e a administração da riqueza passam necessariamente pela mediação do sistema de crédito. O circuito Dinheiro-Mercadoria-maisDinheiro descrito de maneira formal no volume I de *O Capital*, assume, no volume III, a sua natureza coletiva e despótica de *comando* capitalista sobre as decisões de gasto e de produção, isto é, sobre o emprego e a renda dos despossuídos.

### A concorrência sem limites

Nesta economia com grande concentração de capital fixo e dominância dos bancos na intermediação financeira, a dinâmica de longo prazo está fundada na busca do aumento da produtividade social do trabalho, o que, por sua vez impulsiona a competição feroz pela inovação tecnológica incorporada nas novas gerações de insumos e equipamentos.

Essa dinâmica só pode se realizar através da *concorrência generalizada* que, ao contrário da con-

corrência perfeita da teoria ortodoxa, não decorre da ação racional dos agentes, mas se impõe sobre eles como uma força externa, irresistível. Por isso é preciso reduzir o tempo de trabalho, inovar para bater o concorrente, buscar novos mercados, tentar ganhar a dianteira sempre, porque é impossível mantê-la.

Nas leis de movimento da economia capitalista estão implícitos os mercados "externos", as relações de débito e crédito e a existência de mercados encarregados de avaliar diariamente o valor da riqueza. Isto supõe a existência de agentes especializados na avaliação da qualidade dos títulos de dívida e de propriedade, na criação e administração da liquidez e, ao mesmo tempo, capazes de enfrentar uma eventual interrupção na cadeia de pagamentos.

A financeirização não é uma deformação do capitalismo, mas um "aperfeiçoamento" de sua natureza. Aperfeiçoamento que exaspera o seu movimento contraditório: na incessante busca da "perfeição", ou seja, a acumulação de dinheiro a partir do dinheiro – sem a mediação da exploração do trabalho – o regime do capital é obrigado a desvalorizar a força de trabalho e a expandir o capital fixo para além dos limites permitidos pelas relações de produção.

A "multiplicação" da riqueza no capitalismo corresponde à autonomização das formas *particulares* de existência do capital em sua trajetória de valorização – capital produtivo, capital-mercadoria e capital monetário. Nascidas da unidade de comando sobre a força-de-trabalho "livre", estas formas particulares passam a se contrapor umas às outras no metabolismo da acumulação de riqueza abstrata. O capital-monetário autonomizado, o capital a juros impulsiona o avanço da acumulação capitalista, mediante a expansão do crédito. Se movimento *cria* um estoque de direitos de *apropriação* sobre a riqueza e a renda da sociedade cuja avaliação em mercados especializados passa a se contrapor ao processo de

criação e de realização do valor na esfera produtiva.

### A vingança do mercado

No segundo pós-guerra, as práticas do Estado Intervencionista e do Bem-Estar buscaram, mediante a aplicação *política* de critérios *diretamente* sociais, encontrar soluções para os problemas da satisfação das necessidades humanas e da vida decente para a maioria, tentando, assim, contra-

balançar as condições de existência impostas aos cidadãos pela *ratio* do capital, cujo único propósito é acrescentar o seu valor.

A relativa calma que prevaleceu ao longo das três décadas que se seguiram à II Guerra Mundial deve ser atribuída, em boa medida, a duas características dos sistemas financeiros de então: a prevalência do crédito bancário sobre a emissão de títulos negociáveis (*securities*) e a chamada "repressão financeira". Esta incluía a separação entre os bancos comerciais e os demais

intermediários financeiros, controles quantitativos do crédito, tetos para as taxas de juros e restrições ao livre movimento de capitais. As crises de liquidez eram mais dóceis às intervenções dos Bancos Centrais.

As políticas anticíclicas da era keynesiana cumpriram o que prometiam ao sustar a recorrência de crises de "desvalorização do capital". Mas, ao garantir o valor da riqueza já existente, as ações de estabilização ampliaram o papel dos critérios de avaliação dos Mercados da Riqueza nas decisões de gasto de empresas, consumidores e governos.

Nas últimas décadas, o capitalismo empreende um "retorno" ao império da acumulação monetária desimpedida. Provisoriamente encapsuladas por obra e graça da *rebelião das massas* dos anos 20 e 30, as "forças do mercado" executam a vingança contra os que tentaram domesticá-las.

*Ao garantir o valor da riqueza já existente, as ações de estabilização ampliaram o papel dos critérios de avaliação dos Mercados da Riqueza nas decisões de gasto de empresas, consumidores e governos.*

A dominância dos Mercados da Riqueza determinou, ademais, o desenvolvimento das inovações financeiras. As técnicas de proteção mediante o uso de derivativos e a intensa informatização dos mercados permitiram ampliar o volume de transações. Estas massas de capital financeiro estão concentradas sob o comando de grandes investidores institucionais. São fundos de pensão, fundos mútuos e – o último rebento da finança moderna – os fundos de hedge que – operando em várias praças financeiras – usam intensamente o crédito bancário para “alavancar” posições em ativos. Os capitais se movem entre as economias nacionais, na busca de oportunidades de arbitragem ou de ganhos especulativos, sempre envolvendo apostas quanto aos movimentos de preços dos ativos denominados nas diversas moedas.

Este foi o caso da aquisição das empresas estatais nos países emergentes. Os investidores assumiram a crédito posições que eram um múltiplo de seu aporte de capital próprio, na esperança de ulteriores elevações dos preços que promovessem a mega-valorização de seu estoque riqueza.

A experiência da privatização nos países emergentes da América Latina deixou claro que, no auge da bolha, a aquisição de empresas públicas serviu para enfeitar os balanços das matrizes e, assim, assegurar ganhos de capital nas bolsas de valores. Essas características, combinadas com a alavancagem baseada em créditos bancários, explicam o enorme potencial de realimentação dos processos alistas (formação de bolhas), assim como a ampliação das oportunidades de ganhos patrimoniais mediante fusões e aquisições.

Em sua exuberância, esses mercados apresentam grande sensibilidade diante dos riscos associados à flutuação de preços dos ativos e à contração da liquidez: os episódios de euforia e alavancagem excessiva terminariam em *crashes* espetaculares não fossem as intervenções de última instância dos bancos centrais mais poderosos.

No âmbito da gestão monetária, os cuidados com alternância entre valorização excessiva e desvalorizações catastróficas dos estoques de riqueza, bem como entre as moedas em que estão denominados os títulos de riqueza, transformaram-se na ocupação primordial dos Bancos Centrais. Assim, o

predomínio da lógica financeira determina a subordinação da política fiscal à política monetária. Na prática, isto significa que os Mercados da Riqueza impõem restrições à capacidade de gasto do Estado, mesmo em situações de equilíbrio orçamentário, à exceção do emissor da moeda-reserva.

### A nova divisão internacional do trabalho

As transformações financeiras acirraram a concorrência entre as empresas dominantes, com implicações sobre a natureza e a direção do investimento direto estrangeiro e do progresso técnico. Por sua vez, a metástase do sistema empresarial da tríade desenvolvida – particularmente dos Estados Unidos e do Japão – promoveu a ampliação e o redirecionamento dos fluxos de comércio. O comércio intrafirmas, já dominante no pós-guerra, ganhou a companhia do “global sourcing”, fenômeno que está presente nas estratégias de “deslocalização” do investimento manufatureiro ao longo da década dos 90, em benefício das economias asiáticas, a China em particular.

A “globalização americana”, ao operar nas órbitas financeira e produtiva, engendrou dois tipos de regiões: aquelas cuja inserção internacional se faz pelo comércio e pela atração do investimento direto destinado aos setores produtivos afetados pelo comércio internacional; e aquelas que buscam sua integração mediante a abertura da conta de capitais. Os países cuja estratégia é governada pelo saldo da balança comercial e pela acumulação de reservas “fecham o circuito” gasto-renda-poupança do “sistema americano” ao utilizar as poupanças em dólar para financiar o déficit em conta corrente dos Estados Unidos. Essa dependência recíproca impede que os países asiáticos orientem a aplicação de suas reservas por critérios privados de risco-rentabilidade. Garantem assim uma demanda pela moeda americana que assegura uma certa estabilidade nas taxas de câmbio de suas moedas em relação ao dólar.

A rápida industrialização da China e dos países do Sudeste Asiático está deslocando uma fração importante da demanda global para os produtores de matéria primas e alimentos. Como é de

conhecimento geral, a China sustenta um saldo positivo muito elevado (mais de US\$ 162 bilhões em 2004) com os Estados Unidos. Mas seu déficit é crescente com o resto da Ásia e com os demais parceiros comerciais. O bloco industrializado da Ásia, sobretudo a China, funciona como uma engrenagem de transmissão entre a demanda gerada nos Estados Unidos e a oferta das economias “exportadoras de recursos naturais”.

Este arranjo internacional não está a salvo de perturbações. Em primeiro lugar, crescem as preocupações com a “generalização” da inflação de ativos. A “exuberância irracional” agora contamina quatro mercados: os de bônus, imobiliários, *commodities* e os de moedas de países emergentes. Quanto aos riscos de inflação nos preços de bens e serviços, observamos a presença de forças que se movem em sentido contrário: de um lado, a tendência deflacionária dos preços dos produtos manufaturados, por conta do excesso de capacidade à escala global; de outro, a demanda chinesa e as taxas de juros baixas favorecendo a formação de posições especulativas altistas nos mercados de *commodities*.

As quatro bolhas, a ampliação da posição devedora líquida americana e o risco sempre presente da aceleração inflacionária colocam desafios formidáveis aos Bancos Centrais. Até agora as políticas monetárias e os arranjos cambiais têm conseguido promover a “fuga para frente” no afã de manter sob controle os Mercados da Riqueza e, ao mesmo tempo, sustentar as taxas de crescimento da economia global.

Sob o crescente predomínio dos Mercados da Riqueza a incorporação do consumo individual à dinâmica do novo capitalismo tornou-se crucial para as perspectivas de crescimento. Não se trata apenas da completa sujeição das “necessidades” aos imperativos da mercantilização universal. No capitalismo avançado norte-americano, o circuito riqueza-renda-consumo começa com a valorização

fictícia do patrimônio das famílias, passa pela produtividade e pela poupança dos trabalhadores asiáticos e facilita o crédito barato aos consumidores. Ao fim e ao cabo, o circuito riqueza-consumo “libera” uma fração crescente do poder de compra das famílias de renda média e baixa para o endividamento enquanto os que estão no topo da pirâmide, os credores líquidos se apropriam da valorização da riqueza financeira.

No mundo em que mandam os mercados da riqueza já produzida, os vencedores e perdedores se dividem duas categorias sociais: os que, ao acumular capital fictício, gozam de “tempo livre” e do “consumo de luxo”; e os que se tornam dependentes crônicos da obsessão consumista e do endividamento, permanentemente ameaçados pelo desemprego e, portanto, obrigados a competir desesperadamente pela sobrevivência. Esses controles suaves e despóticos foram se apoderando das mentes e das almas, apresentados como a prova da soberania do indivíduo.

No capitalismo revigorado do novo milênio, a acumulação de riqueza monetária – mediante a competição feroz entre empresas, Estados e indivíduos – subordina as demais instâncias de integração social. As relações entre o Político e o Econômico estão configuradas de modo a remover quaisquer obstáculos à expansão da grande empresa e do capital financeiro internacionalizado, apoiados na força militar e política do Estado Imperial. Este jogo pressupõe, portanto, a violação permanente e sistemática de todas as regras.

Na esfera jurídica, esse fenômeno se apresenta como a imposição da exceção permanente, da consolidação da lei do mais forte, para desgosto dos que se imaginam descendentes do Iluminismo e de seu projeto de liberdade e igualdade.

*No capitalismo revigorado do novo milênio, a acumulação de riqueza monetária subordina as demais instâncias de integração social.*

*Luiz Gonzaga de M. Belluzzo é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp.*

# A formação do capitalismo: uma introdução

**Da separação do trabalhador da propriedade dos instrumentos de seu trabalho à exportação de capitais, o capitalismo lançou os tentáculos da forma de produção e reprodução da sociedade burguesa**

Ricardo Moreno



Marcha de trabalhadores na Itália – gravura do século XIX.

**A**s condições fundamentais da produção capitalista advieram, por um lado, da separação do trabalhador da propriedade dos instrumentos de seu trabalho. Por outro, somou-se a essa mudança social a gênese e dinâmica da produção colonial, promotora da circulação comercial e do lucro mercantil.<sup>(1)</sup>

Não bastou a formação do Estado nacional para que se desse o capitalismo, foi necessário ainda que a monarquia mantivesse certo grau de solidariedade com os interesses burgueses. Quando as lutas sociais da crise do feudalismo resultaram em vitória das forças particularistas, cidades, principados, frente às forças unificadoras, o avanço da burguesia foi retardado ou mesmo bloqueado. No plano externo, a estreita base municipal tornou este capitalismo extremamente vulnerável frente à agressiva concorrência do capital comercial das novas nações<sup>(2)</sup>.

Durante a expansão ultramarina, onde a burguesia mercantil ibérica permaneceu subordinada aos interesses nobiliárquicos, houve uma incapacidade de superação de formas pretéritas da organização da produção do capital comercial. Em pleno século XVIII, a economia portuguesa caminhava para o não-capitalismo, predominando ali a economia agrária, com a aristocracia detendo metade das terras e a Igreja outro terço; as cidades mantinham suas funções administrativas e mercantis, sendo a indústria restrita à produção artesanal<sup>(3)</sup>.

A colonização ultramarina, com a transferência da renda colonial para a metrópole, possibilitou a preservação da sociedade portuguesa em uma estrutura parasitária, hipertrofiando o Estado e fortalecendo a figura do mercador-fidalgo. Já a política de colonização espanhola orientou-se na transformação das colônias em sistemas econômicos auto-suficientes e produtores de excedentes líquidos, exportados em forma de metais preciosos, para a metrópole. O aumento do poder econômico do Estado gerou um

aumento de gastos públicos, ou privados subsidiados pelo governo, gerando uma crônica inflação traduzida no déficit da balança comercial<sup>(4)</sup>.

A posição dominante da burguesia holandesa, na direção dos negócios nacionais implicou crescente fortalecimento do capital mercantil e usurário. No âmbito interno, a burguesia mercantil e bancária subordinava as outras forças sociais e, no externo, foi capaz de transformar Amsterdã no grande centro do mercado mundial. No entanto, estavam ausentes as condições para o pleno desenvolvimento de forma capitalista de organização da produção e as atividades artesanais e manufatureiras enfrentavam falta de mão-de-obra, emigração de trabalhadores especializados, tendência à alta de salários etc.<sup>(5)</sup>

O processo de superação da servidão na Inglaterra foi iniciado entre o final do século XV e o início do século XVI. A grande maioria da população era composta por camponeses economicamente autônomos. O poder feudal que se baseava na quantidade de camponeses autônomos ficou abalado quando se deu a expulsão do campesinato da sua base fundiária, processo impulsionado pela demanda de lã inglesa por parte da crescente manufatura flamenga.

O processo de expropriação recebeu novo impulso com a reforma, e o conseqüente roubo dos bens da Igreja, que, de certa forma, lançou para as cidades os camponeses empobrecidos que eram protegidos pelos dízimos.

Com a revolução gloriosa, os capitalistas chegaram ao poder e iniciaram a expropriação das terras estatais anexando-as à propriedade privada, visando à especulação comercial fundiária.

A expulsão de parte do povo do campo transformou esses trabalhadores, não apenas livres dos seus meios de sobrevivência e de seu material de trabalho – portanto, disponíveis para o capital industrial –, mas criou também o mercado interno, com a destruição da indústria subsidiária rural, separando a agricultura e a manufatura.

*A expulsão de parte do povo do campo transformou esses trabalhadores, não apenas livres dos seus meios de sobrevivência e de seu material de trabalho – portanto, disponíveis para o capital industrial.*

Portanto, as razões para o avanço capitalista ter se dado na Inglaterra não devem ser atribuídas a nenhum tipo de superioridade tecnológica ou científica. As condições para o avanço britânico estavam nas transformações políticas, com a revolução gloriosa, na aceitação do lucro privado e do desenvolvimento econômico como elementos da política governamental, nas transformações da agricultura e das relações de trabalho no campo, que permitiram a agricultura cumprir as três funções básicas à industrialização: aumento da produção e da produtividade para alimentar uma população não-agrícola em rápido crescimento; fornecimento de excedente de força de trabalho para a indústria; e fornecimento da possibilidade de acúmulo de capital. Além disso, um elevado volume de capital social era empregado na criação de uma frota mercante, facilidades portuárias, melhorias nas estradas e nas vias de navegação<sup>(6)</sup>.

Comparando as condições históricas entre a Inglaterra e a França, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira aponta como marcantes as diferenças entre as duas evoluções sociais, pois apesar de surgir entre os grandes proprietários a tendência de avanço sobre as terras comuns e sobre as parcelas camponesas, estabelecendo a grande exploração dominial sob seu controle direto ou através do arrendamento, esta não foi a direção dominante do processo de transformação agrária na França. A solução típica encontrada pelos grandes proprietários frente à redução de suas rendas pela inflação foi, por um lado, o aumento de cargas através da restauração de esquecidos direitos feudais e, por outro, o estabelecimento do sistema de parceria, pela qual o proprietário recebia parte do produto da exploração camponesa em espécie<sup>(7)</sup>.

Durante a era feudal, o comércio exterior inglês era dominado por comerciantes dos Países Baixos, da Itália e da Alemanha, caracterizando, portanto, uma relação subordinada da Inglaterra no mercado externo, relação que os mercadores ingleses, apoiados pelo rei, conseguem ir alterando no longo do século XVI.

Os Atos de Navegação (1651-1660) foram instrumentos de luta comercial contra a Holanda, na verdade representavam uma legislação contra o capital comercial estrangeiro e revelaram-se em ponto de apoio fundamental para o desenvolvimento do comércio exterior e da marinha inglesa. Quanto à esfera produtiva, se antes dos movimentos revolucioná-

rios, as tarifas alfandegárias eram simplesmente instrumento de arrecadação tributária, a partir de então passaram a ser utilizadas como meio de proteção a produção.

A indústria algodoeira surgiu como um subproduto do comércio ultramarino, conquistando o mercado europeu com uma imitação do tecido indiano. Com a proibição da importação da chita indiana garantiu-se a substituição para a indústria algodoeira nativa, mas era ainda o comércio ultramarino que garantia o crescimento do setor, os escravos africanos eram adquiridos por tecidos ingleses, principalmente quando as guerras ou revoltas na Índia impediam que a indústria desta viesse a jogar esse papel<sup>(8)</sup>.

A América Latina veio a depender das importações britânicas durante as guerras napoleônicas e depois os movimentos de independência se atrelaram à Inglaterra. Já a Índia foi totalmente desindustrializada passando de exportador a consumidor do algodão de Lancashire. O avanço sobre o comércio oriental se completou com o fim da resistência chinesa, graças à exportação do ópio para todo o oriente, imposto pela força entre 1815 e 1842.

Em 1830 a indústria e a fábrica moderna eram quase exclusivamente as áreas algodoeiras do Reino Unido. Em princípios de 1840 conheciam-se os problemas gerados pelo crescimento e as agitações revolucionárias levaram a uma desaceleração no ritmo inicialmente apresentado. Com o acúmulo da primeira geração da revolução industrial veio a necessidade de novos investimentos, que acabaram sendo absorvidos pela construção de estradas de ferro. Estava então consolidada a retomada de impulso quase vertical da economia inglesa.

A ação de difusão do capitalismo viabilizada pela livre concorrência obteve suas mais expressivas vitórias em Canadá, Austrália e Nova Zelândia. A inexistência de resistências internas permitiu que os colonizadores rapidamente exterminassem os nativos, abrindo assim um verdadeiro vazio social no qual a livre concorrência pôde moldar o surgimento de novas sociedades. Dessa forma, emigrantes europeus e capitais ingleses puderam organizar, através de pequenas propriedades ou do trabalho assalariado, uma estrutura produtiva que desde suas origens estava voltada para o comércio externo. Pujantes economias capitalistas exportadoras de

matérias primas e de alimentos foram sendo conformadas e conseqüentemente também nestes domínios a política livre cambista foi adotada.

Com a afirmação do modelo original do capitalismo, o novo modo de produção espalhou-se em outros pontos do globo. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira chama de capitalismo atrasado os modelos desenvolvidos por EUA, França, Alemanha, Japão, Rússia, etc.<sup>(9)</sup>

As colônias inglesas da América do Norte tiveram na contradição entre o sul exportador – que adotou uma política agrícola semelhante à que se conhecia nas colônias portuguesas e espanholas, voltadas para produtos tropicais complementares ao mercado europeu – e o norte – baseado no modelo da pequena propriedade voltada para a produção de subconsumo que acabou funcionando ao fornecimento de alimentos para o setor agro-exportador – o surgimento de um mercado interno capaz não apenas de fazer circular a riqueza, mas também fez gerar um desenvolvimento endógeno no interior do próprio sistema colonial<sup>(10)</sup>.

Apesar da importação de produtos ingleses, os altos custos de transporte e a favorável dotação de recursos permitiam vigoroso desenvolvimento de certos ramos do artesanato e manufatura, tais como os moinhos de cereais, a construção naval, a manufatura de alimentos e bebidas, a mineração do ferro e a metalurgia; também o sistema de putting-out implantou-se no campo.

Na conjuntura das guerras napoleônicas, a destruição das marinhas dos países continentais e a posição de neutralidade dos Estados Unidos criaram as condições para a entrada de mercadores americanos em praticamente todos os portos da Europa.

A Revolução varreu radicalmente a superestrutura do antigo regime na França. Os direitos feudais foram abolidos na agricultura e firmou-se uma sólida organização camponesa da produção. As regulamentações gremiais da produção artesanal foram revogadas e os privilégios das grandes companhias, suprimidos. Após as guerras napoleônicas, as tarifas

foram reduzidas, mas continuavam altas, oferecendo proteção tanto ao artesanato e à manufatura quanto à agricultura.

A manufatura ganhou impulso, um moderno sistema bancário foi sendo criado e, tal como nos Estados Unidos, a indústria têxtil implantou-se, sem, entretanto, revolucionar a estrutura da economia. Dessa maneira foram sendo criadas as condições para que a industrialização se desencadeasse na década de 1840.

Os alemães não haviam ainda resolvido a questão nacional e conformavam pequenos Estados autônomos, na maioria dos quais ainda com base na servidão. As sucessivas derrotas políticas sofridas pela burguesia alemã culminaram com a vitória das forças conservadoras em 1848.

Os Estados absolutistas apoiados na nobreza iniciaram no século XIX um lento processo de eliminação dos entraves ao avanço do capitalismo e as reformas foram sendo implantadas sempre preservando os privilégios das antigas classes dominantes. Assim, a burguesia, apesar de não deter o poder político, obteve concessões dos governos conservadores.

Uma segunda onda de industrializações atrasadas aconteceu entre (1873-1896), alcançando Rússia, Japão etc.

O Japão constituía um Estado nacional no qual se desenvolvia o capitalismo a partir do regime feudal que se decompunha. A restauração Meiji criou as condições para a execução de um programa de reformas. As reformas estabeleciam ainda a igualdade formal entre os cidadãos e, sob a inspiração do ocidente, firmava-se uma nova ordem jurídica.

O financiamento da industrialização dependeu da ação do Estado. O governo garantia a rentabilidade mínima das companhias de estradas de ferro, construía ele próprio ferrovias, investia diretamente na indústria e na mineração, subsidiava ou garantia encomendas a certos ramos da indústria etc. Entretanto, a implantação do parque industrial dependeu também da ação do capital bancário e também aí se

*Além dos processos  
originários, e  
atrasados, vieram as  
formações tardias,  
aprofundando a divisão  
internacional  
do trabalho  
e o abismo entre  
ricos e pobres.*

manifestava a presença fundamental do Estado, através da fundação de bancos oficiais, fornecendo recursos para a fundação de bancos etc.

Ao final do século XIX, a exportação de capitais, fenômeno decorrente da queda da taxa de lucros, lançou os tentáculos da forma de produção e reprodução da sociedade burguesa para os quatro cantos do mundo. Além dos processos originários, e atrasados, vieram as formações tardias, aprofundando a divisão internacional do trabalho e o abismo

entre ricos e pobres no mundo contemporâneo.

Por outro lado, além do exposto, é mister salientar que em mais de 250 anos de história, tal modo de produção passou por revoluções técnico-científicas, reproduziu-se a ponto de transformar o mundo em um verdadeiro “cassino”: a real face do sistema capitalista moderno sob a predominância do capital financeiro.

Ricardo Moreno é historiador e professor.

## Notas

- (1) Marx analisou a assim chamada acumulação primitiva de capital no livro 1 d'O *Capital*, onde a classifica como a pré-história do capitalismo.
- (2) Carlos Alonso Barbosa de Oliveira lembra que as cidades alemãs e italianas não foram capazes de manter o domínio que exerciam sobre determinados circuitos mercantis.
- (3) João Fragoso discute os limites do capital mercantil português para justificar a tese de desenvolvimento endógeno brasileiro.
- (4) Celso Furtado compara as formas de colonização nas Américas e apresenta a colonização portuguesa como a mais adequada aos interesses metropolitanos.
- (5) Ver Carlos Alonso Barbosa do Oliveira.
- (6) Ver Eric Hobsbawn.
- (7) Essa evolução é explicada por várias razões: Em primeiro lugar, o clima ideológico e político do antigo regime francês levava os novos proprietários de origem burguesa a adquirirem hábitos da antiga nobreza, cuja tendência sempre fora aumentar as cargas feudais; o mais baixo grau de mercantilização da produção do campo e a menor diferenciação social e econômica entre os camponeses não permitiam a generalização do arrendamento capitalista; onde surge o arrendamento capitalista na França o empresário não era um camponês enriquecido, mas geralmente o arrendatário de censos e cargas devidas pelos camponeses, acumulando estas funções com a direção da grande empresa capitalista; assim como na Inglaterra antes dos movimentos revolucionários, na França do antigo regime os camponeses gozavam de certa proteção pelos tribunais reais, contra as arbitrariedades da nobreza.
- (8) Ver Eric Hobsbawn.
- (9) Carlos Alonso Barbosa de Oliveira classifica os modelos de formação capitalista de originários e atrasados.
- (10) Celso Furtado discute a formação deste mercado nos EUA. Compreendendo-se daí o fenômeno do crescimento da autonomia das colônias inglesas na América do Norte.

## Referências bibliográficas

- HOBBSAWN, Erick. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1997.
- KAHHALE, Edna; PEIXOTO, Madalena Guasco; GONÇALVES, Maria da Graça. "A produção do conhecimento nas revoluções burguesas – aspectos ligados à questão metodológica". In Kahhale (org.). *A diversidade da psicologia: uma construção teórica*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica à economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização - Do capitalismo originário ao atrasado*.



# *Tendências da globalização financeira: a extraordinária liquidez global*

**As contradições e as assimetrias da ordem monetária e financeira mundial re colocam o debate em torno de uma reforma da arquitetura financeira internacional**

Marcos Antonio Macedo Cintra

O mercado financeiro internacional tem surpreendido por sua amplitude e persistente liquidez, apesar da volatilidade nos fluxos de capitais e nos preços dos ativos. Segundo pesquisa do McKinsey Global Institute, o estoque total de ativos financeiros – depósitos bancários, títulos de dívida pública e privada e ações – cresceu de US\$ 12 trilhões em 1980, o equivalente a 109% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial para US\$ 118 trilhões em 2003, mais de três vezes o PIB mundial (ver Tabela 1)<sup>(1)</sup>. Os dados revelam, portanto, um dinamismo dos mercados financeiros muito acima da taxa de crescimento do setor produtivo.

A estimativa do McKinsey Global Institute não considera os derivativos financeiros. Os valores nominais dos derivativos de balcão atingiram US\$ 197 trilhões em dezembro de 2003 (cujo valor bruto de mercado alcançava US\$ 7 trilhões) e os derivativos negociados em bolsas somaram US\$ 36 trilhões, de acordo com o BIS (Bank for International Settlements).

A expansão dessa extraordinária massa de riqueza financeira está associada à segunda onda de internacionalização financeira após a II Grande Guerra, a partir do início dos anos 1980, que configurou a globalização financeira sob a liderança do dólar e do sistema financeiro americano<sup>(2)</sup>. Como eixo do sistema financeiro global, o mercado americano respondia por 37% do estoque total de

ativos em 2003, seguido pela Europa com 31%, pela participação declinante do Japão com 15% e pelo movimento ascendente da China com 4% (ver Tabela 2). Os depósitos bancários perderam participação relativa no estoque de ativos financeiros, caindo de 45% do total em 1980 para 30% em 2003 (ver Tabela 1). Por sua vez, os ativos negociáveis (títulos de dívida e ações) expandiram a participação de 55% do total para 72% no mesmo período. Isso resultou na redução dos empréstimos bancários não-negociáveis e no crescimento das finanças diretas, sob a égide dos mercados de capitais.

Grande parte desse estoque de riqueza financeira tem sido gerida por fundos de investimento, fundos de pensão, hedge funds, bancos globais, tesouros das grandes corporações e bancos centrais – que procuram preservar e ampliar seus valores<sup>(3)</sup>. Apenas os fundos de pensão dos países da OECD (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento) administravam um estoque de ativos, estimado em US\$ 7,4 trilhões, representando 27% do PIB desses países e 39,1% do valor da capitalização das ações nos mercados de capitais desses mesmos países (OECD, *Financial Market Trends*, nº 88, March, 2005, p. 193, disponível na página eletrônica – <http://www.oecd.org>). Os mecanismos de gestão dessa riqueza – na forma de investimento de portfólio – condicionaram o funcionamento do mercado monetário e financeiro internacional, que ficou sujeito a movimentos erráticos decorrentes das expectativas dos gestores e da realização de ope-

Tabela 1 – Composição e crescimento do estoque financeiro global

	1980	1993	1996	1999	2003	2004 <sup>(a)</sup>
Depósitos Bancários	45	31	29	26	30	30
Títulos Públicos	18	20	19	15	17	18
Títulos Privados	14	22	23	21	26	26
Ações	23	27	29	38	27	28
Total (em percentagem)	100	100	100	100	100	100
Total (US\$ trilhões)	12	53	69	96	118	119
PIB nominal (US\$ trilhões)	10,1	24,4	29,9	30,5	36,1	-
<b>Ativos Financeiros/PIB</b>	<b>109</b>	<b>216</b>	<b>230</b>	<b>315</b>	<b>326</b>	-

Nota: (a) Estimativa.

Fonte: McKinsey Global Institute, *Taking stock of the world's capital markets: 118 trillion and counting*, disponível na página eletrônica – <http://www.mckinsey.com>.

rações de arbitragem, algumas vezes, altamente alavancadas, em busca de ganhos de capital de curtíssimo prazo.

Em uma perspectiva mais restrita, a renitente liquidez hodierna está relacionada com a manutenção de baixas taxas de juros nas principais áreas monetárias – dólar, euro e iene –, a fim de facilitar a digestão do processo de desvalorização dos ativos financeiros ocorrido após março de 2000, a partir da crise das ações de tecnologia negociadas na Nasdaq. Os investidores passaram, então, a adotar agressivas estratégias de investimento, chamadas de carry trades. Eles tomam recursos emprestados no curto prazo com taxas de juros baixas (dólar, franco suíço e iene) e investem em ativos de maior risco e rendimento (ações e bônus dos países industrializados e dos países emergentes, moedas, commodities, petróleo etc.). Isso resulta em um elevado volume de capitais fluando no planeta, sobretudo em direção aos países com maiores taxas de juros (Reino Unido, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, mercados emergentes etc.). O movimento no mercado internacional de moedas atingiu US\$ 1,9 trilhão por dia, desencadeando uma relativa tendência à desvalorização das moedas que fornecem os recursos e à

valorização daquelas que recebem os investimentos (inclusive a brasileira).

Em suma, a manutenção de baixas taxas de juros amplificou os movimentos especulativos nos mercados domésticos e internacionais e exacerbou os desequilíbrios financeiros globais (elevado déficit americano e superávit do resto do mundo).

**Tabela 2 – Distribuição geográfica e crescimento do estoque financeiro global**

	1993	1996	1999	2003
Estados Unidos	36	37	40	37
Europa (a)	27	29	28	31
Japão	23	19	18	15
China (b)	3	3	3	4
Outros	11	12	11	12
Total (em porcentagem)	100	100	100	100
<b>Total (US\$ trilhões)</b>	<b>53</b>	<b>69</b>	<b>96</b>	<b>118</b>

**Notas:** (a) Inclui Reino Unido, área do euro (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal), Suíça, Suécia, Dinamarca, Noruega e Europa Central. (b) Inclui Hong Kong e Macau.

Fonte: McKinsey Global Institute, *Taking stock of the world's capital markets: 118 trillion and counting*, disponível na página eletrônica – <http://www.mckinsey.com>.

**Tabela 3 – Fluxo líquido de capitais privados e resultado em conta corrente dos países emergentes (US\$ bilhões)**

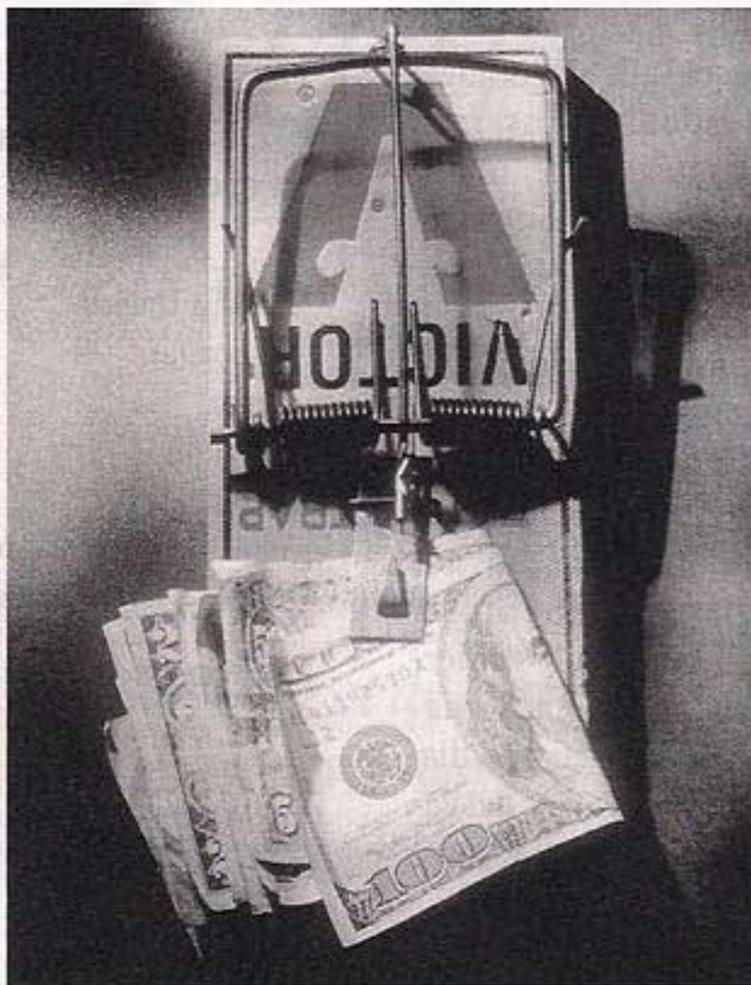
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 <sup>(a)</sup>
<b>F. Líquido Capital Privado</b>	<b>198,4</b>	<b>84,8</b>	<b>89,1</b>	<b>60,8</b>	<b>60,9</b>	<b>75,8</b>	<b>149,5</b>	<b>196,6</b>	<b>175,1</b>
Inv. Estrangeiro Direto	147,2	159,8	173,3	174,3	184,7	144,4	151,9	186,4	217,4
Portfólio	60,4	42,5	69,1	20,5	-86,9	-90,0	-9,9	28,8	2,3
Outros <sup>(b)</sup>	-9,2	-117,6	-153,3	-134,0	-36,9	21,4	7,5	-18,6	-44,6
<b>Conta Corrente (Emergente)</b>	<b>-83,5</b>	<b>-51,9</b>	<b>38,9</b>	<b>126,6</b>	<b>89,4</b>	<b>142,5</b>	<b>233,8</b>	<b>336,3</b>	<b>395,4</b>
Ásia	7,7	49,3	48,7	46,3	40,8	72,2	85,8	103,3	97,1
América Latina	-66,7	-90,5	-56,7	-47,8	-53,9	-16,4	6,6	15,9	3,8
Oriente Médio	9,5	-25,5	11,9	69,5	39,1	29,4	59,3	112,5	160,8
África	-6,2	-19,4	-15,3	6,5	-1,3	-8,0	-1,7	1,1	6,5
<b>Memorandum</b>									
Exportadores de Petróleo	16,0	-32,3	11,3	88,6	45,0	33,4	67,6	122,5	178,8
Rússia	-2,6	-2,1	22,2	44,6	33,4	30,9	35,4	59,6	85,9
Países em Transição <sup>(c)</sup>	-21,1	-19,3	-26,6	-32,7	-16,6	-24,5	-37,0	-50,6	-56,0

**Notas:** (a) Projeção; (b) Inclui empréstimos bancários, emissão de bônus, commercial papers, notes etc.; (c) Europa Central e Oriental (exclui a Rússia).

Fonte: IMF, *World Economic Outlook*, April 2005, Table 1.2 e Table 28 of the Statistical Appendix (<http://www.imf.org>).

### Centro e periferia: um paradoxal contra fluxo

A partir de 1999, o conjunto dos países em desenvolvimento passou a apresentar superávits em conta corrente, sob a liderança dos países asiáticos e exportadores de petróleo. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, o superávit em conta corrente desses países somou US\$ 336,3 bilhões em 2004 (ver Tabela 3). Apenas os países em transição (Europa Central e Oriental) ainda apresentam déficits em conta corrente, cujo financiamento tem sido apoiado pelo processo de integração na área do euro. A experiência dos países asiáticos parece indicar que a obtenção de saldos comerciais expressivos e a acumulação de reservas têm propiciado o avanço tecnológico das economias, bem como permitido a adoção de políticas monetárias mais lassas que favorecem a expansão do crédito doméstico, da produção e do emprego. A acumulação de reservas – mediante saldos comerciais elevados e não pela



contratação de novas dívidas – atende a demanda por liquidez em moeda forte e assegura a estabilidade da taxa de câmbio<sup>(4)</sup>.

O estoque de reservas internacionais alcançou US\$ 3 trilhões em dezembro de 2003 (ver Tabela 4). Os países desenvolvidos, exceto o Japão, reduziram seus volumes relativos de reservas internacionais de 61% em 1990 para 36,7% em 2003. No final de 2003, o Japão detinha US\$ 652,8 bilhões, representando 21,7% das reservas globais e 59,2% das reservas internacionais dos países industrializados. Por sua vez, os países em desenvolvimento passaram a deter um volume crescente de reservas em moeda forte, cujo estoque saltou de 39% do total em 1990 para 63,3% em 2003. Os países asiáticos em desenvolvimento acumularam US\$ 1,2 trilhão de reservas, sendo US\$ 404,3 bilhões da China<sup>(5)</sup>. Assim, o Japão e os países asiáticos concentraram 62,8% das reservas internacionais. O Japão procura conter os efeitos do permanente superávit comercial sobre a tendência à valorização

Tabela 4 – Estoque de Reservas em Moedas Estrangeiras dos Bancos Centrais

	1990		1996		1998		2000		2003	
	US\$ bilhões	%								
Total	790,0	100,0	1.517,8	100,0	1.636,1	100,0	1.908,7	100,0	3.010,0	100,0
P.Industrial.	481,7	61,0	707,0	46,6	690,4	42,2	774,8	40,6	1.103,6	36,7
P.Desenvol.	308,3	39,0	810,8	53,4	945,7	57,8	1.133,9	59,4	1.906,4	63,3
Dólar	432,0	54,7	1.041,5	68,6	1.144,6	70,0	1.450,5	76,0	2.082,2	69,2
Outras	357,0	45,3	476,3	31,4	491,5	30,0	458,2	24,0	928,7	30,8

Fonte: Bank for International Settlements, *Annual Report*, vários números.

do iene e à deflação dos preços doméstica. Já os países asiáticos, mediante uma estratégia agressiva de obtenção de superávit em conta corrente – que permite a acumulação de reservas –, buscam diminuir a vulnerabilidade externa de suas economias e evitar novas crises financeiras e cambiais, com a ocorrida em 1997. Todavia, a brutal acumulação de reservas internacionais pode expor esses bancos centrais a possíveis perdas associadas às variações das taxas de juros e de câmbio. Praticamente, 70% das reservas internacionais estão em dólar (ver Tabela 4). Ademais, a acumulação de reservas implica a necessidade de esterilizar, pelo menos em parte, os recursos externos, a fim de conter a expansão doméstica do consumo e os movimentos especulativos em ativos imobiliários (Coreia, Tailândia e países da Europa Central).

No que se refere ao acesso ao sistema bancário internacional, a despeito da volatilidade dos fluxos, entre 1998 e 2004 os países em desenvolvimento acumularam um fluxo líquido negativo (saídas líquidas de recursos dos países)

de US\$ 426,3 bilhões (ver Tabela 5). Apenas durante o ano de 2002, houve um fluxo positivo da ordem de US\$ 8,9 bilhões, associado a saques nos depósitos internacionais e não ao volume de novos empréstimos. Em momentos de restrição de crédito, os agentes econômicos (bancos, corporações e bancos centrais) dos países em desenvolvimento são obrigados a sacar seus depósitos nos bancos internacionais para honrar seus compromissos em divisas. Nos três primeiros trimestres de 2004, observou-se um fluxo líquido negativo de US\$ 84 bilhões, em decorrência de um elevado volume de depósitos efetuados pelos agentes econômicos no exterior, muito acima das operações de empréstimos, que somaram US\$ 91,6 bilhões<sup>(6)</sup>.

No agregado, a posição líquida do estoque de empréstimos dos bancos internacionais direcionados aos países em desenvolvimento menos os depósitos dos agentes econômicos desses países nos mesmos bancos resulta negativa em US\$ 291,7 bilhões (ver Tabela 5). Isso significa que os países

**Tabela 5 – Ativo e Passivo dos Bancos Internacionais com os Países em Desenvolvimento (US\$ bilhões)**

	Fluxo								Estoque
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 3º Trim.	2004 3º Trim.
<b>P. em Desenvolim.</b>									
Ativo (a)	87,2	-76,3	-60,2	-8,7	-27,0	-37,0	64,9	91,6	1.105,4
Passivo (b)	61,1	-16,8	32,1	136,1	20,3	-45,9	72,1	176,0	1.397,1
Fluxo Líquido (c)	26,1	-59,5	-92,3	-144,8	-47,3	8,9	-7,2	-84,0	-291,7
<b>Ásia</b>									
Ativo (a)	8,9	-94,6	-55,1	-28,5	-6,9	-16,5	38,9	60,5	383,9
Passivo (b)	24,4	3,7	8,3	63,4	4,2	-22,4	27,5	80,6	463,1
Fluxo Líquido (c)	-15,5	-98,3	-63,3	-91,9	-11,1	5,9	11,4	-20,1	-79,1
<b>América Latina</b>									
Ativo (a)	31,2	-7,9	-12,9	13,9	-3,5	-26,3	-15,7	-14,6	254,2
Passivo (b)	19,4	-15,1	13,7	9,4	-1,9	-26,9	25,0	7,7	280,0
Fluxo Líquido (c)	11,7	7,2	-26,6	4,6	-1,6	0,6	-40,7	-22,4	-25,7
<b>Brasil</b>									
Ativo (a)	13,9	-10,2	-6,9	9,5	0,9	-11,2	-7,2	-5,1	78,4
Passivo (b)	-11,1	-8,4	2,2	-4,6	0,4	-8,0	14,4	-5,7	51,1
Fluxo Líquido (c)	25,0	-1,7	-9,1	14,1	0,5	-3,2	-21,6	0,6	27,3

**Notas:** (a) O ativo dos bancos internacionais é composto fundamentalmente por empréstimos. Um aumento no ativo representa uma entrada de capital no país emergente; (b) O passivo dos bancos internacionais é composto principalmente por depósitos. Um aumento no passivo representa uma saída de capital do país emergente; (c) Ativo menos passivo.

Fonte: BIS Quarterly Review, March 2005, disponível na página eletrônica <http://www.bis.org>.

em desenvolvimento tornaram-se emprestadores líquidos de capital para o sistema bancário internacional.

Em grande parte esses fluxos de saída começaram com a fuga abrupta dos bancos das economias em desenvolvimento em 1997-1998 – concentrada inicialmente nos países asiáticos, a qual desencadeou grande volatilidade nos preços dos ativos e desvalorização das moedas. Após a fuga dos credores, as empresas e os governos dos países em desenvolvimento procuraram saldar as dívidas e aumentar os depósitos externos (reservas dos bancos centrais e de outros agentes privados), a fim de amortecer os efeitos deletérios da desvalorização das moedas e garantir capacidade de importação de insumos, máquinas etc. Em suma, o superávit em transações correntes, a acumulação de reservas e a desalavancagem das corporações tornaram os empréstimos bancários menos necessários.

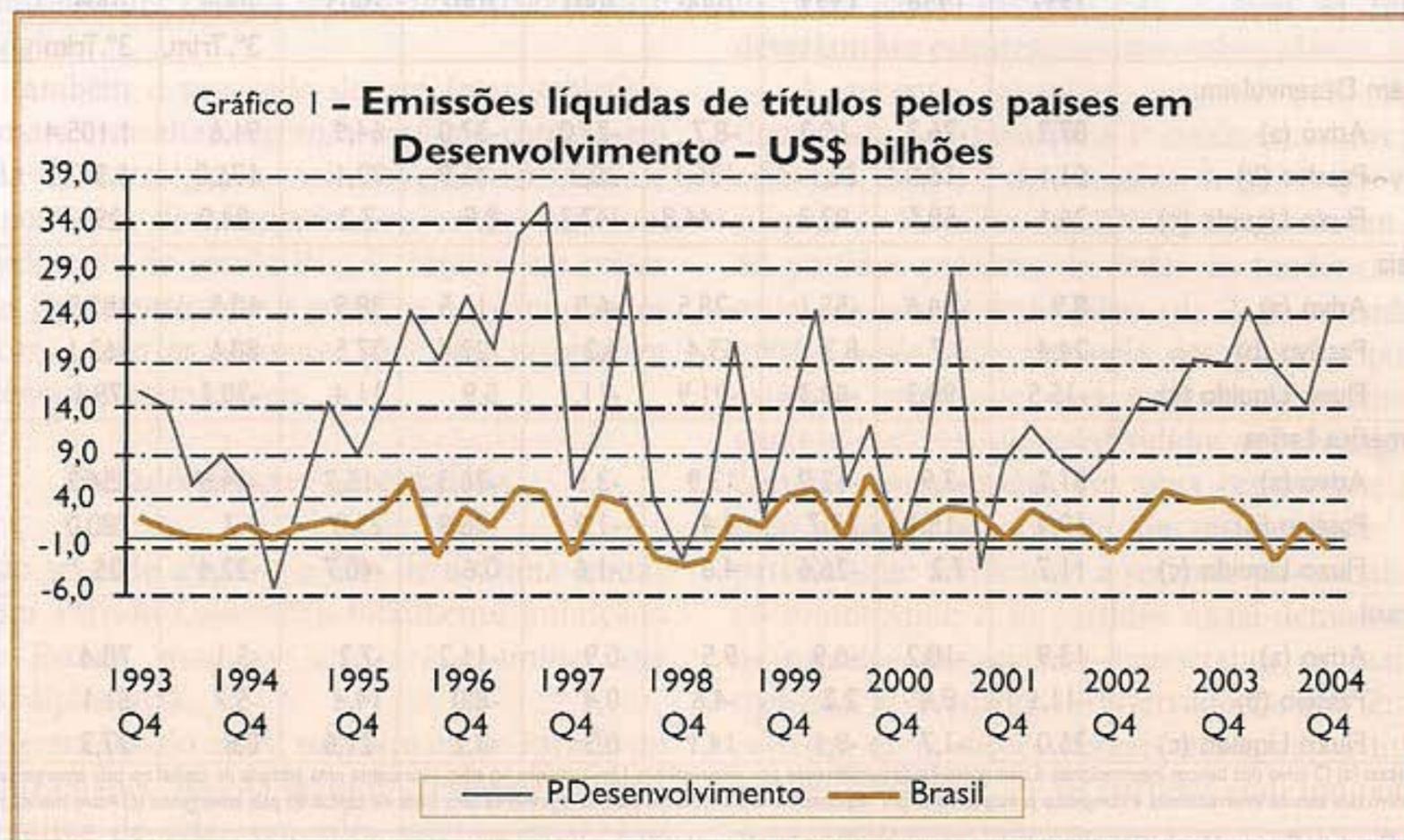
Os países latino-americanos, após dez trimestres consecutivos de saída de capitais, tornaram-se também credores líquidos do sistema financeiro internacional em US\$ 25,7 bilhões em setembro de 2004 (ver Tabela 5). O Brasil acumulava um estoque de empréstimos de US\$ 78,4

bilhões e depósitos no valor de US\$ 51,1 bilhões, perfazendo um saldo líquido devedor de US\$ 27 bilhões.

A liquidez prevalente nos mercados internacionais de dívida (bônus, notas, *commercial papers* etc), associada ao superávit em conta corrente e às reservas dos países em desenvolvimento tem permitido o acesso desses países aos fluxos de capitais, desde o quarto trimestre de 2001, sob a liderança dos países asiáticos (ver Gráfico 1). Nesse período, o estoque de dívida internacional dos países em desenvolvimento saltou de US\$ 486,2 bilhões, o equivalente a 6,6% do total, para US\$ 737,1 bilhões, o correspondente a 5,2% do total.

### Fuga do risco e tensões estruturais

Em resumo, os mercados financeiros internacionais privados – bancário e de dívida – deixaram de ter um papel ativo no financiamento do desenvolvimento dos países periféricos. Isso não significa que não tenham importância relativa na liquidez das suas transações externas. O fato relevante é que, no conjunto, em uma aproximação



Fonte: BIS Quarterly Review, March 2005, disponível na página eletrônica – <http://www.bis.org>.

simples, o estoque de reservas internacionais, estimado em US\$ 1,9 trilhão, acrescido do saldo de US\$ 291,7 bilhões em depósitos nos bancos globais (que pode conter uma parcela das reservas internacionais), resulta em um volume de recursos dos países em desenvolvimento muito superior ao estoque de dívida, estimado em US\$ 737,1 bilhões.

De um lado, esses dados revelam a perversidade da arquitetura financeira internacional, inadequada ao financiamento do desenvolvimento econômico, pois os fluxos de capitais ficam sujeitos aos surtos de euforia e pessimismo dos investidores de portfólio e dos bancos globais, o que obriga os países em desenvolvimento a acumular reservas em moeda forte e, por conseguinte, a financiar o déficit em conta corrente dos Estados Unidos e, paradoxalmente, a fomentar a liquidez do sistema bancário internacional<sup>(6)</sup>. De outro, as estratégias adotadas pelos países em desenvolvimento reduzem a vulnerabilidade aos fluxos internacionais de capitais, diminuindo a probabilidade de turbulências como as ocorridas durante a segunda metade da década de 1990.

Persistem outros riscos no horizonte, tais como as pressões pela valorização da moeda chinesa, a

fim de reduzir o superávit comercial com os EUA e a União Européia, a manutenção do preço do petróleo em patamar elevado por longo período etc. Além disso, há tensões no centro do sistema financeiro global, refletidas nas pressões pela desvalorização do dólar, bem como o acirramento da concorrência que fragiliza o balanço de grandes corporações, como a General Motors e a Ford. Essas tensões podem elevar os "spreads" nas captações dos países em desenvolvimento e restringir a oferta de recursos. Todavia, a dinâmica contemporânea dos países em desenvolvimento parece afastar a possibilidade de uma crise financeira e cambial, nos moldes daquela que se propagou no final dos anos 1990.

As contradições e as assimetrias da ordem monetária e financeira mundial, com os países em desenvolvimento contribuindo para o financiamento dos países ricos, no entanto, recolocam a importância de se retomar o debate em torno de uma reforma dessa arquitetura financeira internacional.

Marcos Antonio Macedo Cintra é professor do Instituto de Economia da Unicamp.

### Notas

(1) BRAGA, J. C. de S. & CINTRA, M. A. M. "Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano", in: FIORI, J. L. (Org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 253-307.

(2) O Fundo Monetário Internacional, que contabiliza os ativos bancários e não os depósitos, estimou o estoque total de ativos financeiros em US\$ 130,3 trilhões em 2003 (IMF, Global Financial Stability Report, April, 2005, p. 163, disponível na página eletrônica – <http://www.imf.org>).

(3) SAUVIAT, C. "Les fonds de pension et les fonds mutuels: acteurs majeurs de la finance mondialisée et du nouveau pouvoir actionnarial", in CHESNAIS, F. (Org.) *La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences*. Paris: Éditions La Découverte, 2004, p. 99-124.

(4) BELLUZZO, L. G. de M. & CARNEIRO, R. "O paradoxo da credibilidade", *Política Econômica em Foco*, n. 2, "Introdução", Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, set./dez., 2003, p. 1-10. Disponível na página eletrônica – <http://www.eco.unicamp.br>.

(5) Salienta-se que a acumulação de reservas pelos países asiáticos ocorre mediante a apresentação de superávits comerciais elevados, mas também a atração de investimento estrangeiro direto e de portfólio.

(6) Salienta-se que a expansão de US\$ 94,4 bilhões nos empréstimos bancários para os países em desenvolvimento ocorreu nos dois primeiros trimestres de 2004; no terceiro, houve uma retração de US\$ 2,9 bilhões, mediante a não renovação das linhas de crédito.

(7) Porém, as captações em moeda estrangeira dos países asiáticos pagam juros 3%-4% acima daqueles recebidos pelos estoques de reservas (aplicados em bônus dos Tesouros ou das corporações dos países desenvolvidos) – dada a assimetria de risco.

# Alta do petróleo e guerra imperialista



**A guerra pelo petróleo  
cada vez mais caro é  
impelida por uma crise  
que se aprofunda no  
capitalismo**

Wadi'h Hallabi

**E**m fevereiro de 2003, Ari Fleisher, então secretário de imprensa de George Bush, deixou atônitos milhões de manifestantes – que, ao redor do mundo gritavam contra a guerra por petróleo – ao dizer que “se essa guerra fosse para baratear o petróleo, os Estados Unidos poderiam simplesmente levantar as sanções para que o petróleo pudesse fluir”.

Fleisher deixa claro que essa é uma guerra pela alta do petróleo. O petróleo subiu de US\$ 20 para mais de US\$ 50 o barril. Wall Street tem um profundo interesse em controlar os estoques de petróleo e manter os preços altos; Washington tem prestado bom serviço a eles com as sanções assassinas e as guerras.

A produção de petróleo do Iraque declinou desde a invasão dos Estados Unidos; não há um esforço sério para desenvolver o Iraque e suas vastas reservas,

onde o petróleo pode ser produzido por menos de US\$1 o barril.

Os bancos de Wall Street e os monopólios de petróleo são dominados por um número pequeno de famílias. Eles compartilham interesse na alta do petróleo. Como? Uma pista pode ser achada no *Wall Street Journal* de 29 de junho de 1990, quando os preços do petróleo estavam no prumo. “Os baixos preços do petróleo”, dizia o *Journal*, “sacudiram a indústria do petróleo e jogaram na destruição os bancos que subscreveram bilhões de dólares de débito garantido do fóssil”.

A primeira Guerra do Golfo seguiu e os preços do petróleo se elevaram. Considerando que:

- Preços altos de petróleo ajudam a repagar débitos pertencentes aos bancos de Wall Street, como o *Journal* subentendeu. O relatório de 1998 da *Global Witness* (Testemunha Global), conta em detalhes como os bancos imperialistas aproveitam a renda das vendas de petróleo de Angola para repagar empréstimos de guerra. Os altos preços do petróleo apressam a coleção de Wall Street de débitos de produtores de petróleo ao redor do mundo, incluindo os Estados exportadores de petróleo Texas, Louisiana e Oklahoma. Graças aos altos preços do petróleo, a *Business Week* diz em reportagem recente que “É bem capaz que a Rússia possa recuperar sua grade de investimento de crédito”.

- Os preços altos do petróleo ajudam Wall Street a pilhar os capitalistas mais fracos ao redor do mundo, através do mecanismo de troca desigual. Para justificar seu logro, os monopólios há muito tempo dizem que a produção de petróleo logo cairá. Mas não há absolutamente falta de petróleo (embora é esbanjadoramente destrutivo queimá-lo); e o custo de encontrar e produzir petróleo declinou significativamente nas duas décadas passadas. Em 2003, o custo médio para se produzir um barril de petróleo (42 galões) estava ao redor de US\$ 2,20, incluindo a produção de grande valor dos campos do Alaska e o petróleo barato do Golfo. Coincidentemente, o custo médio para se produzir café também está ao redor de \$2,20 o quilograma. Mas Wall Street vende monopolizadamente petróleo por \$50 o barril, enquanto o quilo de café, cultivado por milhares de pequenos e médios produtores, é vendido por volta de US\$1,45. Produtores de café precisam de petróleo

como combustível ou para fazer fertilizante. Mas o “inverso” é devastador. Não monopolizados produtores de mercadorias manufaturadas e agrícolas também encaram uma troca desigual com os monopólios e a força armada é ultimamente usada para reforçar isso.

- Preços altos de petróleo ajudam a boa posição da “superprodução” capitalista. Wall Street justifica as preocupações sobre futuros lucros e repagamento de débitos como uma praga de seu sistema podre. “Preços mais altos de energia podem limitar potencialmente produtos não lucrativos”, reporta o *Wall Street Journal*. Recentes quedas na produção industrial da Alemanha e da Itália estão ligadas aos preços do petróleo.

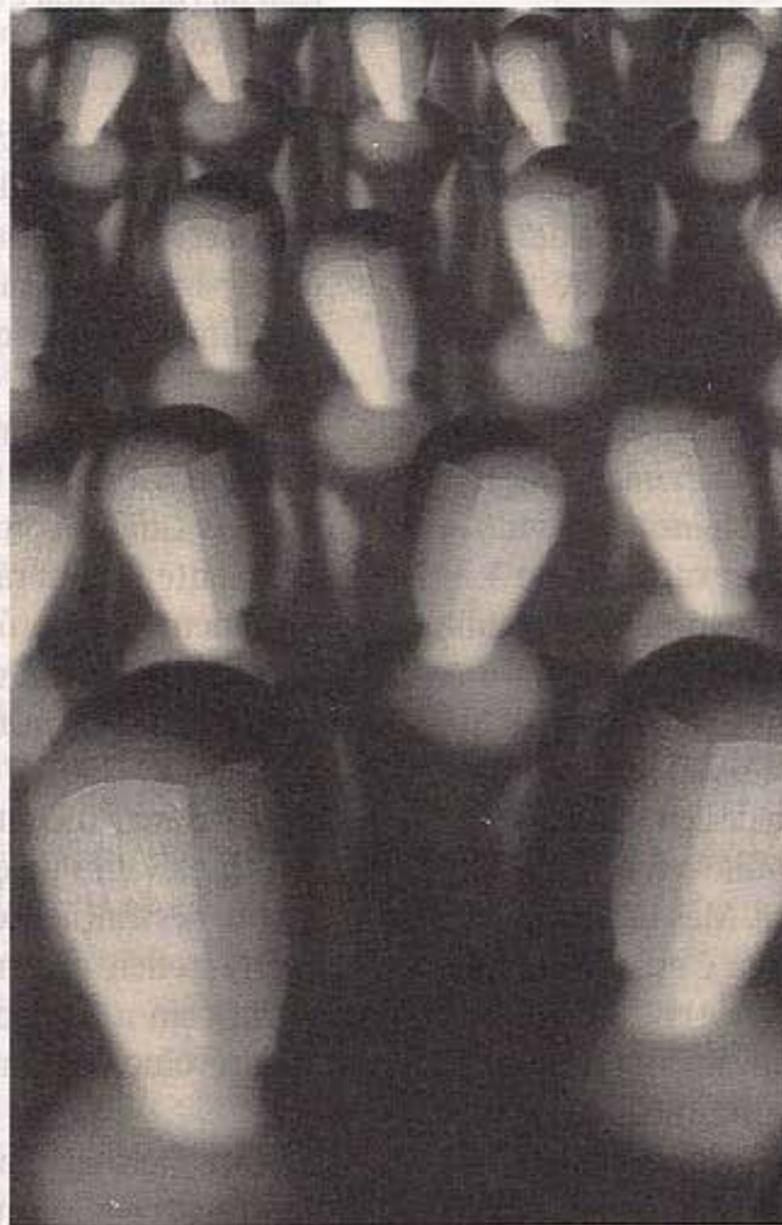
- Acima de tudo, preços altos de petróleo facilitam a direção de Wall Street para baratear e enfraquecer o trabalho. Como o capital é redirecionado para pagar por energia mais custosa, o nível do desemprego cresce entre os trabalhadores.

- A China é o principal – não-declarado – alvo da guerra dos Estados Unidos. “A guerra liderada pelos Estados Unidos com o Iraque poderia fazer a China altamente vulnerável a um rompimento no suprimento de petróleo cru e nos preços mais altos”, apontou a CNN em setembro de 2002. “Para conter a China”, o *Singapore Straits Times* comentou em fevereiro de 2003, “os Estados Unidos precisam sozinhos tomar o controle da estratégica área do Golfo”. Os elevados preços do petróleo roubam a China e jogam destruição com seus planos econômicos. A guerra reflete os antagonismos de classe de Wall Street com o Estado chinês – que é um produto de uma revolução socialista.

Ari Fleisher em algum ponto nega que esta é uma guerra por petróleo barato. A guerra por petróleo barato é impelida por uma crise que se aprofunda do sistema social a favor do qual ele fala.

Wadi'h Halabi é economista e membro da Comissão Econômica do Comitê Central do Partido Comunista dos Estados Unidos. Traduzido por Luciana Cristina Ruy.

# Sob o signo de Narciso



Arquivo

JOSE CARLOS RUY

## A subjetividade que vigora sob o neoliberalismo está centrada no eu, na competição e no hedonismo – resultado das mudanças profundas do capitalismo e sua exigência de um homem educado para o consumo

A subjetividade que vigora sob o neoliberalismo está centrada no eu, na competição e no hedonismo – resultado das mudanças profundas do capitalismo e sua exigência de um homem educado para o consumo

O cinema foi o veículo privilegiado da sensibilidade que seria dominante desde as décadas finais do século XX. Em *Crônica de um amor louco* (1981), de Marco Ferreri, o poeta Charles Serking, bêbado e trôpego, proclamava que “o fundamental é ter estilo!”. No final daqueles anos o professor John Keating declamava, em *Sociedade dos poetas mortos* (1989), de Peter Weir, o *carpe diem*, do poeta latino Horácio: “Vive o dia de hoje. Capture-o / não confie no incerto amanhã”. Keating impulsiona a rebeldia em um ambiente conservador e sua ética restritiva e autoritária, despertando nos alunos a descoberta da poesia como a “essência da vida” e o desejo de registrarem seus próprios versos neste longo poema que é a história humana. E, assim, ao criticar o saber alienado pregava a estetização da vida.

Refletindo mudanças que vinham desde a década de 1960, e às vésperas de transformar-se em neoliberalismo, a ideologia liberal traduzia-se em uma crítica social conservadora, voltada para o eu e pregando que é dentro de cada um de nós, nas profundezas solitárias do nosso coração, que aquela descoberta acontece; a saída é individual,

não coletiva. Seu protagonista mais visível, naqueles anos revoltosos, foi os hippies com suas viagens individuais pela mente, que os levaram a um arremedo de sociedade alternativa de fôlego curto. Sua bandeira foi o individualismo e seu *carpe diem* foi o lema *cada-um-na-sua*. Ela floresceu na geração seguinte, em Wall Street e seus *yuppies*, conservadores, integrados socialmente, narcisistas, dedicados a viver intensamente suas vidas, sem limites éticos ou morais.

*O cidadão cede lugar, gradualmente, ao consumidor e o Estado (mais precisamente, o governo) deixa de ser uma instância de dominação de classe para ser um prestador de serviços.*

“O fundamental é ter estilo!” – esta frase soou como um programa, prenúncio de um modo de vida onde a arrogância e a alienação seriam a tônica. A estetização da existência, a relatividade absoluta como critério de verdade, a sacralização do consumo (de luxo, obviamente) como metas da existência. A vida como um eterno presente, a ânsia da juventude eterna, a busca frenética do prazer; o individualismo, o irracionalismo, o idealismo, estes são alguns dos traços da sensibilidade que emergia. Marcada pela fragmentação, pela

rejeição do conhecimento objetivo, perda do sentido de continuidade histórica e do “senso de pertencermos a uma sucessão de gerações que se originaram no passado e que se prolongarão no futuro”, como disse Christopher Lash. Na política, o abandono dos projetos coletivos, da perspectiva progressista, da crítica ao capitalismo e da busca por uma sociedade avançada. O cidadão cede lugar, gradualmente, ao consumidor e o Estado (mais precisamente, o governo) deixa de ser uma ins-

tância de dominação de classe para ser um prestador de serviços.

Aqueles filmes registraram, no momento em que o neoliberalismo se difundia pelo mundo, o retrato de uma época marcada pela auto-proclamada vitória do capitalismo após a queda do muro de Berlim, vista como sinal da derrota final do socialismo e símbolo do fim da história, como proclamou o funcionário do Departamento de Estado dos EUA, Francis Fukuyama.

Mas, ao contrário do que pensam os apologetas do indivíduo, a consciência – ou a subjetividade, outra forma de designar a mesma realidade –, não surge no cérebro dos homens de forma espontânea nem é inata, mas resulta da interação entre cada ser humano com a sociedade e a natureza. “Será necessário uma inteligência profunda para compreender que ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e os seus conceitos, numa palavra, a sua consciência?”, perguntavam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* há mais de século e meio, registrando o axioma materialista e dialético de que é no contato com os outros homens, é nas relações sociais, que a consciência se desenvolve, e não há indivíduo, sujeito, subjetividade, sem existência social.

Em 1930, Vygotski, criador de uma psicologia materialista dialética, aprofundou a expressão dessa verdade. A psique – escreveu ele –, é “parte da própria natureza, ligada diretamente às funções da matéria altamente organizada de nosso cérebro”. Ela “não foi criada, mas resulta de um processo de desenvolvimento”, e “não deve ser considerada como uma série de processos especiais que existem em algum lugar como complementos acima e aparte dos cerebrais, mas como expressão subjetiva desses mesmos processos”.

A consciência reflete a organização da vida, e

não há subjetividade à margem do tempo e da história. Ela é o resultado histórico da experiência concreta vivida pelos seres humanos nas diferentes épocas e sociedades. E as formas contemporâneas de sensibilidade e subjetividade exprimem a forma de viver dominante sob o capitalismo de nosso tempo, cuja expressão é o neoliberalismo.

Assim, o indivíduo de hoje e o individualismo que o caracteriza são o resultado da guerra de todos contra todos que se generalizou na época da crise histórica desse sistema – o capitalismo –, que exauriu sua capacidade de fazer a humanidade avançar e de satisfazer as necessidades (materiais e espirituais) dos seres humanos.

A atual hegemonia capitalista e o féretro de infelicidades e mazelas que a acompanha resultam de uma mudança de perspectiva marcada pela revolução comportamental da década de 1960 e pela dupla derrota do movimento operário nas décadas seguintes.

Muitos viram um caráter libertário e avançado na revolução dos anos 60. Ele existiu, sem dúvida – naqueles anos a agenda anti-racista se impôs nos EUA e, de lá, ganhou o mundo. As greves e lutas operárias, que tomaram toda a segunda metade daqueles anos – nos EUA e na Europa – e a rebeldia operária que varreu 120 cidades norte-americanas no “verão quente” de 1970, colocaram o combate à pobreza na ordem do dia. Corria paralelamente a luta das mulheres contra a opressão sexista e o levante estudantil – este, assolando o mundo, trouxe a juventude para o primeiro plano.

Mas aquelas lutas não conseguiram unir-se e o combate dos operários (que, muitas vezes, era também o dos negros nos EUA) seguiu paralelo à luta das mulheres e à dos estudantes. Daí os limitados resultados daquele esforço que, apesar de intenso, não formulou um programa anticapitalista comum e viável. Mas foram lutas que criaram as condições para a emergência, anos depois, da

*As formas contemporâneas de sensibilidade e subjetividade exprimem a forma de viver dominante sob o capitalismo de nosso tempo, cuja expressão é o neoliberalismo.*

subjetividade contemporânea. Os EUA tornaram-se, nas décadas de 1950 e 1960, uma sociedade de consumo de massas, de abundância para as classes médias e de relativo bem-estar para os trabalhadores. A produção capitalista crescente impunha mudanças comportamentais que estão na base do abandono da ética do trabalho, que vinha desde os primórdios do capitalismo e impunha uma vida austera, módica, marcada pela poupança, e que já não correspondia às necessidades da reprodução capitalista.

Essa situação, que já havia se esboçado nas primeiras décadas do século XX, mas não prosperou devido à crise de 1929 e às duas guerras mundiais, exigia um tipo de cidadão (um *homem novo*) adequado às novas necessidades de reprodução do capital: o consumidor. Edward A. Filene, magnata das lojas de departamento de Boston, já havia previsto isso em 1919: “A produção de massa exige a educação das massas; as massas devem aprender a comportar-se como seres humanos em um mundo de produção maciça”.

Foi no mundo do pós-guerra, e na década de 1960 em particular, que esse homem novo do capitalismo contemporâneo emergiu, com seu hedonismo e sua ética do prazer e do consumo que – como mostrou Christopher Lasch – transformou-se em alternativa para o protesto e a rebelião. “A propaganda do consumo transforma a própria alienação em uma mercadoria” e, ao se dirigir à desolação da vida moderna, “propõe o consumo como sendo a cura”.

Essas mudanças tiveram forte impacto na cultura e na consciência socialista que se desenvolviam desde as lutas proletárias do início do século XIX, com sua crença no progresso social e no embate anticapitalista. Impacto acentuado pela dupla derrota representada, primeiro, pela incapacidade do movimento operário e social democrata, principalmente na Europa, em formular uma alternativa avançada, proletária, para a crise

do capitalismo que vinha desde o final da década de 1960. Como consequência houve perda de influência dos partidos socialistas e comunistas e dos sindicatos, pavimentando o caminho do *capitalismo popular* de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e da ascensão de Ronald Reagan, nos EUA, entre 1979 e 1980. O passo seguinte, em todos os lugares onde o neoliberalismo se implantou, foi o uso do poder público contra os sindicatos e a organização dos trabalhadores.

A segunda derrota, consequência desta, e que a confirmou, foi a derrocada do socialismo sinalizada pela queda do Muro de Berlim, em 1989, rapidamente adotada e difundida pela mídia e pelos pregoeiros da burguesia como signo de uma derrota definitiva de qualquer alternativa ao capitalismo. Esta derrota – considerada por João Amazonas, com argúcia, como estratégica da luta operária – conduziu as formas de sentir típicas do

capitalismo contemporâneo ao primeiro plano, que, ganhando as massas, alcançaram alguma “força material”, transformando-se nesse frágil e insípido substrato teórico do domínio de Narciso com sua fuga das questões públicas e coletivas e sua ênfase na esfera privada. Esta consciência contemporânea é resultado da *desconstrução* ativamente promovida pelos meios intelectuais e artísticos, pela propaganda e pela mídia que, comprometidos com a sobrevivência e manutenção do capitalismo, fazem do ideário burguês o seu evangelho, com o culto do vencedor e na abjeção dos “derrotados”. Apresentam como “nova” uma ideologia enraizada no século XIX e na luta contra a classe operária que, tendo feito a experiência dura da dominação capitalista, emergia com seu programa próprio de organização da sociedade. Ela herdava os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade da burguesia de 1789 que, agora, como classe dominante, mostrava as garras de seu reacionarismo. Das barricadas de 1848 – e

*A consciência contemporânea é resultado da desconstrução ativamente promovida pelos meios intelectuais e artísticos, pela propaganda e pela mídia.*

particularmente das lutas nas ruas de Paris, em 1871 – emergiu a aliança funesta e retrógrada dos proprietários, capitaneada pela burguesia, contra aqueles que sonhavam com o socialismo.

Sua filosofia refletia essa conversão conservadora e foi marcada pelo autoritarismo e pelo irracionalismo. O lugar que fora de um pensador como Georg Hegel, por exemplo, estava agora ocupado por pensadores saudosos da religião – críticos da ciência, da compreensão científica do mundo e do conhecimento objetivo – e por propagandistas do domínio absoluto dos senhores – como Sorren Kierkegaard, Arthur Schopenhauer ou Friedrich Nietzsche, voltados contra aquilo que Nietzsche chamou de “a hidra” que ameaçava a “cultura burguesa”, a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Aquelas são as raízes mais longínquas do pensamento burguês dominante na época da globalização imperialista. Ele foi refinado, em nosso tempo, por filósofos como o alemão, nazista, Martin Heidegger, e seu esforço para renovar o idealismo e dar estofamento intelectual à recusa da ciência, da técnica e da razão – isto apenas para recordar a ala direitista mais radical do irracionalismo que marca o pensamento burguês contemporâneo.

Outra vertente de onde deriva o pensamento conservador contemporâneo é o pragmatismo norte-americano e sua tese central de que o significado e a verdade “de qualquer conceito são determinados pelos efeitos práticos que dele emanam” (Bogomolov). Em sua origem está o espírito autoritário, antidemocrático e idealista de Charles Sanders Pierce (autor, em uma de suas conferências, da frase “Não temos a vã pretensão de ir além dos fenômenos” – isto é, de examinar o mundo real, objetivo, concreto), que lamentou a libertação dos escravos e defendeu a repressão contra os trabalhadores. Seu continuador foi Wil-

liam James, outro idealista para quem a verdade era relativa e dependia de sua utilidade. E que, como Pierce, foi um defensor da sociedade burguesa. “O instinto de propriedade”, escreveu, “é inerente à nossa natureza”, levando à suspeita antecipada das “utopias comunistas”.

Em nosso tempo, o pensamento hegemônico foi definido sob o rótulo de pós-modernismo e seu conjunto eclético de autores, artistas, categorias e conceitos enfeixados pela ênfase comum na superação da modernidade, da revolução proletária e do marxismo – embora existam, é preciso registrar, pós-modernos de “esquerda” –, na suspeita da compreensão objetiva e científica do mundo e na difusão de um comportamento individualista, subjetivista e arbitrário expresso na fragmentação, na irresponsabilidade social e na estetização da vida.

O caráter de classe, burguês, dessa subjetividade dominante é marcado pela sua difusão, a partir das décadas de 1960 e 1970, entre as classes médias endinheiradas e consumistas, primeiro entre os países ricos e, depois, na periferia do mundo capitalista. As mudanças no mundo do trabalho criaram condições para sua difusão também entre os trabalhadores, facilitada pelo quadro de precarização dos vínculos empregatícios, desemprego, perda de direitos sociais, fragilização dos sindicatos e dos partidos operários e empobrecimento. Esta foi também a época da generalização da tese burguesa do fim da centralidade do trabalho e do papel histórico revolucionário da classe operária, e do abandono da visão de classe e da luta de classes como categorias para a compreensão da sociedade e de sua dinâmica, substituídas pelo indivíduo, pelos “grupos de prestígio” e por todo o rosário de conceitos da sociologia burguesa convencional.

O marxista britânico Raymond Williams acentua que “o pós-modernismo é o primeiro estilo glo-

*Na sociedade burguesa quem é independente e tem individualidade é o capital, enquanto o indivíduo que trabalha é completamente dependente.*

bal especificamente norte-americano" (citado por Perry Anderson), avaliação acompanhada pelo norte-americano Fredric Jameson que vê, no pós-modernismo, em sentido mais amplo, a lógica do capitalismo triunfante em escala mundial, que banuiu o espectro a revolução e legitima a ação das empresas multinacionais e do imperialismo. E que impõe as formas de sensibilidade e de ver o mundo, traduzidas no indivíduo contemporâneo e seu consumismo.

Mas, lembraram Marx e Engels no *Manifesto*, na sociedade burguesa quem é independente e tem individualidade é o capital, enquanto o "indivíduo que trabalha é dependente e não tem individualidade própria". No mundo do capitalismo, marcado pelo desemprego, só há lugar para o que "pode ser convertido em capital, em dinheiro, em renda da terra", e só tem subjetividade, dizem os fundadores do materialismo moderno, "o burguês, o proprietário burguês". Ou aqueles cujo trabalho, que valoriza o capital, pode ser apropriado pela burguesia e transformado em propriedade burguesa.

*A personalidade capitalista moderna existe em uma sociedade onde não há lugar para o desenvolvimento da individualidade.*

O individualismo típico de uma sociedade como essa é a expressão do domínio de todos pela lógica do capital, e mesmo o capitalista é um funcionário do capital, lembrou Marx em *O Capital*. A personalidade capitalista moderna é essa personalidade burguesa descrita por Marx e Engels, que existe em uma sociedade onde não há lugar para o desenvolvimento da individualidade, isto é, para a livre manifestação das múltiplas capacidades de cada ser humano.

Contra ela, e hoje soterrada sob o peso da propaganda da burguesia, sobrevive outra forma de sentir e compreender o mundo, as relações entre os homens e dos homens com a natureza, e que preconiza a superação do capitalismo por uma sociedade onde a exigência do *Manifesto* de que "o desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos" possa tornar-se realidade.

*José Carlos Ruy é jornalista e editor de Princípios.*

### Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. RJ, Jorge Zahar Editor, 1999.
- BOGOMOLOV, A.S. *A filosofia americana no século XX*. RJ, Civilização Brasileira, 1979.
- EHRENREICH, Bárbara. *O medo da queda – ascensão e crise da classe média*. São Paulo, Scritta, 1994.
- JACQUARD, Roland, "Introdução: as rapsódias do eu". In: *O indivíduo* (entrevistas do *Le Monde*), SP, Ática, 1989 (a edição francesa é de 1985).
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. SP, Ática, 1996.
- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo*. RJ, Imago, 1983.
- MARX, Karl, e Engels, Friedrich. "Manifiesto del Partido Comunista". In *Obras Escogidas*, t. 1. Madrid, Editorial Ayuso, 1975.
- PIERCE, Charles Sanders. "Conferências sobre o pragmatismo". In: *Escritos escolhidos*. SP, Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores, vol.X XXVI).
- VYGOTSKI, Liev Semiónovich. "La psique, la consciencia, el inconsciente". In *Obras Escogidas*, v. 1. Madrid, Centro de Publicaciones Del MEC/Visor, 1991.

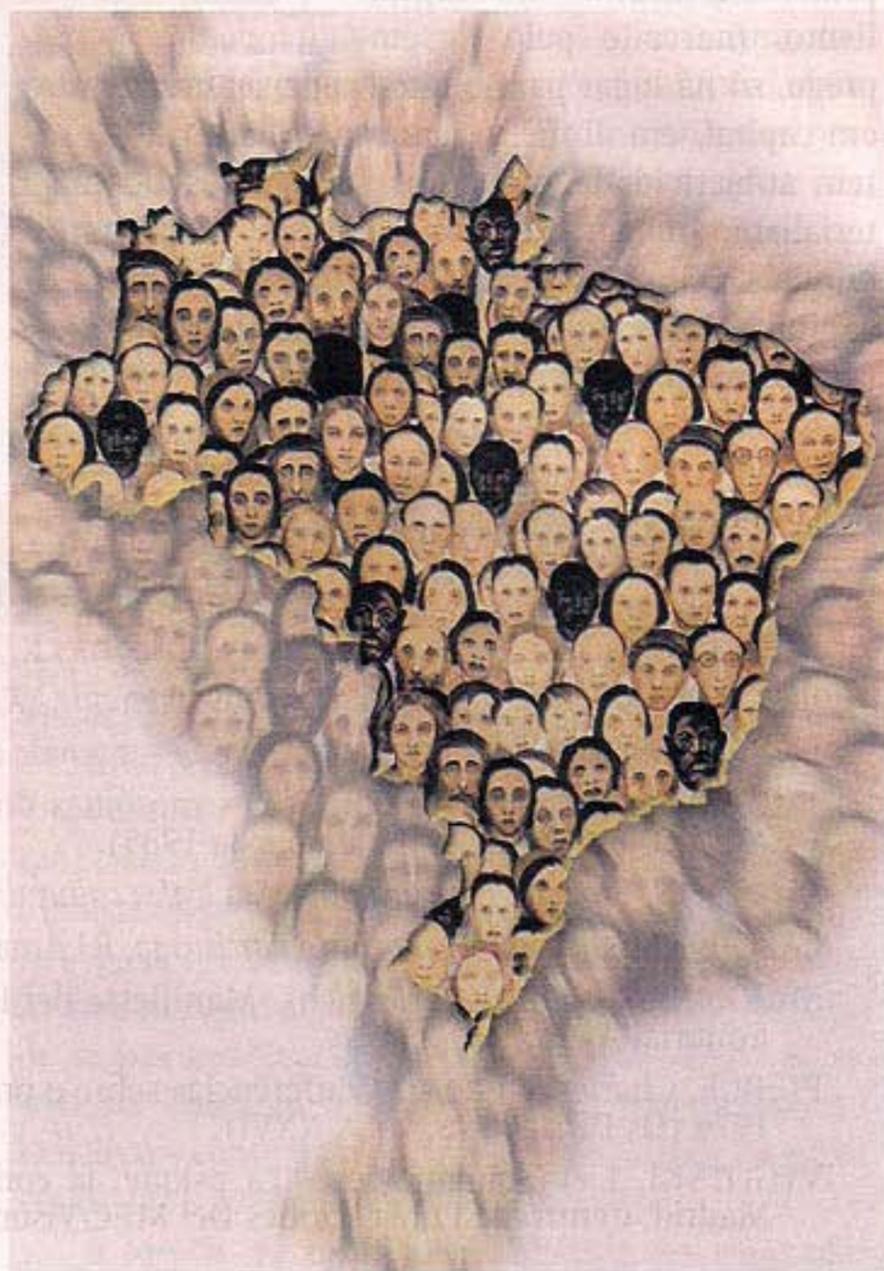
# A luta pelo socialismo num novo tempo

**Os processos revolucionários dependem da deflagração de profundas mudanças e acontecimentos em escala mundial, mas seu curso se dará nos marcos de cada país**

*RENATO RABELO*

**O**bjetiva e subjetivamente está em marcha uma nova luta pelo socialismo. Mais precisamente, uma jornada de acumulação de forças pela retomada do processo revolucionário. Esse período que assim caracterizamos instaurou-se evolutivamente a partir da queda dos governos do Leste europeu e da dissolução da União Soviética, no triênio 1989-91.

Desde a publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, por Marx e Engels em 1848, a luta pela superação do capitalismo e sua substituição por



Arquivo

uma sociedade mais avançada, passaram-se 157 anos. As primeiras experiências concretas de socialismo iniciaram-se há 88 anos. Do ponto de vista histórico, um período curto para que o socialismo pudesse superar o capitalismo.

A revolução Russa de 1917 e a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); a instauração de governos avançados e socialistas no Leste da Europa no período pós-II Guerra Mundial; e ainda as revoluções na China, no Vietnã, em Cuba e em outros países formaram um amplo campo socialista. Todavia, esse campo, com tal dimensão, do ponto de vista do relógio da história teve uma vida efêmera: 72 anos. O Comecom, por exemplo, teve poucas décadas de vida útil.

Ao emprendermos esforços para a retomada de um processo transformador temos de considerar três questões: as lições da experiência do primeiro ciclo socialista; o domínio, com maior rigor, do ponto de vista teórico e concreto, do capitalismo contemporâneo; e a situação atual do movimento transformador.

A relação entre esses itens – sobretudo, a relação entre as duas últimas questões – nos oferece as dimensões objetivas e subjetivas do que estamos denominando de nova luta pelo socialismo. De antemão argumentamos que essa etapa contemporânea da jornada libertária emerge, objetivamente, das contradições, dos paradoxos, da crise sistêmica do capitalismo e, simultaneamente, do grau alcançado de superação da denominada crise do socialismo.

### **Dissolução da URSS, derrota de longo alcance histórico**

A União Soviética enquanto existiu foi uma grande experiência e deixou um significativo legado aos trabalhadores e à humanidade. Contudo, ela fracassou. Este fato se configura numa derrota de caráter estratégico. Apesar de China, Vietnã, Cuba e outros países terem mantido a perspectiva do socialismo e apesar de inúmeros partidos terem se mantido fiéis

aos princípios revolucionários, instaurou-se um ciclo conservador contra-revolucionário que, para ser superado, exige uma resistência prolongada.

O histórico dirigente do PCdoB, João Amazonas, num encontro internacionalista, realizado em 1992, apresentou o seguinte juízo sobre essa quadra histórica: “Vivemos uma situação de generalizado abalo das convicções progressistas de transformação radical da sociedade. Estende-se o ceticismo, o desalento, as vacilações acerca da justeza das teorias de Marx, Engels, Lênin. Voltam à cena políticas velhas e ilusórias utopias de reforma do capitalismo, como saída para os irreparáveis desajustes originados da decomposição desse sistema”.

Seguiu-se a esse verdadeiro tremor de terra, o desafio de levantar do chão o projeto socialista. Reiniciar, do ponto de vista objetivo e subjetivo, uma nova etapa de acumulação estratégica de forças à retomada do processo revolucionário. A esse desafio é que denominamos “nova luta pelo socialismo”. Algo distinto, diferente, da jornada empreendida no século passado.

A crise que eclodiu tem uma envergadura superior a outras que o movimento transformador já houvera enfrentado. Não é a primeira e, provavelmente, não será a última. Entre situações semelhantes já enfrentadas, podemos citar o grande surto revisionista que se estabeleceu no âmbito da II Internacional, por volta da I Guerra Mundial. Lênin, à época, fez uma convocação ao conjunto dos revolucionários para superar a crise do marxismo e do próprio movimento revolucionário. Convocação que resultou em êxito.

Na atualidade tarefa semelhante tem de ser vencida. E a luta por esse objetivo se realiza num período histórico de “pacifismo” que carrega um condicionamento singular – a derrota das primeiras experiências históricas do socialismo.

### **O que é o capitalismo contemporâneo?**

Entre os trabalhos a serem realizados pelas

*Globalização neoliberal é exatamente esta fase atual que incorpora o mundo inteiro ao capital de forma inédita através de um vasto e intenso processo de financeirização.*

forças avançadas nesta fase de acumulação de forças destaca-se o desafio teórico e político de compreendermos de modo preciso e rigoroso a fase atual do desenvolvimento capitalista.

Vivemos uma fase expansiva – nunca vista –, da internacionalização do capital, porque engloba o mundo inteiro de forma bastante ampla. Internacionalização essa que vem do século antepassado. Esse movimento eleva ainda mais a concentração e a centralização do capital. Evidentemente, se há concentração e centralização do capital há poder também mais concentrado. A orientação que define o padrão de acumulação capitalista contemporânea é o neoliberalismo. É a época de predomínio do neoliberalismo. A essa fase da etapa de internacionalização do capital se convencionou chamar de globalização neoliberal.

O que é globalização neoliberal? É exatamente esta fase atual que incorpora o mundo inteiro ao capital de forma inédita através de um vasto e intenso processo de financeirização. Tal processo visa a dar livre acesso ao capital em qualquer parte do mundo. Nenhum óbice, nenhuma fronteira, ao capital. É a época do auge do capital financeiro, a desregulamentação que permite esse ir e vir do capital financeiro. Para isso se impôs a abertura das contas de capitais nos diversos países para facilitar esse livre trânsito.

O problema é justamente este: a internacionalização do capital – já assinalada por Marx e posteriormente por Lênin, que chega a um nível nunca visto. Portanto, vivemos uma espécie de apogeu do capital financeiro.

Dessa lógica econômico-financeira deriva uma nova política de dominação: o neocolonialismo que representa, num plano, uma pressão ainda maior para submeter os países soberanos e, noutro, um crescente aviltamento dos direitos dos trabalhadores.

Disso deriva o bombardeio teórico, político, ideológico para debilitar os Estados nacionais. Daí a justa hierarquização da *centralidade* da questão nacional, questão teórica e política relevante – sublinhada, inclusive, por importantes intelectuais como Carlos Lessa e Maria Conceição Tavares.

A lógica do capital financeiro – o lucro máximo –, neste apogeu de financeirização, eleva sobremodo a exploração sobre o trabalho e gera a contenção do trabalho vivo – e desemprego estrutural, crônico, em elevação.

### Acirramento de contradições e paradoxos

Esse quadro de dependência e exploração crescente leva a um aguçamento das contradições de todo o sistema. As forças produtivas crescem como nunca, mas o sistema é incapaz de incluir maiores parcelas da população para auferir os resultados desse desenvolvimento, provocando maior exclusão.

A riqueza, o poder, a ciência, a tecnologia, o consumo, o poderio militar são centralizados num restrito círculo de grandes potências. Noutro pólo, um grande número de países e povos se movimenta em ações diplomáticas e comerciais sob as bandeiras do direito à soberania e ao desenvolvimento.

Esse aguçamento das contradições cria as condições para que o emergir da exigência de uma nova e superior forma de organização econômica, política e social se imponha. Objetivamente!

O capitalismo instaura um paradoxo. Vivemos uma situação em que as forças produtivas, desenvolvidas pelo capitalismo, chegaram a um nível extraordinário, também nunca visto na história. Contraditoriamente, a exclusão, a marginalização do povo e dos trabalhadores dos frutos do desenvolvimento ocorrerá quanto mais forem desenvolvidas a ciência, a tecnologia e a capacidade real de produção, mantidas as relações de produção capitalista.

O sistema é cada vez mais impotente para dar resposta às aspirações da grande maioria da humanidade a uma vida digna. Muito ao contrário. O trabalho vivo é contido. Ocorre crescentemente a expansão do desemprego estrutural, crônico. Efetiva-se uma hipertrofia da esfera financeira em detrimento da produção, gerando, com isso tudo, esse quadro, que permeia o mundo – o Brasil é exemplo disso – de especulação, parasitismo, rentismo. Fenômenos esses nada mais do que sintomas de um sistema ultrapassado.

Evidentemente, esse quadro gera uma crise social e existencial avassaladora no mundo. Ao se condenar amplas camadas das massas à marginalização, irrompe-se a barbárie. Barbárie essa que leva o imperialismo a lançar cada vez mais o uso da força, da militarização, da guerra, da agressão para impor sua hegemonia.

Tudo isso são sintomas de um sistema decadente. Mas não quer dizer que o mesmo possa cair num

curto espaço de tempo. Mas, historicamente, é um sistema decadente. E quanto mais tempo o capitalismo permanecer na cena da história, maior a possibilidade do crescimento dos horrores da barbárie.

### O socialismo emerge dessa realidade objetiva

Como reação a esta realidade, crescem o anseio e a exigência de uma nova formação econômica, política e social superior – exatamente o socialismo, ou as diversas formas que possa tomar esse processo de socialização. Ressaltamos o aspecto de que objetivamente existe a exigência histórica de uma formação política, econômica e social superior ao capitalismo, independentemente de nossa vontade.

Mas, para tanto não basta existir essa realidade objetiva que leva à crise do próprio sistema. Se não houver crescimento e amadurecimento do fator subjetivo, do fator consciente, para se empreender um processo transformador, o capitalismo espontaneamente encontrará suas saídas econômicas e políticas. Se não houver esse fator subjetivo transformador, revolucionário, com grande influência e largo prestígio político, que englobe e organize os trabalhadores e as grandes massas para se contraporem em todos os níveis ao fator dominante conservador e aproveite as oportunidades históricas para que se possa superar o atual sistema, este perdurará, seguirá existindo.

E ao persistir na história, o capitalismo faz eclodir o que Engels denominou de barbárie. As saídas econômicas do capitalismo para contornar suas crises provocam crises sociais cada vez mais dramáticas. O capitalismo demonstra-se cada vez mais imprestável ao progresso social. Por sua lógica intrínseca as alternativas que ele engendra são negativas e destrutivas em sentido amplo – tanto aos povos e aos trabalhadores quanto à natureza.

Contudo, é inútil e anticientífico nutrir qualquer

perspectiva de uma espécie de implosão do capitalismo. Mesmo que tenha no geral um sentido anti-social, antinatureza, o capitalismo se não for confrontado no âmbito mundial e no âmbito de um país determinado por uma poderosa força social e política transformadora, poderá, como fez até hoje, seguir seu itinerário de mais desigualdades e marginalização social.

### Qual a situação do movimento revolucionário e transformador?

A superação do capitalismo e o surgimento de uma formação econômica, política e social avançada exigem a existência e a ação de forças políticas que tenham clareza e convicção do projeto histórico que defendem. Tais forças precisam ter raízes e liderança política entre as massas populares e os trabalhadores para que sejam capazes de liderar um processo de ruptura do capitalismo. Forças com prestígio e grande influência política.

Assim se deu no século passado, quando os bolcheviques alcançaram seu grande prestígio, sua grande autoridade, sua grande influência. E eles souberam, exatamente com uma orientação correta, aproveitar um momento histórico favorável e conduzir a

revolução a bom termo.

Para aferir a situação do movimento temos de levar em conta as lições extraídas do primeiro ciclo histórico do socialismo e o nível atual de correlação de forças.

Quanto às lições, sublinhamos que a capacidade do movimento revolucionário de aprender com os erros, de não se aferrar aos dogmas que se revelaram um desastre, foi determinante para o soergimento de suas ações. Resumidamente, citamos três dessas lições: inexistência de um modelo universal (único) de socialismo; não há trânsito, passagem direta à construção socialista após a conquista do poder político, sobretudo, nos países de capitalismo dependente; e, para, se iniciar o processo de transição

*Mesmo que tenha no geral um sentido anti-social, antinatureza, o capitalismo, se não for confrontado no âmbito mundial e local poderá seguir seu itinerário.*

do capitalismo ao socialismo é imperativo que forças avançadas comprometidas com este projeto conquistem o poder político e alcancem a hegemonia.

Quanto à correlação de forças, inicialmente sublinhamos que não podemos subestimar a capacidade das forças dominantes do capitalismo e dos seus aparatos que impedem o avanço para a nova sociedade. Eles souberam se reorganizar e se refazer do golpe recebido com as revoluções proletárias do século XX e impuseram à humanidade – com base na força bruta e na pressão ideológica – o fomento de uma onda conservadora que ainda prossegue.

A reeleição de Bush nos Estados Unidos simboliza o respaldo social, numa sociedade capitalista avançada, a uma corrente obscurantista e conservadora. Outra face disso é a prevalência do neoliberalismo na Europa mesmo quando há vitória de correntes social-democratas. Mais recentemente houve as chamadas “revolução das rosas” na Geórgia e “revolução laranja” na Ucrânia e em outros países da ex-União Soviética, que têm levado ao poder forças vinculadas aos países imperialistas do ocidente, aos Estados Unidos. Todos esses elementos demonstram que a onda conservadora ainda prossegue.

Por isso, o grande desafio das forças de transformação revolucionária, fora do poder, evidentemente, é terem de lutar para a conquista do poder numa tentativa de retomada do processo revolucionário.

Os processos revolucionários, transformadores, dependem da deflagração de profundas mudanças e de grandes acontecimentos em escala mundial, mas o curso revolucionário se dará nos marcos das realidades específicas, peculiares, de cada país.

### **Época de acumulação de forças**

A derrota histórica das primeiras experiências socialistas e o ascenso de uma onda conservadora de longa duração nos levaram a um processo de acumulação e construção estratégica de forças avançadas a partir do nível da batalha política em curso.

Se não houver essa compreensão não sairemos do lugar e podemos perder a perspectiva. Por essa razão, o desafio dessas forças que se colocam numa posição de conquista do poder é construir uma am-

pla base política e social, procurando, evidentemente, buscar os aliados do proletariado, não só fundamentais, mas também conjunturais, para conseguirem o êxito.

A acumulação estratégica de forças é um processo que passa pela compreensão de frentes amplas, pela capacidade de unir amplas forças sociais e políticas, mesmo com aliados temporários e, evidentemente, com os aliados fundamentais.

Esta correlação de forças condiciona a atuação não apenas dos partidos revolucionários dos países capitalistas, mas também a dos partidos que estão no poder e mantêm com firmeza e a habilidade a perspectiva do socialismo. Eles tiveram de fazer flexões importantes para não perder seu objetivo maior. Cuba, China e Vietnã tiveram, por exemplo, de fazer não apenas flexões táticas, mas também flexões estratégicas.

Hoje, estes partidos comunistas em conjunto com os povos e os trabalhadores de seus países se concentram no desenvolvimento contínuo de suas economias, tendo em vista a rápida expansão das forças produtivas. São países ainda relativamente atrasados. Esse é o grande desafio deles. Vivem, portanto, um quadro de acumulação, de construção estratégica de forças nas condições de países em vias de desenvolvimento.

No Brasil, concretamente, nos dias atuais o PC doB participa ativamente da luta pela superação do neoliberalismo e pela implementação de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Temos a convicção de que o alcance desses objetivos tático-estratégicos nos aproximará da conquista do objetivo maior.

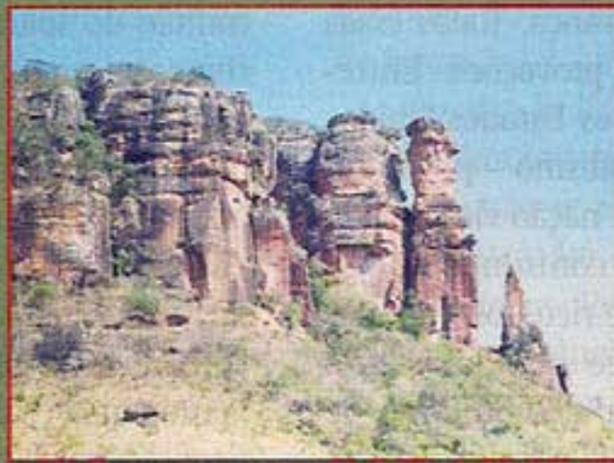
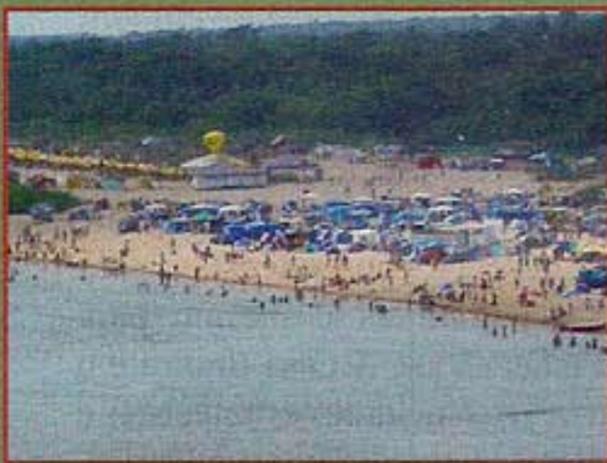
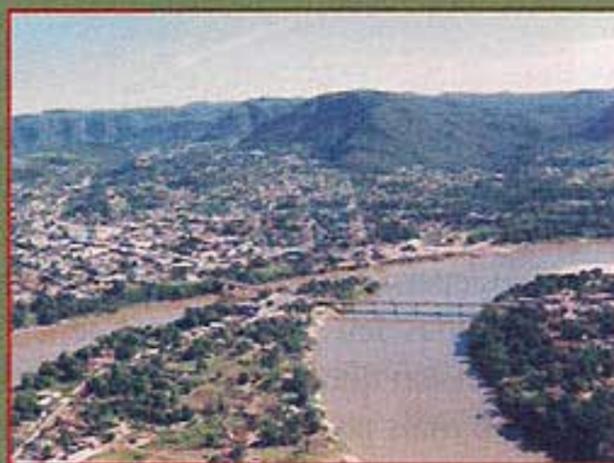
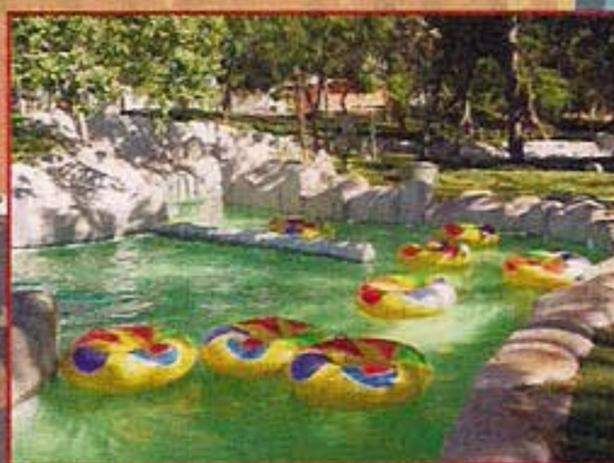
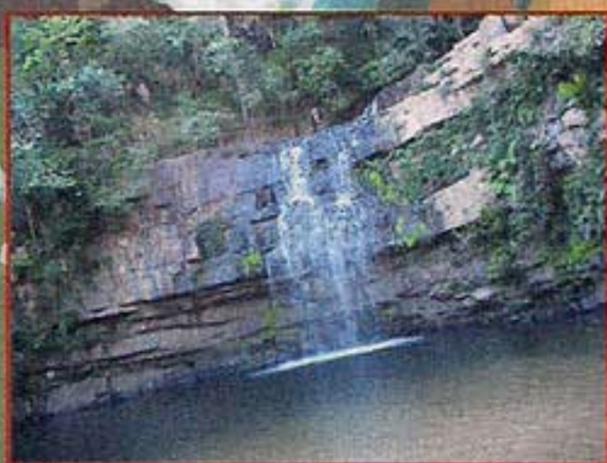
No curso dessa luta, buscamos construir um partido com características e propriedades para disputar a hegemonia entre as forças avançadas. Um partido grande e influente, com uma estrutura de quadros preparados, engajado no movimento de massas, enraizado no proletariado e presente na luta dos trabalhadores. Um partido leninista, contemporâneo, que, com originalidade e criatividade, reafirme os princípios e renove formas, métodos de estruturação e ação política.

---

*Renato Rabelo é presidente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).*

# Barra do Garças te espera de braços abertos

Festival de Praia - julho/ 2005 - Arte - Cultura - Ecologia



Cachoeiras, praias, montanhas, águas quentes,  
os rios Garças e Araguaia e uma diversidade étnica  
e cultural te esperam no coração do Brasil.  
Venha desfrutar de nossas maravilhas.  
Agora Barra do Garças está ainda melhor, com uma  
gestão para todos e trabalhando pela inclusão social.



**Barra do Garças**  
Bela e Melhor Para Todos  
PREFEITURA MUNICIPAL

# A guerra contra os EUA pela salvação nacional

O povo vietnamita teve de se confrontar com o mais poderoso, impiedoso, bélico e rico dos imperialismos, mas conseguiu uma grande vitória

Vo Nguyen Giap

**A**o longo de sua história o Vietnã resistiu a inúmeras agressões estrangeiras: foram mil anos sob o domínio do Norte, mil anos lutando por sua independência contra invasores de dinastias feudais, incluindo as três ocasiões em que tivemos de lutar contra os Yuan Mongóis, o mais poderoso exército do mundo no século 13; cem anos sob o jugo do velho colonialismo da França. Todas essas foram longas, árduas e violentas provações. Entretanto, os 21 anos de guerra contra os Estados Unidos – de resistência contra o neocolonialismo – provaram ser o maior e mais difícil desafio da nação vietnamita.

O povo vietnamita teve de se confrontar com o mais poderoso, impiedoso, bélico e rico dos imperialismos. A guerra atravessou cinco mandatos presidenciais dos EUA, com o maior desequilíbrio de forças da história do Vietnã contra agressões estrangeiras, em termos tanto de modos de produção quanto em potenciais econômico e militar.

Os imperialistas americanos mobilizaram na guerra do Vietnã um nível de munição sem precedentes em uma faixa de terra tão estreita, com os recursos das mais avançadas armas, excluindo de seu arsenal apenas bombas atômicas. No auge da guerra, os EUA enviaram mais de meio milhão de soldados juntamente com uma grande esquadra naval e a força aérea, além de mais 75 mil aliados e meio milhão de soldados sul-vietnamitas. Esses números representam um recorde para uma ofensiva neocolonialista. Washington lançou mão de todas as estratégias, táticas militares, política e diplomacia, bem como do ambiente de destruição com o “agente Laranja”, deixando severas conseqüências para muitas gerações de vietnamitas e mesmo para veteranos de guerra americanos. A Casa Branca e o Pentágono enviaram os seus melhores estrategistas e generais para combater o Vietnã durante a guerra.

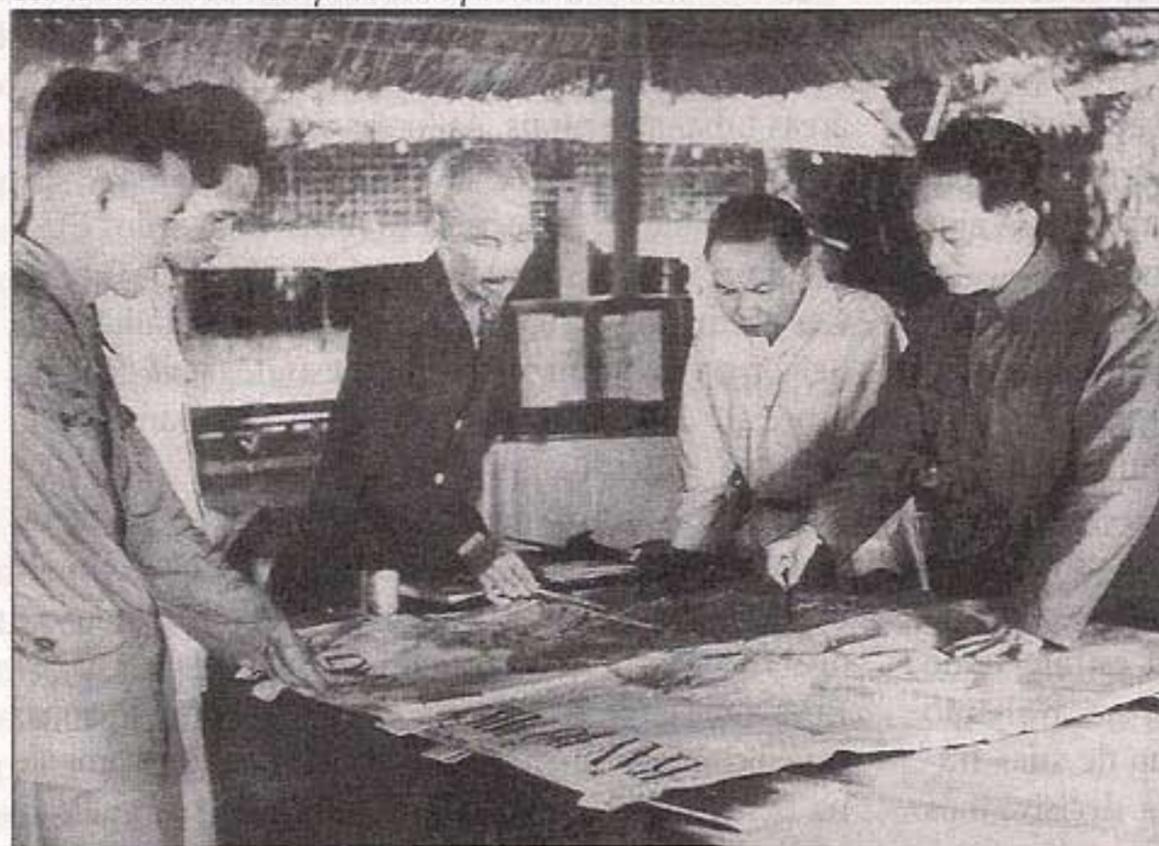
O Vietnã tornou-se o foco principal do duro embate entre revolucionários e reacionários no mundo,

um lugar onde havia a típica rivalidade entre progresso e reação, entre justiça e injustiça na luta da humanidade pela paz, independência nacional, democracia e progresso social.

Perante tão grandes desafios, diferente dos prematuros dias de resistência contra a França, o Vietnã entrou na guerra contra os EUA em novas condições: o povo e o exército pelo país tinham enfrentado desafios na guerra contra a França e acumularam valiosas experiências. Liberto, o Vietnã do Norte, possuindo elo com fraternos países socialistas, estava mais consolidado até para poder agir como a grande barreira no front no Vietnã do Sul. O exército vietnamita gradualmente se transformou em uma força moderna e regular, treinando as unidades do exército que haviam sido reagrupadas no norte para que pudessem um dia retornar, eventualmente se incorporarem a divisões fortes e assim reforçarem o sul.

O presidente Ho Chi Minh percebeu a perversa conspiração dos EUA muito cedo. Em 1950 ele já apontara o envolvimento e a interferência norte-americanos na Guerra Indochinesa. Com o intuito de garantir a paz, em onze ocasiões ele enviou cartas ao presidente Truman. Na Batalha de Dien Bien Phu, com as armas ainda empunhadas, oficiais e homens do exército vietnamita receberam uma carta de recomendação do presidente Ho Chi Minh. Nela, ele sublinhou: "A vitória foi grandiosa, ainda que seja apenas

*Ho Chi Minh e Giap no campo de batalha.*



o começo". Quando eu retornei de Dien Bien Phu para a base de Viet Bac, liguei para o presidente. Ele disse: "Bem-vindo de volta com a vitória! Mas nós teremos de lutar contra os EUA!" Durante a 6ª Plenária do Comitê Central do Partido (julho de 1954), que priorizou a assinatura da Convenção de Genebra, foi deliberado: "Os imperialistas dos EUA são os maiores inimigos dos povos pacíficos no mundo, tornando-se o principal inimigo do povo Indochinês".

O presidente Ho e o Partido estavam certos em definir uma linha revolucionária nesse estágio. Ao lançar simultaneamente duas estratégias revolucionárias nas duas partes do país em prol de uma meta comum (a luta contra os EUA pela salvação nacional): a libertação do Vietnã do Sul, e a proteção do Norte de uma eventual reunificação, eles apontaram para o elo estratégico entre as duas partes do país. Construir o socialismo no Norte assegura mais força para a libertação do Sul. Desse modo, aumentar a luta revolucionária no Sul é para libertá-lo e proteger o Norte. O Norte jogaria o papel mais decisivo; o Sul surtiria efeito direto na conclusão da revolução democrática por todo o país. Isto também representaria um estreito laço entre a retaguarda e o grande front, mobilizando toda a população para a luta contra os impiedosos inimigos. Também mostraria a gana da nação vietnamita. "O Vietnã é um, a nação vietnamita é uma. Rios podem secar e montanhas virem abaixo, mas esta verdade jamais mudará".

O Partido corretamente combinou deveres nacionalistas com obrigações internacionalistas: o fortalecimento da combativa aliança dos três povos Indochineses, a promoção da solidariedade entre a revolução do Vietnã a correntes revolucionárias no mundo, relacionando-se estreitamente com União Soviética, China e outros fraternos países socialistas, desenvolvendo uma ampla frente de povos amantes da paz e da justiça no mundo, inclusive norte-americanos que se opunham à agressão imperialista dos EUA.

O presidente Ho e o Partido tiveram êxito na edificação do espírito de “determinação para derrotar os agressores EUA” no seio do povo e do exército. O desamor, a lealdade e a determinação para ganhar de todos os inimigos agressores são antigas tradições da nação. Durante a Revolução de Agosto de 1945 esse espírito se refletiu em palavras de ordem como “Mobilizar as forças internas para nos libertar”, “Uma oportunidade favorável surgiu, mesmo que tenhamos de queimar toda a Cordilheira de Truong Son, nós o faremos pela independência nacional”. Durante a guerra de resistência contra os franceses, o espírito era “Nós preferimos sacrificar a todos a perder o país. Jamais seremos escravizados”. Já na guerra contra os EUA, o presidente Ho Chi Minh convocou uma Conferência Política, demonstrando a determinação de toda a população em lutar contra os imperialistas americanos.

Quando os EUA enviaram um número massivo de soldados para o Sul e utilizaram forças navais e aéreas para destruir o Norte, Ho Chi Minh afirmou: “A guerra pode durar 5, 10, 20 anos ou mais. Hanoi, Haiphong e algumas cidades e empreendimentos podem ser destruídos, mas o povo vietnamita não se intimidará! Nada é mais precioso que a independência e a liberdade!” Ou “Enquanto houver quaisquer agressores estrangeiros no país, nós continuaremos a luta para varrê-los para longe”.

Isso foi considerado o “apelo sagrado para a luta” contra os EUA pela salvação da nação, representando a determinação para a luta de toda a população e do exército.

Naturalmente, apenas determinação não foi suficiente para derrotar os norte-americanos, mas em primeiro lugar a coragem de lutar contra os EUA ajudou a encontrar um caminho para vencê-los.

A determinação para a luta e o conhecimento de como lutar, juntamente com força de vontade e inteligência, heroísmo revolucionário e criatividade, combinados são o espírito e a mente que ajudaram o Vietnã a agüentar todas as mudanças.

Aprender a lutar foi resultado de um processo de criatividade das lideranças e do povo – baseado na compreensão da lei revolucionária, da estratégia de guerra, dos pontos de vistas realistas, na avaliação correta da força do inimigo, bem como de suas fraquezas – culminando numa mudança decisiva nos

aspectos da guerra, avançando passo a passo em direção à vitória final.

O levante foi uma grande iniciativa. No espírito do “Programa Revolucionário para o Vietnã do Sul”, escrito pelo secretário-geral do Partido, Le Duan, em especial a 15ª Resolução do Comitê Central do Partido, os sulistas se levantaram de um obscuro período para romper com o regime testa-de-ferro de Saigon, para libertar grandes áreas rurais e se engendrar em operações de áreas urbanas. O “exército de cabelos compridos” foi um símbolo brilhante do heroísmo revolucionário e do pensamento das mulheres Sul-vietnamitas. Com o Levante, a revolução no Sul assumiu uma posição ofensiva. A Frente de Libertação Nacional e o Exército de Libertação do Sul do Vietnã se estabeleceram, criando poderosas mudanças em termos da força e da posição da revolução. Como o governo do neocolonialismo, através do regime testa-de-ferro ditatorial, provou não ser duradouro, Washington, como último recurso, apelou para a tática de “Guerra especial” em sua estrutura de “reação flexível”, para se opor às tendências revolucionárias, como havia usado no início da Segunda Guerra Mundial.

Isso exigiu uma nova forma de resistência às táticas da “Guerra especial” no sul do Vietnã, transformando um levante parcial numa guerra revolucionária. Compreendendo as dificuldades de uma acirrada guerra revolucionária, o povo sul-vietnamita promoveu a luta popular. Esmagando as operações dos inimigos e desintegrando sua rede de aldeias estratégicas, consideradas pela administração testa-de-ferro como impulsionadoras das forças políticas em áreas urbanas e rurais. As forças armadas se construíram gradualmente. A vitória de Ap Bac sinalizou a possibilidade de resistência às novas táticas dos EUA. Foram relatadas sucessivas vitórias em Binh Gia, Ba Gia e em Dong Xoai, a varredura dos batalhões de Saigon provocaram o colapso da estratégia de “Guerra especial” dos EUA e alertaram para a mudança desta em uma “Guerra Local”.

Os EUA consideravam o Vietnã um foco do movimento de libertação que precisava ser detido a fim de impedir outras insurreições nacionais no mundo e a disseminação do comunismo pelo Sudeste da Ásia. Os EUA lançaram a “Guerra local” enviando tropas expedicionárias americanas para lutarem diretamente na frente de batalha do sul, conduzindo sua guerra à

destruição do norte numa tentativa de “estrangular” a revolução no sul, e “lançar os norte-vietnamitas de volta à idade da pedra”, colocando desse modo um desafio sem precedentes ao povo vietnamita de ambas as partes do país.

O presidente Ho Chi Minh e o Partido avaliaram a nova situação estratégica de maneira calma e clara. Criou-se uma grande unanimidade entre o Partido, o exército e o povo, que estavam determinados a se defenderem da ofensiva norte-americana.

Sob a égide dessa difícil e grave situação a vontade e a determinação do Vietnã em lutar tiveram bom resultado. Nunca houve um espírito anti-EUA tão grande como nessa época. O país inteiro ferveu com a luta contra os EUA e todo o povo se dirigiu ao campo de batalha. No Sul, movimentos semelhantes aos “Valentes soldados para varrerem as forças armadas dos EUA”, “Vamos procurar por soldados dos EUA para lutar, vamos procurar soldados fantoches para matar”, “Vamos perseguir o inimigo para lutar”, dentre outros. No Norte, “Cada um trabalhando por dois”, “Três prontidões”, “Três responsabilidades”, “Vamos apontar direto para o inimigo e atirar”, “Vamos atravessar a Cordilheira Truong Son para salvarmos o país”. A Estrada Truong Son, a Trilha Ho Chi Minh na terra e no mar como linhas de transporte estratégicas tornaram-se “caminhos lendários” que propiciaram à retaguarda deslocar para ajudar no grande front.

As batalhas de Nui Thanh, Van Tuong, Ya Drang, Playme, Dat Cuoc e Dau Bang foram as primeiras batalhas de significado importante, pois expuseram a fraqueza das tropas dos EUA. O Vietnã do Norte abateu sofisticados aviões norte-americanos e capturou seus pilotos. As vitórias iniciais em ambas as partes do país não foram apenas corajosas, mas também provaram que o exército e o povo vietnamita poderiam derrotar a infantaria e a força aérea dos EUA. Os esforços das mulheres de Cu Chi e Trang Bang em im-

pedir que os tanques de guerra dos EUA destruíssem os campos de arroz e que os soldados queimassem as casas demonstraram a destreza da política, aliada à gana do povo vietnamita frente às tropas norte-americanas.

Os EUA calcularam que eles precisariam de várias centenas de milhares de soldados e lançaram ofensivas estratégicas durante três estações secas, numa tentativa de derrotar o Vietnã antes de retornarem ao país e imporem o neocolonialismo ao Vietnã do Sul. Com isso em mente, deflagraram operações de “procure e destrua” na esperança de quebrar a espinha dorsal do autêntico exército Viet Cong, capturando ou aniquilando o Comando Central ou o Comando do Exército de Libertação do Vietnã do Sul, promovendo alguns bombardeios em larga escala contra o Vietnã do Norte e obstruindo a Trilha Ho Chi Minh – e então o Vietnã estaria completamente derrotado.

Mas depois das duas contra-ofensivas nas estações secas de 1965-1966 e 1966-1967 com operações de vulto como *Cedar Falls*, *Attleboro*, e *Junction City*, os EUA não estavam aptos a destruir as forças do Exército de Libertação ou capturar o “cérebro” da guerra de resistência no Sul. Ao contrário, os EUA sofreram derrotas sem precedentes. Próximo à terceira estação seca, dificilmente os EUA começariam a fazer qualquer coisa além da batalha de Khe Sanh. E o levante de Tet de 1968 foi como um raio caindo sobre eles, estrelecendo sua ofensiva. O general Westmoreland foi afastado, o secretário da Defesa McNamara demitiu-se, o presidente Johnson teve de declarar um cessar unilateral dos bombardeios acima dos 20º de latitude no Vietnã do Norte, e teve de aceitar sentar à mesa de negociação com o Vietnã na Conferência de Paris, sob o risco de não concorrer a um segundo mandato presidencial.

O surpreendente, simultâneo, poderoso e eficaz golpe da ofensiva de Tet em 1968 foi uma iniciativa ú-



*Defendendo a revolução.*

nica, jamais vista antes, marcando um ponto de virada básico que mudou o aspecto da guerra e abriu o processo de arrefecimento da guerra por parte dos EUA. Nós tínhamos tanta determinação quanto conhecimento para lutar e vencer as tropas norte-americanas quando elas eram esmagadoras em número – uma potência com seus maiores esforços guerreiros. A estratégia de “guerra local” foi à pique e os EUA tiveram de mudar de posição para a “desamericanização”, em detrimento da “vietnamização” da guerra.

O processo de arrefecimento dos EUA foi uma prolongada e violenta medição de força. Eles arrefeceram a guerra, mas permaneceram obstinados em prolongá-la e alastrá-la por toda a Indochina. Nosso povo permaneceu lado a lado aos povos do Laos e Camboja para frustrar os planos e ardis dos EUA.

Em 1º de Janeiro de 1969, em seu poema de *Saudação do Ano Novo*, Tio Ho escreveu: “Lutar até que os EUA vão embora e o regime testa-de-ferro seja derubado.” Ninguém imaginaria que seriam seus últimos cumprimentos de Ano Novo. O talentoso estrategista, o professor da revolução vietnamita delineou estes dois passos para a vitória final: “Norte e Sul reunidos, pode ser um feliz salto”. Nosso povo e exército cumpriram totalmente as instruções de Tio Ho. Junto com o povo e o exército do Laos nós derrotamos a operação Lam Son 719 na Estrada nº 9 – batalha ao sul de Laos em terra. Então a ofensiva estratégica foi lançada em 1972 por todo o Sul, e a batalha aérea de Dien Bien Phu no Norte. Nós alcançamos vitórias de significado decisivo. Os EUA tiveram de assinar o Acordo de Paz de Paris, assumindo o compromisso de respeitar a independência, soberania e integridade territorial do Vietnã, retirar todas as suas tropas, alterando a correlação de forças – favorável a nós pela primeira vez em 18 anos de resistência contra os EUA. Diante dessa situação, em julho de 1971 o Comitê Central do Partido convocou a 21ª Conferência e emitiu a Resolução sobre a grande vitória da resistência contra os EUA pela salvação nacional e a tarefa da revolução do Sul na sua nova fase.

A estratégica batalha no começo de 1975 marcou o novo brilhante desenvolvimento da arte da Guerra popular no tempo moderno, especialmente a arte de gerenciar a Guerra no estágio final, a arte de organizar e dirigir a implementação de batalhas-chave e conduzir a resistência à vitória total.

As batalhas de Thuong Duc e Phuoc Long serviram como estratégicas batalhas-termômetro que revelaram a fraqueza do exército fantoche e a limitação da habilidade dos EUA para se reorganizarem.

Tendo preparado a estratégia no Norte e no Sul, a ofensiva geral e a insurreição, no início de 1975, foram marcadas por um estratégico golpe mortal em Buon Ma Thuot e a libertação dos planaltos centrais foi uma excelente escolha tática, criando diversidade, enganando e desorganizando o inimigo através de esquemas, lutando bem, alcançando grandes vitórias e rapidamente mudando o aspecto da guerra.

Em 14 de abril de 1975, a Executiva Nacional do Partido decidiu chamar a libertação do Sul de “Campanha Ho Chi Minh”.

Atentas em aproveitar tal oportunidade, a Executiva Nacional e a Comissão Militar do Comitê Central do Partido tomaram a iniciativa de criar o fator surpresa e alterar o plano de libertação do Sul – cujo prazo era de três anos –, diminuindo para um ano apenas.

A campanha para libertar Hue e Danang foi uma ofensiva a mais e promoveu a insurreição de uma maneira oportuna, ousada, criativa e eficaz, destruindo e desintegrando totalmente o exército fantoche nas províncias costeiras sem deixá-los concentrados em Saigon, libertando o Vietnã central e as Ilhas Spratley. Desse modo criaram novas posição e força. O Comando Supremo se agarrou à nova oportunidade, decidindo pela libertação do Sul antes da estação chuvosa em 1975.

No espírito de “Rápido e mais rápido. Ousado e mais ousado. Fazendo uso de cada hora, cada minuto para alavancar a frente pela libertação do Sul. Determinado a lutar e alcançar a vitória total”, a histórica Campanha Ho Chi Minh foi feita com a determinação de lutar e alcançar a vitória total, mantendo a Cidade de Saigon quase intacta em sua libertação.

Com 55 dias (uma estranha coincidência comparada com os 55 dias da batalha de Dien Bien Phu) com esmagador poder tanto militar quanto político – e com três golpes estratégicos junto com a ofensiva e o levante no Delta do Rio Mekong –, mais de um milhão de tropas pró-EUA foram destruídas e dispersas, o governo fantoche foi derrubado, o regime neocolonialista – construído pelos EUA com grande dor através de cinco presidências – foi esmagado.

A vitória da resistência anti-EUA foi esperada

com grandes sacrifícios e esforços da nação inteira em uma feroz e longa disputa de inteligência e força com o inimigo, especialmente pelos compatriotas do Sul. A defesa invencível da terra natal; a vitória da liderança, direção, gerenciamento e comando no nível macro em combinação com específica ação de combate e esforço de cada oficial e homem em todos os campos de batalha, em cada unidade – não de um único campo de batalha ou unidade –; a Executiva Nacional, a Comissão Militar do Comitê Central do Partido, o Quartel General e seus representantes no front, o Comitê Central para o Vietnã do Sul e os Altos Comandos de campos de batalha, os Altos Comandos das campanhas e o Alto Comando da Trilha Ho Chi Minh jogaram um papel especialmente importante. No início de 1975, o Alto Comando Supremo mostrou claramente seu talento para planejar a estratégia, bom conhecimento do inimigo e de si mesmo na direção da guerra em escala nacional em uma ágil e valente maneira para alcançar a vitória total em uma situação mundial extremamente complicada durante os meados dos anos 70.

O dia da vitória total em 30 de abril de 1975 entrou para a história como o fim de uma estratégia sem competição. Durante a longa marcha de 30 anos com três marcos da vitória da Insurreição Geral de agosto de 1945, a vitória da batalha de Dien Bien Phu e a vitória total no início de 1975, nossa nação completou gloriosamente a causa da salvação nacional. O jugo do colonialismo, velho e novo, que tinha durado por mais de cem anos em nosso país fora abolido para sempre. Nossa terra natal estava totalmente independente e unificada. O país inteiro embarcou pelo caminho do socialismo.

Em escala mundial – pela primeira vez na história houve esse esforço de países pequenos –, uma nação que costumava ser uma colônia semifeudal, subdesenvolvida economicamente, levantou-se para se libertar e derrotou o maior poder imperialista com sua própria força, dando um heróico, destemido, sábio e talentoso exemplo para o movimento de eman-

ciação nacional no mundo. A expressão “Vietnã – Ho Chi Minh” entrou para as línguas das nações como um sinônimo de consciência humana e dignidade com a verdade “nada é mais precioso que independência e liberdade”.

A vitória do povo vietnamita foi de enorme magnitude internacional, também da humanidade amante da paz e justiça pelo resto do mundo.

A vitória do povo vietnamita foi ainda de um profundo caráter de época. Ela confirmou a verdade que “um Estado, não importa o quão forte seja, que usa a força para impor sua vontade a outros, será, por fim, derrotado”. A vitória de Dien

Bien Phu e a vitória no começo de 1975 foram o destino que a história havia reservado para as guerras de agressão no período moderno.

### Libertação nacional

Os EUA e outras forças incrementaram e desenvolveram modernas armas militares e equipamentos nos últimos anos. A corrida armamentista continuou indo adiante. Paralelamente com a nova estratégia, os “direitos humanos” foram colocados acima da soberania – algumas rodas militares haviam concedido a si mesmas o direito de invadir Estados independentes e soberanos a despeito das leis internacionais. A guerra do Golfo ocorreu após a da ofensiva contra Kosovo e a Guerra do Iraque, e ainda existem tratos para novas guerras de ofensiva. Uma nova questão se levanta: na condição de agressores com armas de alta tecnologia, a teoria militar vietnamita ainda tem algum valor?

Nós nunca subestimamos o inimigo e sempre demos importância em nos apressar nas pesquisas das ciências e técnicas militares, desenvolvendo as teorias militares vietnamitas em altos níveis, especialmente quando as forças empreendiam uma “revolução no campo militar”. Nós podemos confirmar que a teoria militar vietnamita da era de Ho Chi Minh nos ajudou a manter a independência, a soberania, a integridade

*A vitória  
do povo vietnamita  
foi de enorme  
magnitude internacional,  
também para a  
humanidade  
amante da paz  
e justiça pelo resto  
do mundo.*

territorial no nosso país, vencendo em todas as guerras a despeito de toda modernidade que possuíssem os agressores ou de onde viessem.

A cultura vietnamita, a linha Revolucionária correta do Partido e o desenvolvimento criativo e constante das teorias militares serviram de lastro e força para o Vietnã na era Ho Chi Minh.

Depois de conseguir total independência e reunificação nosso país embarcou na trilha do socialismo e toda a população no norte e no sul passou pelo aperto de duas tarefas estratégicas: construção nacional e defesa de sua terra natal.

Na causa do desenvolvimento econômico, que se tornou a tarefa central, após um período de falhas e erros subjetivos, imitações e voluntarismo, nosso Partido logo voltou ao pensamento de Ho Chi Minh, provido de senso de realidade, e redescobriu a lei, trabalhando a linha correta e criativa de renovação. Essa linha inspirou fortemente nosso povo a conseguir grandes vitórias na economia, cultura e em frentes externas. Nosso Partido chegou a uma conclusão histórica: o marxismo-leninismo e o pensamento de Ho Chi Minh constituem fundamento ideológico e compasso para a ação. Nosso país emergiu da crise e está trilhando um caminho para a industrialização e a modernização com uma economia multi-setorizada e mecanismos de mercado sob o gerenciamento do Estado juntamente com a orientação socialista.

Entretanto, mesmo com tão grande vitória da linha de renovação nós temos de ter coragem de superar “as idéias preconcebidas” para olharmos direto para a verdade. Devemos dizer que até hoje nosso país permanece no rol das nações pobres do mundo: a estrutura econômica principalmente agrícola, a produtividade ainda muito baixa e o nível de tecnologia atrasado em comparação com países desenvolvidos. Entretanto, cumprindo a meta de construir o socialismo,

a maior contradição na nossa sociedade entre a alta demanda para as forças de desenvolvimento produtivo, bem como a constante melhoria da vida material e cultural do povo, com a pobreza e condições desfavoráveis existentes vai sendo superada passo a passo. Sem mencionar que a corrupção, o declínio da moralidade e as aparências das mazelas sociais trouxeram à tona o outro lado do mecanismo de mercado.

Nesse ínterim, a face do mundo mudou rapida-

mente. Um grande número de países desenvolvidos estava agora entrando numa nova era socioeconômica: a era da economia baseada no conhecimento da civilização intelectual. Com isso o serviço e o intelecto se tornaram líderes das forças produtivas. Nessas bases, uma nova ordem mundial com tendência à globalização foi tomando forma, desenhando todo o planeta dentro de um grande turbilhão governado por um pequeno número de forças e grupos supranacionais. Contrariando o desejo de paz e progresso da humanidade a Guerra de círculos hegemônicos e seus serviços de inteligência vão deflagrando guerras locais, terror, conflitos étnicos e religiosos, “evolução pacífica”, revolta, subversão, separação e a corrida armamentista de armas de alta tecnologia nunca vistas antes. O ambiente de segurança do mundo está passando por mudanças sem precedentes.

Aparentemente, na entrada do século 21 e do terceiro milênio, nosso Partido se depara com novas oportunidades e também com desafios sem precedentes. Como no passado, nos grandes divisores de águas pela luta pela libertação nacional nosso Partido, provido de senso de realidade, trabalhou uma política de acordo com a lei de desenvolvimento da Guerra revolucionária – que hoje em dia delinea novas políticas como impulsos para o crescimento do país.

Tais políticas vêm a construção econômica como a tarefa central dando prioridade às forças de desen-



*Desenvolvendo o país.*

volvimento produtivo, como atestam Marx e Engels: o desenvolvimento universal das forças produtivas modernas serve como premissa de todas as premissas para o socialismo e o comunismo – relações de produção devem estar de acordo com o caráter desenvolvimentista e no nível das forças produtivas.

Tais políticas vêem educação e treinamento e ciência e tecnologia como a maior prioridade porque a ciência e o intelecto se tornaram líderes das forças produtivas com a tecnologia avançada servindo como parâmetro e direcionando a causa da modernização.

Tais políticas também trazem à tona a força interna do país, principalmente do povo e da cultura vietnamitas que servem de base para a integração regional e do mundo, fazendo uso de fontes de capital estrangeiro, tecnologia e conhecimentos de gerenciamento para a causa do desenvolvimento nacional.

Tais políticas dão voz à constante construção e reconstrução do Partido, vendo isso como uma tarefa primordial para fazer nosso Partido puro, forte, democrático, disciplinado e unido, realçando a moralidade revolucionária, combatendo o individualismo, factualismo, eliminando a corrupção e as mazelas sociais; recapitulando as realidades e desenvolvendo avançadas teorias como ter uma consciência digna, ter a honra e o intelecto da classe trabalhadora e da nação em bases sobre as quais se reformará o estado do povo, para o povo e pelo povo, fortalecendo e expandindo a Frente Unida Nacional.

Para aumentar incessantemente nossa vigilância, salvaguardar nossa independência, nossa soberania e nossa integridade territorial, águas e ambiente ecológico, adicione importância à construção da força de defesa de todo o povo e à segurança do povo, tomando iniciativa na integração econômica global. Assim, se ganha o máximo de simpatia e apoio dos movimentos pacifistas, de independência nacional, democracia e progresso do mundo.

Todo o nosso povo unido como um só para superar o conservadorismo e o dogmatismo e perceber sob todos os esforços a linha trabalhada pelo partido – levando adiante o 10º Congresso com novos progressos e vitória.

No trigésimo aniversário da vitória de 30 de abril, nós ainda lembramos nosso estimado Tio Ho, o talentoso e amado líder do Partido e da nossa nação e as forças armadas populares do Vietnã; os secretários-

gerais Truong Chinh e Le Duan, outros líderes do Partido e do Estado, generais, líderes e comandantes das frentes dos campos de batalha que tiveram grande contribuição para a grande vitória da nação, mas já não estão entre nós.

Profundamente tocados lembramos muitos quadros, combatentes e companheiros que bravamente tombaram pela gloriosa causa revolucionária que nossa terra natal e nosso povo têm hoje.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para dar meus sinceros elogios e profunda gratidão às mães dos heróis vietnamitas, às famílias dos mártires revolucionários e às famílias que foram de grande ajuda bem como aos compatriotas por todo o país.

Estendo meus sinceros elogios e meus profundos sentimentos a todos os quadros e combatentes das forças armadas, aos inválidos de Guerra, vítimas do agente laranja, veteranos de Guerra, antigos voluntários da juventude, trabalhadores, homens e mulheres engajados.

Expresso meus sinceros agradecimentos às nações vizinhas bem como a todos nossos amigos internacionais pela sua grande colaboração e gentil assistência à nossa nação na guerra e no processo de reconstrução da nação.

Acredito piamente que sob a invencível bandeira do Partido e de Ho Chi Minh, com grande ambição, sendo firmes sob todas as circunstâncias e trazendo toda a capacidade e pensamento na nova era, nosso povo, cada vez mais unido, permanecerá fiel aos nossos sonhos: avançar na renovação, industrialização e modernização; conquistar novas vitórias; alcançar desenvolvimentos rápidos e constantes; tomar nosso país, um país heróico, mas ainda pobre e cheio de revezes, saindo da atual posição de atraso para em breve tornar-se um país heróico, rico, forte e civilizado, mantendo o ritmo e caminhando lado a lado com a média. E então países avançados do mundo, como nós, colônias no passado, tornar-se-ão a vanguarda dos movimentos de libertação nacional.

*General Vo Nguyen Giap foi comandante de operações terrestres do Exército de Libertação do Vietnã. Discurso proferido no seminário científico "Vitória na primavera de 1975 – a grande habilidade e inteligência do Vietnã" no Thong Nhat Palace em Ho Chi Minh City em Abril de 2005. Traduzido por Mariana Venturini.*

# China-EUA: choque do século XXI



**No centro da ordem econômica internacional, os Estados Unidos têm de dedicar cada vez mais atenção à nova potência socialista da Ásia**

**Patrick Theuret**

**N**a história da humanidade, o mundo nunca foi dominado por uma potência como os EUA, que deixa para trás qualquer adversário ou potencial concorrente e, com o fim do contrapeso soviético e as possibilidades sem precedentes oferecidas pela tecnologia militar e de comunica-

ção, pode alcançar o que quiser, quando quiser, podendo estender um tapete de bombas a quem a incomode, desagrade ou simplesmente esteja em lugar errado. Pode também dominar economicamente ou matar de fome os povos. De acordo com o caso, utiliza classificações como “direitos humanos”, “democracia contra a ditadura”, “luta contra o terrorismo” ou “Estados-crápula”. Pode

acionar instituições internacionais que lhe sirvam e dispensá-las quando se transformarem em obstáculos, a seu bel-prazer.

### Os Estados Unidos, potência única, mas por quanto tempo?

Esse império está fadado a 1.000 anos de “prosperidade”? Na sua última obra, o famoso estrategista americano Zbigniew Brzezinski, expressava uma convicção contrária: “a hegemonia mundial americana está estabelecida. [...] Mas, para qualquer potência, o declínio é inevitável” e, no final, “mesmo se distante, a hegemonia mundial da América será erodida”.

Portanto, é só uma questão de tempo. Prolongar a vantagem o máximo possível. Tirar proveito dessa “fase histórica transitória”. Os Estados Unidos só terão diante de si uma janela de oportunidades conferida pelo estatuto histórico-estratégico de sua hegemonia: ao mesmo tempo em que declinarão em longo prazo (a parte dos Estados Unidos no PNB mundial passou de 50%, em 1945, para 22%, em 2004), acabarão por aumentar nitidamente o fosso que os separa de todos os seus oponentes juntos.

É essa dupla circunstância que torna sua agressividade tão flagrante, universal e premente, levando a compensar tecnológica, militar e estrategicamente o lento declínio em curso. Essa agressividade utiliza diferentes instrumentos. Submeter os Estados, enfeudá-los na medida do possível, destruí-los ou retalhá-los se resistirem, colonizá-los de novo quando for indispensável. Controlar as fontes estratégicas do planeta. Manter o avanço tecnológico e militar. Seria uma via real? Os dissabores encontrados no Afeganistão e principalmente diante da resistência iraquiana mostram o contrário: obstáculos cada vez mais sérios.

Esses dois campos de batalha apresentam também a vantagem de revelar a manipulação no centro da relação de forças internacionais no século XXI. Na verdade, lembra Brzezinski, o “torneio pela supremacia global” é disputado “na Eurásia, o maior continente do globo, onde vivem 75% da população mundial e onde se concentra uma grande parte da riqueza do mundo, tanto industrial quanto de recursos naturais. O que equivale a 60% do PIB mundial e três quartos dos recursos energéticos conhecidos”.

Ora, não se trata de uma coincidência que no centro desse grande continente “o ritmo do crescimento econômico e o montante dos investimentos estrangeiros, os maiores do mundo, permitiram estabelecer que daqui a aproximadamente vinte anos a China irá se tornar uma potência mundial da mesma envergadura, ou quase, que os Estados Unidos ou a Europa [...], o que representaria não apenas o Estado dominante do Extremo Oriente, mas também uma potência global de primeira ordem”, como escreveu Zbigniew Brzezinski.

Mais depressa do que teriam imaginado num primeiro momento, só alguns anos depois da queda da União Soviética, os Estados Unidos já sentem, em um horizonte de aproximadamente duas décadas, surgir um novo adversário à altura e que talvez seja melhor respaldado do ponto de vista das alianças internacionais. Assim, o paradoxo da história seria representado pelo fato de, após terem vencido o país-símbolo do socialismo e do comunismo no século XX, os Estados Unidos se encontrem de novo, no século XXI, diante de um adversário que ostenta aqueles mesmos valores.

Os EUA poderiam aparentar satisfação, com o sentimento de ver suas certezas confortadas no coração desse gigante histórica e culturalmente tão diferente e – por que não? –, convencerem-se de que o tempo trabalha a seu favor, conforme lhes prometia a profecia do “final da história”. No entanto – com exceção de algumas raras expressões de retórica flácida –, não é nada disso.

Diretor de Geopolítica da Escola de Guerra, Aymeric Chauprade explica o sentimento de inquietação americana: “vê-se muito bem que a China é o objeto principal de sua obsessão, e a estratégia global dos Estados Unidos busca neutralizar a emergência desse gigante” que “representa um bilhão e 400 milhões de pessoas. Essa massa enorme ainda se mantém ao abrigo do capitalismo mundial”.

### Cara a cara com uma China modesta e pacífica, mas cada vez mais forte

Contrastando com o sentimento americano de potência – mesmo atenuado pelo íntimo pavor que a China emergente lhe inspira –, a visão chinesa aparece sob uma serenidade impregnada de paciente

modéstia. Esse gigante de ritmo espantosamente crescente (mais de 9% ao ano em vinte anos), ritmo reforçado por sua resistência à crise asiática de 1997-1998, define-se como um simples país em vias de desenvolvimento. Sua política é de acumulação de conhecimentos (política de abertura), de bem-estar (com o objetivo de duplicar o PIB per capita até 2020) e de forças (modernização industrial, tecnológica e militar). A China atual se considera apenas na primeira etapa da construção do socialismo, que deve durar uns 100 anos!

A China não é mais aquela que denunciava o imperialismo como um “tigre de papel”. A visão chinesa oficial é pacífica e otimista: “a paz e o desenvolvimento são dois temas primordiais de nossa época. Salvar a paz e promover o desenvolvimento constituem uma obra que concerne o bem-estar dos povos do mundo e traduz sua aspiração comum, e é também uma corrente histórica irresistível. A evolução do mundo para a multipolarização e a globalização econômica trouxe oportunidades e criou condições favoráveis à paz e ao desenvolvimento do mundo”, diz um documento oficial apresentado ao XVI Congresso do Partido Comunista da China em 8 de novembro de 2002.

### **Cara a cara e cooperação**

Oficialmente, o cara a cara entre China e EUA não foi acionado por nenhum dos lados. A escolha feita, há tempos, é de estreitar a relação e a qualidade da cooperação.

Em inúmeros pontos eles são muito diferentes, até mesmo opostos. De um lado, a potência americana dominada pela burguesia impregnada de cristianismo conservador e messiânico. Do outro, uma elite política forjada em um partido marxista-leninista, ateu, em uma população impregnada de taoísmo, budismo e confucionismo. De um lado, uma jovem nação fundada há alguns séculos e campeã mundial do “curto termismo”. Do outro, uma civilização antiga, de 5.000 anos, que atrela seu comportamento em longo prazo. País urbano de um lado, rural do outro. Para os EUA, a guerra é sempre na terra dos outros; para a China é quase sempre em seu território.

Mesmo assim, a cooperação entre os dois países

cresceu nas últimas décadas. Esse movimento favorece e é favorecido pela opção da China, principalmente desde 1995, de participar ativamente do multilateralismo, aderindo à OMC. A potência comercial da China é um acontecimento primordial de nossa época. Em 2004, ela tornou-se a terceira exportadora mundial. Há sete anos, mal chegava ao décimo lugar.

Nitidamente, o peso crescente das trocas entre os dois países (que se multiplicaram por 50 desde 1979) favorece a China, o que suscita nos Estados Unidos uma campanha de hostilidade. Em 2003, o comércio com os EUA era cerca de três vezes mais favorável aos chineses: 92,5 bilhões de dólares em exportações contra 33,8 bilhões de dólares em importações, ou seja, um excedente de cerca de 59 bilhões de dólares (mais de 25% em um ano).

Hoje, o peso dessas trocas permite à China armazenar enormes reservas em divisas americanas: mais de 500 bilhões de dólares (contra 200, em 2001) – montante superior ao dos investimentos estrangeiros recebidos na última década. Entre 1991 e 2001 a China atraiu 370 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, dos quais 75% provinham da Ásia, sendo 50% de Hong Kong, e dos quais um quarto poderia vir da própria China popular. Os EUA só detêm 8% desse total, assim como a União Européia.

### **EUA: potência, cerco e controle geoestratégico**

Se a vontade hegemônica americana é compartilhada por toda a elite político-econômica, no entanto, podem-se distinguir dois pólos de influência na política externa dos Estados Unidos. Um dos pólos inclina-se à “realpolitik”; o outro, ao espírito de “cruzada”. A “realpolitik” é mais favorável aos democratas, apoiada por personalidades como Zbigniew Brzezinski e Madeleine Albright. O espírito de “cruzada” marca principalmente a direita republicana, “neoconservadora”, que influencia diretamente George W. Bush. Esta corrente acusa a “realpolitik” de ter dominado a política externa desde a guerra do Vietnã, a partir de um complexo nascido dessa derrota, de não acreditar suficientemente nos “valores da América” e de não ter coragem de

utilizar plenamente sua “potência”.

Mas a diferença é de método, não de objetivos. É forçoso constatar que, ao contrário do resto de sua política externa, a política chinesa dos EUA continua dominada pela abordagem da realpolitik, propensa a não exagerar o perigo chinês, como ilustra um relatório sobre a capacidade militar chinesa, revelado pelo jornal Washington Post, em 22 de maio de 2003.

A posição americana realista prefere não entrar prematuramente em um enfrentamento direto com a China, mas aproveitar os vinte próximos anos para ganhar depois. Julga-se que um enfrentamento prematuro seja muito arriscado. Parece um jogo, no qual deve-se sair ou dobrar a aposta. Os EUA engendram uma estratégia de cerco. Ao dispor de aliados a leste da China (Coreia do Sul, Japão, Taiwan), eles fecham o círculo a oeste, ao aproveitar a desagregação da URSS e ao tomar pé no Afeganistão.

A estratégia petrolífera americana visa, por seu lado, ao calcanhar de Aquiles da economia chinesa: o extraordinário aumento de suas necessidades energéticas, que leva a uma dependência crescente diante das importações. Realmente, um quarto do crescimento do consumo petrolífero mundial é de origem chinesa. A China, deficitária desde 1993, é hoje o segundo importador mundial. Enquanto ela tenta diversificar suas zonas de provisão, os Estados Unidos procuram tomar o controle (Iraque).

### **China: multipolaridade, interdependência e modernização**

A estratégia chinesa é simétrica à americana: a multipolaridade diante da hegemonia, a interdependência diante do controle unilateral sobre os recursos estratégicos, a modernização para reduzir a defasagem entre as duas potências.

### **A Aliança sino-russa e o Grupo de Xangai**

Durante boa parte da Guerra Fria, a deterioração

das relações sino-soviéticas favoreceu a potência americana. Hoje, o tratado de aliança sino-russa, assinado em 16 de julho de 2001 por Jiang Zemin e Vladimir Putin – o primeiro acordo desse nível desde o de 1950, assinado por Josef Stálin e Mao Tsetung –, é o símbolo de uma mudança completa na natureza das relações entre os dois países, com reflexos mundiais, criando uma relação privilegiada que também permitiu construir um espaço de cooperação de Xangai e que reúne, além desses dois países, o Cazaquistão, o Tadjiquistão, o Quirquistão e o Uzbequistão.

### **O espaço asiático: espaço natural**

Se os EUA e a China concordam quanto à importância estratégica da Ásia, a China, por sua vez, dispõe de um argumento suplementar, que é um trunfo: ela opera em um ambiente natural, do qual é o verdadeiro coração.

Diante de seu entorno (uns trinta Estados), a China multiplicou os sinais e as iniciativas de boa vizinhança, abrindo grandes concessões para favorecer as relações amistosas com seus vizinhos. “Desde 1991, a China solucionou os conflitos fronteiriços com Cazaquistão, Quirquistão, Laos, Rússia, Tadjiquistão e Vietnã e, às vezes em termos desvantajosos para ela”, para resolver, “por exemplo, o longo conflito nas montanhas de Pamir, que o Tadjiquistão herdou da União Soviética, do qual a China accitou apenas 1.000 dos 28.000 km<sup>2</sup> contestados”, dizem Evan S. Medeiros e M. Taylor Fravel, em artigo publicado na revista Foreign Affairs, em novembro/dezembro de 2003.

Nesse contexto, a China cultiva suas ligações em particular com seus vizinhos socialistas. As relações com o Vietnã reforçaram-se de maneira muito nítida. Ela tornou-se a terceira parceira comercial do Vietnã. As relações políticas intensificaram-se, inclusive no plano teórico, com seminários anuais a respeito do socialismo, entre os dois partidos. As

*A China tampouco  
esqueceu sua  
estratégia de tecer  
uma sólida rede com  
os países mais pobres.  
Com o Brasil,  
dirigido por Lula,  
as relações deram  
um salto qualitativo.*

relações com a Coreia do Norte, por ocasião dos colóquios sobre um eventual desarmamento nuclear, revelaram uma China a desempenhar um papel de primeira grandeza nas intermediações com os Estados Unidos, sem deixar de lado sua firmeza em relação à soberania coreana.

As relações com o Japão, por sua vez, apesar de alguns esforços, continuam imbuídas de uma desconfiança mútua, alimentada pela história e pela recente competição. O Japão é o principal aliado dos Estados Unidos e de Taiwan na região e, atualmente, seu orçamento militar é o segundo do mundo.

### Com o Sul

A China tampouco esqueceu sua velha estratégia de tecer uma sólida rede com os países mais pobres, sendo o episódio mais espetacular o fracasso da conferência da OMC em Cancun, em 14 de setembro de 2003, com a intervenção do G21, conduzido por Brasil, Índia, África do Sul, englobando 90 países pobres.

A evolução recente e autônoma do subcontinente latino-americano, que se desvencilha progressivamente da tutela americana, oscilando entre esquerda e centro-esquerda, provocou naturalmente verdadeiras convergências para uma China surgida como o indispensável contraponto à potência americana. Com o Brasil, dirigido por Lula, as relações deram um salto qualitativo. Atualmente, ele é o principal parceiro comercial da China na América Latina. Além disso, toda a estratégia brasileira insere-se na construção de um contraponto concreto aos Estados Unidos. Quando de sua visita à China, em maio de 2004, o próprio Lula declarou: "O Brasil sempre aderiu à política de uma China única, e sustenta a posição chinesa a respeito de Taiwan e dos direitos humanos".

A chegada ao poder de Chávez, na Venezuela, levou a uma melhora das relações que, hoje, compreendem os campos da energia, da agricultura e das questões militares.

As relações com Cuba melhoraram em todos os campos. O fim da URSS custou-lhe a perda de 80% do seu comércio exterior. Hoje, a China é a 3ª parceira comercial de Cuba, atrás da Venezuela e da Espanha. A viagem chinesa a Cuba, em novembro de

2004, com os encontros de Hu Jintao e Fidel Castro, propiciou-lhe importantes acordos econômicos. A imprensa ressaltou certas declarações de Hu Jintao, saudando "o heróico povo cubano" e encorajando-o "a não capitular na via da construção socialista".

### Uma Europa adulada

A China julga a União Européia essencial. Na tríade dos países desenvolvidos é o ângulo mais atraente por ser, ao mesmo tempo, ameaçador; o menos contraditório e potencialmente o mais distante dos Estados Unidos. Mas a China também sabe que, nesse continente, ela pode contar com amizades e inimizades. A França aparece em primeiro plano entre os primeiros, com uma "associação de exceção". Ela garante uma certa independência, de tecnologias avançadas, principalmente a nuclear. E quando a União Européia empreende um processo de acabar progressivamente com o embargo das vendas de armas à China, estabelecido após os eventos de Tian An Men, a França anunciou ser favorável ao fim imediato do embargo. É claro que, na Europa, a China começa a despertar alguns temores.

### Pontos de atrito – Iugoslávia e Iraque: as estratégias à prova

Pode-se medir melhor as estratégias, mesmo as de grande porte, com um dos grandes acontecimentos internacionais. É o caso das duas maiores crises da década: a crise iugoslava e a crise iraquiana. Geralmente, conhece-se bem melhor a posição e a estratégia americanas do que as chinesas. A atitude americana foi relativamente simples e identificável em três fases de ofensiva planejada, com a Iugoslávia e o Iraque como exercícios aplicados. Os Estados Unidos colocam-se com gosto no centro do dispositivo midiático, político e militar, assumindo sem complexo sua posição hegemônica.

Em 1999, a China defendeu as posições da Iugoslávia, principalmente quanto à integridade territorial e Kosovo. Durante a guerra, o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, pela OTAN, foi interpretado como uma advertência americana à China.

As relações da China com o Iraque datam da revolução de 1958, inaugurando uma "longa ami-

zade" entre ambos, como lembrou o primeiro-ministro chinês em visita oficial a Bagdá, em 28 de janeiro de 2002. A China, ao mesmo tempo em que reclama que o Iraque aplica honestamente as resoluções do Conselho de Segurança da ONU para não deixar margem aos Estados Unidos, opõe-se firmemente à guerra, juntando-se à frente formada por Rússia, França e Alemanha, mas tomando cuidado para aparecer mais como um amparo fiel do que como um líder. "Deve-se manter um perfil humilde, nunca de líder", dizia Deng Xiaoping. Sem dúvida, pareceu à China ser mais útil romper o campo capitalista, jogando com suas rivalidades internas, do que favorecer sua homogeneidade.

### A unidade da China e de Taiwan

A China ficou marcada pela lembrança da humilhação nacional passada. Essa questão tem um impacto direto sobre as relações internacionais. A maneira como evoluirá refletirá o exato estado da relação internacional de forças.

Os vestígios do passado colonial, seqüelas dessa humilhação: Taiwan, Hong Kong, Macau. A Guerra Fria havia congelado a situação. Após o lançamento da política "um país, dois sistemas", para garantir a integração dos recém-chegados à China popular, com a manutenção de seus hábitos econômicos e políticos, Hong Kong voltou ao domínio chinês em 1º de julho de 1997 e Macau em 20 de dezembro de 1999. As diferenças econômicas foram diluídas, dando vez a um tipo de lapidação centro-periferia, com uma periferia, como no resto do mundo, que sempre pode contar com um potencial aliado estrangeiro interessado em conservar a divisão da China, para melhor contê-la.

Mas a peça mais importante é Taiwan, com seus 23 milhões de habitantes. Se, como em Hong Kong, a China popular pode se apoiar nas forças locais de esquerda, aqui elas parecem mais modestas e, mais recentemente, o antigo rival Guomintang, favorável

à unidade da China como Hong Kong, também reflete os interesses particulares de uma burguesia melhor integrada à China continental, que é a aliada potencial, prudente e mais notável. Por outro lado, esta enfrenta uma poderosa corrente pró-independência de Taiwan, apoiada de forma escancarada pelo Japão e os Estados Unidos.

Embora sejam obrigados a reconhecer a legitimidade da posição chinesa, os EUA também não podem abandonar uma posição estratégica tão próxima da China continental. Ora, hoje qualquer declaração de independência de Taiwan seria interpretada em Pequim como uma declaração de guerra e, provavelmente, seria tratada como tal, envolvendo os Estados Unidos no conflito.

### Os direitos humanos

A pressão diplomática dos Estados Unidos quanto aos direitos humanos na China constitui uma outra peça forte, visando conter sua influência. Mesmo se a campanha diminuiu de intensidade desde os eventos de Tian An Men, os EUA sempre procuram condenar a China junto às instâncias internacionais. Mas esta pretende também agir de outra forma, procurando retirar dos Estados Unidos o direito de falar sem culpa em nome dos direitos humanos, e publica longos relatórios sobre os desrespeitos nos EUA, destacando as discriminações, principalmente sociais e raciais.

### Sem risco de enfrentamento militar?

Nesse contexto, em 19 de setembro de 2004, Hu Jintao, secretário-geral do Partido Comunista da China e chefe de Estado há dois anos, foi nomeado ao posto que lhe outorgava a posição de incontestável número 1: a de presidente da Comissão militar do Comitê central do Partido Comunista da China. Ou seja, um posto político-militar que lembrava as origens revolucionárias do PCCh, mas

*O clima de paz é mais propício ao desenvolvimento econômico chinês, enquanto o caráter predador do capitalismo americano favorece mais seu expansionismo.*

lembrava também a este último um mundo com perigos.

George Bush, do outro lado do Pacífico, também gostaria de ser chamado de "Commander in chief" e mostrar, no Afeganistão e no Iraque, que não se tratava de um simples título honorífico, mas, principalmente, de dois terrenos de ação que se aproximavam muito claramente da China e de suas fontes de abastecimento energético.

A China, ao contrário dos EUA, desde 1979, quando interveio no Vietnã, não o fez militarmente e nem assentou bases militares pelo planeta. Pacífica, ela conheceu um quarto de século sem conflitos externos. Já durante o primeiro quarto do século de sua existência as tropas chinesas lutaram nas fronteiras com Coreia (1952-53), Índia (1962-63) e URSS (1969-70).

O clima de paz é mais propício ao desenvolvimento econômico chinês, enquanto o caráter predador do capitalismo americano favorece mais seu expansionismo. Assim, na China, como alhures, o contexto pacífico tem uma dimensão estratégica. A paz é a condição do desenvolvimento tecnológico e militar chinês. Só ela dá o tempo de preencher a defasagem e de restabelecer um equilíbrio estável. Além disso, o orçamento militar chinês aumenta atualmente em 18% ao ano, ou seja, duas vezes mais do que o seu PIB. A capacidade militar, quantitativa e qualitativamente, é fruto da potência econômica e tecnológica.

É também o resultado de um fator subjetivo. Costuma-se ressaltar a grande tradição chinesa em matéria de estratégia, a mais antiga conhecida até hoje, por meio dos famosos escritos de Sun Tzu, provavelmente do século IV a.C. Muitas das coisas escritas foram ensinadas a gerações de chineses e os americanos não as ignoram, pois elas inspiraram experiências generalizáveis.

### Relações interpartidárias

Não se pode abstrair o fato de a China contar com um Partido Comunista totalmente imbricado com o Estado, mas que obriga a examinar sua própria diplomacia.

Ao contrário do ex-PC soviético ou do Partido do Trabalho albanês, não há nenhum vestígio na China da tentativa de criar um pólo internacional. Em

contraposição, a última década foi de uma abertura considerável, pondo fim a uma situação que beirava o isolamento. As relações internacionais passam agora por um crescimento quase exponencial. No final de 2004, o PCCh anunciou que mantinha relação com 400 partidos (comunistas, socialistas e de outras tendências) de 140 países, sendo 100 partidos de 34 países asiáticos.

Geralmente, verificam-se por trás dessa cartografia as marcas das relações construídas historicamente com os Estados e a preocupação em não descuidar de nenhuma grande força que tenha a vocação de exercer o poder. No entanto, é significativo que, entre os partidos comunistas, os dirigentes chineses mantenham relações não apenas com aqueles que exercem o poder ou que detêm posições importantes (África do Sul, Rússia, Índia, Japão), como também com formações modestas como as dos Estados Unidos e da Bélgica.

Diante dos partidos socialistas, o PCCh parece dar particular importância ao fato de eles terem se constituído em Internacional. Em 17 de fevereiro de 2004, um alto dirigente do PCCH, Huang Ju, encontrou o presidente da Internacional socialista, Guterres, para lhe propor, com sucesso, que intensificasse as relações bilaterais. Essa corrente política também é vista na China como a expressão de uma certa Europa com a qual as relações deveriam ser estrategicamente reforçadas.

A recente iniciativa tomada pelo Partido Comunista da China foi a 3ª conferência dos países asiáticos, de 3 a 5 de setembro de 2004, que reuniu (depois de Manilha, em 2000, e Bangkok, em 2002) 80 partidos políticos de todas as tendências. Um artigo chinês, *Renmin Ribao* (de 2 de setembro de 2004), expôs uma tipologia dos partidos políticos asiáticos, revelando seus quadros de análise, nos quais os partidos são subdivididos em cinco grandes famílias apresentadas em uma ordem que revela uma relação concêntrica de proximidade: 1. os partidos que continuam a reclamar do socialismo e do comunismo; 2. os partidos social-democratas; 3. os partidos nacionalista-democratas, os mais numerosos; 4. os partidos conservadores, que têm "um perfume de tradições liberais misturado a influências nacionalistas"; 5. os partidos com um ponto de vista claramente religioso.

### E o capitalismo? E o socialismo?

O confronto e o espírito de cooperação entre a China e os Estados Unidos é central para o equilíbrio e a paz do mundo, além de garantir a sobrevivência da humanidade. É essencial para o respeito ou desrespeito das outras nações, o direito ou não do mundo ser plural. Para tanto, ela exerce uma influência na luta tradicional entre o socialismo e o capitalismo? Em que sentido? Sob que forma?

Em caso afirmativo, não se trata mais de uma luta de contrários em tudo, nem de uma oposição entre dois sistemas que queiram ser estanques, nem se trata de uma competição entre duas vitrines concorrentes que precisam ganhar mercado, mesmo se essas considerações não possam ser totalmente eliminadas do pensamento.

Com uma China que entra no mundo e o resto do mundo que entra na China, a questão da nova sociedade, como ela se colocava até os anos 1920, é do mundo inteiro e não de uma parte e menos ainda de sua única parte mais periférica e mais pobre. O fato de a China ter saído do isolamento tem um peso de quase um quarto da humanidade, cada vez mais interdependente, o que deslocou a questão para o centro do desenvolvimento humano.

As relações sociais internacionais e nacionais assim reconfiguradas, e por transformar em um desenvolvimento inevitável de suas contradições, revelam menos modelos de modos de produção “puros e perfeitos” e mais formações sociais complexas, historicamente definidas e internacionalmente determinadas, expressões de diferentes maneiras de imprimir à realidade objetivos similares ou fruto de compromissos de lutas de contrários.

Essa intimidade, nos laços vitais como nas contradições não menos vitais, acentua de uma parte a outra o caráter subjetivo das escolhas estratégicas. Nesse sentido, a economia aberta pressiona objetivamente as funções de guia das direções políticas (partidos, expressões de agre-

gação de interesses econômicos e sociais reais), assim como a globalização reforça o peso e o papel de nações como atores subjetivos de ação e de reação.

De uma parte a outra do planeta emerge, assim, internacionalmente, aos poucos, um novo “príncipe moderno” à Gramsci e o cérebro da elite da nova armada “cruzada” – igualmente animados pela confiança com prazo no poder de subjugar o outro.

Há os que pensam que “aqueles que criticam Bush enganam-se quando pensam que nosso lugar no mundo consiste em algo diferente da dominação mundial. A América possui um poder e uma influência sem precedentes [...], ela detém uma posição sem equivalentes desde a época em que Roma dominava o mundo mediterrâneo”, e seus

“princípios econômicos, o capitalismo liberal e a livre-troca foram quase que universalmente aceitos como o melhor modelo possível para gerar riquezas, e a própria América está no centro da ordem econômica internacional. Seu sistema político, o da democracia liberal, se propaga por todos os continentes e por todas as culturas”.

O jornal do Exército Popular de Libertação chinês defende posição contrária: “a realização do comunismo é um processo histórico que se desenvolve de

maneira não-linear. O desenvolvimento da sociedade humana sempre avançou por espirais e ondas. Nós devemos forjar o ideal de uma luta de longo fôlego e realizar uma boa preparação ideológica para enfrentar todas as formas de dificuldades e de fracassos. Se a causa comunista internacional continuar sofrendo fracassos, devemos nos manter prudentes nos momentos de perigo e sempre manter a convicção de que o socialismo triunfará e que o comunismo, com certeza, prevalecerá”.

*As relações sociais  
internacionais  
e nacionais  
reconfiguradas  
revelam menos modelos  
de modos de produção  
“puros e perfeitos”  
e mais formações  
sociais complexas*

*Patrick Theuret é diretor da publicação marxista Correspondências Internacionais.*

ENTREVISTA COM SÉRGIO MIRANDA

# “Os reais compromissos de FHC são com os credores financeiros”

*Nesta entrevista o deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB/MG) procura demonstrar que, ao se apresentar como o “pai” da Lei de Responsabilidade Fiscal, o PSDB se coloca como porta-voz dos credores – para quem a lei foi criada visando blindar seus interesses – contra os interesses soberanos de desenvolvimento do país*

Sérgio Miranda.



Adalberto Monteiro

*O PSDB fez da passagem dos cinco anos de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) uma espécie de plataforma de lançamento da campanha presidencial dos tucanos para 2006. Com uma “catapulta” deste tipo, o que poderia se esperar de um retorno dessa gente ao Palácio do Planalto?*

**Sérgio Miranda** – A Lei de Responsabilidade Fiscal surgiu após a crise de 1998 como uma das condições expressas no acordo com o FMI firmado naquele ano. A política de juros altos, desenvolvida desde o início do Plano Real com a finalidade de

atrair dólares, e a garantia obtida ao serem lançados títulos cambiais para os investidores não sofrerem prejuízos com as mudanças do câmbio fizeram com que em 1999 a dívida pública desse um enorme salto – ela foi praticamente dobrada em relação ao PIB. A preocupação do FMI e do governo naquela época era dar garantias aos credores de que os compromissos assumidos com eles seriam cumpridos à risca. A base da lei de responsabilidade fiscal foi garantir aos credores financeiros que esse tipo de compromisso teria prevalência sobre qualquer outra função do Estado brasileiro. É importante ressaltar que, naquela época, o controle do déficit orçamentário e da dívida pública já havia sido alçado a uma posição de preocupação central e permanente das políticas econômicas formuladas e disseminadas por organismos financeiros internacionais.

Quando Fernando Henrique assume a LRF como central no seu discurso de campanha, não faz nada mais que demonstrar que os seus reais compromissos são com os credores financeiros e não com o desenvolvimento do país e o enfrentamento dos problemas sociais. Pelo contrário: se essa gente volta ao poder o ajuste fiscal será mais rigoroso ainda. A LRF, na essência, determina aos governantes que assumam compromissos com os credores de que tudo farão para manter o valor da dívida, não permitindo a desvalorização – ou até mesmo a renegociação, como aconteceu na Argentina. Mas, ao colocarem a LRF como sua grande bandeira de campanha – já que os tucanos apoiavam a política econômica que vem sendo desenvolvida –, eles tentam vender a imagem de que são os mais confiáveis para a aplicação desse projeto e que tomaram um partido: a defesa dos interesses dos credores, contra os interesses de desenvolvimento, de crescimento, de abordagem dos problemas sociais.

### *Existe, realmente, efeito sobre a redução do déficit?*

**Sérgio Miranda** – Existe muita confusão sobre a causa do déficit público. O PSDB também tem batido na tecla de que o governo federal gasta demais e que essa suposta ganância seria responsável pela nossa dívida pública, como se o nosso déficit tivesse por causa o gasto com pessoal, Previdência, investimento... A crise fiscal do Estado brasileiro é con-

seqüência de uma concepção segundo a qual o Estado é obrigado a suportar as conseqüências de uma política monetária irresponsável – que paga os maiores juros reais do mundo –, e de uma política cambial que em última instância dá sempre garantia aos investidores de que eles não vão ter prejuízo.

### *Mas a Lei de Responsabilidade Fiscal não visa combater a corrupção e moralizar a administração pública?*

**Sérgio Miranda** – Esse talvez seja um dos fenômenos de manipulação da opinião pública mais perfeitos realizados nos últimos tempos. A LRF é uma lei de finanças públicas que tenta regulamentar o artigo 163 da Constituição, no capítulo que trata das finanças públicas. Ela regulamenta questões que envolvem ciclo orçamentário, dívidas, déficits, contingenciamentos... Por que ela alcançou tal dimensão social? Esses são assuntos áridos, maçantes, dominados por poucos especialistas. Mas a LRF se transformou em enorme sucesso de público. É importante lembrar que inicialmente ela não tinha essa característica. Na mensagem em que encaminhou a Lei ao Congresso, em 1999, o presidente (Fernando Henrique, na época), disse o seguinte:

“Este projeto integra o conjunto de medidas do Programa de Estabilidade Fiscal, apresentado à sociedade brasileira em outubro de 1998, e que tem por objetivo a drástica e veloz redução do déficit público e a estabilização do montante da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (...)”.

Ou seja, ficou claro tratar-se de uma medida dentro do pacote de ajuste fiscal. Mas a essa lei foi sendo dado um conteúdo político – evidentemente mistificador e manipulatório –, como se ela tivesse como objetivo moralizar a administração pública. Não é nada disso, a lei não trata de corrupção, nem de moralidade. Esta lei é uma garantia do Estado aos credores financeiros – e apenas a estes, pois aqueles que detêm precatórios não-pagos – fornecedores de obras, fornecedores de equipamentos e empreiteiros – ficam de fora do escopo da LRF. Mesmo os aspectos positivos da lei – como os relatórios que a administração pública tem de apresentar para informar à sociedade sua situação –, se detêm nos aspectos financeiros. Não é prestação de contas

sobre a situação da saúde do município, ou da educação, mas sobre suas contas fiscais para que os credores tenham informações transparentes sobre o assunto de seu interesse.

*Como nasceu essa versão tão distorcida desta lei?*

**Sérgio Miranda** – A grande imprensa teve um papel muito importante nisso ao explorar um sentimento legítimo da sociedade, que exige transparência, rigor na aplicação dos recursos, combate à corrupção, apresentando a lei como “moralizadora da administração pública”. Criou-se, assim, um processo que se poderia qualificar de “ouvir falar”, com repetição de chavões, frases feitas e afirmações genéricas – a maioria sem correspondência com o que realmente diz a LRF. O que mais se ouve na imprensa? “Agora, União, estados e municípios não podem gastar mais do que arrecadam”; “Acabou a história de prefeito deixar dívida para o seu sucessor”, daí por diante...

Não é nada disso. O Fernando Henrique não deixou uma dívida enorme para o Lula? Quantos prefeitos assumem com passivos enormes, com salários de servidores atrasados durante meses? Essas questões não são tratadas pela LRF e esses administradores não podem ser punidos por isso com base em qualquer dispositivo da lei. Mas se qualquer administrador deixar de pagar sua dívida com agentes do sistema financeiro – mesmo para destinar o dinheiro para qualquer programa social ou pagamento de pessoal –, então, será atingido pela LRF.

*Ao discursar na festa tucana, FHC citou nominalmente o PCdoB e o PT por terem votado contra a aprovação da referida lei. Você e nosso Partido mantêm a convicção contrária a este dispositivo legal? Que justificativas a bancada do PCdoB apresentou para manifestar o voto contrário? Elas se mantêm atuais?*

**Sérgio Miranda** – Assumi, como deputado do Partido, o trabalho na comissão especial que debateu essa lei. Dediquei-me por mais de um ano ao estudo dessa questão e tenho plena consciência de que nossa

posição foi correta naquele tempo – ainda hoje não alterada. Na nossa visão, o objetivo da LRF foi instituir em lei os fundamentos de uma política econômica que favorece o grande capital financeiro. Essa lógica permanece. A lei trata de vários aspectos – despesas com pessoal, relatórios, questões de dívida –, mas na essência fez parte do programa de ajuste fiscal, compromisso assumido com o FMI para viabilizar o acordo feito naquele ano, tendo como objetivo central dar garantias aos credores de que aqueles compromissos seriam os mais importantes do Estado nacional.

*Na sua opinião, que ordem de prejuízos a LRF provocou ao povo e à administração pública ao longo destes anos?*

**Sérgio Miranda** – Primeira questão importante: o orçamento hoje não discute as despesas financeiras – os juros, a rolagem da dívida. Isso não está em debate, está praticamente imune a qualquer atividade nossa, do Parlamento ou da sociedade. O debate se concentra nas receitas e nas despesas não-financeiras. O superávit primário é calculado a partir da diferença entre o que se arrecada e o que se gasta. E esse superávit é mais importante que qualquer outra despesa, pois é cortada qualquer despesa para garantir o cumprimento da meta de superávit. Portanto, essa visão do orçamento para realizar superávits é a consequência mais danosa desse processo. O próprio governo Lula, para demonstrar mais credibilidade diante dos credores, aumentou o superávit para um índice além do que havia sido acordado com o FMI. O absurdo da situação é que o Banco Central tem liberdade de elevar os juros para, segundo sua versão, conter a inflação, sem levar em conta o impacto disso no endividamento público. Os liberais defendem essa autonomia para o BC, mas não esclarecem que quem paga a conta é o povo brasileiro, o desenvolvimento do país.

Segunda consequência: a crise gerada no pacto federativo brasileiro. Criou-se uma camisa-de-força para estados e municípios. A União, que renegociou a dívida com estados e municípios – muito mais para proteger os credores do que ajudar os entes da Federação –, impôs, por meio do artigo 35 da LRF, a proibição de alterar os termos dessa negociação. Ao contrário do que muita gente pensa, a União está

ganhando muito dinheiro, porque ela se financia pela taxa Selic e os estados estão pagando IGP-DI mais 6 a 9%. Ora, esse índice teve um aumento expressivo e essa fórmula está fazendo as dívidas dos Estados continuarem a crescer como uma bola de neve, apesar de pagarem religiosamente seus débitos. A LRF foi usada para jogar a culpa da chamada crise fiscal nas costas de estados e municípios. E foi propagandeado que a não-renegociação das dívidas, a revisão dos critérios, seria um grande mérito. Omite-se com esses argumentos a real causa da crise: a política monetária dos juros maiores do mundo durante todo esse tempo. E também o fato de o governo ter arcado com todo o prejuízo da mudança de câmbio em 1999.

*O sociólogo Betinho, em sua cruzada contra a fome, ironizava os administradores que ante as demandas sociais limitavam-se a lamentar que “a despesa não pode ultrapassar a receita”. Para ele, os governantes haviam sido reduzidos a “contadores”. Com a LRF, os governantes foram de fato reduzidos a algo parecido com isso?*

**Sérgio Miranda** – Existem duas dimensões desse fato identificado por Betinho. A primeira está num campo mais amplo – a subestimação da política e o fortalecimento da economia. Os eleitos assumem os mandatos para seguirem determinações que vêm do mercado, não para satisfazer as necessidades daqueles que os elegeram.

A segunda é que surgem certos mitos que se sedimentam na opinião pública como verdades. Por exemplo, dizer que o administrador não pode gastar mais do que arrecada. Isso é uma bobagem. Significa que não vai fazer nenhuma operação de crédito? O Antonio Ermírio de Moraes elogiou isso numa coluna de jornal. Pergunto: ele faz isso na empresa dele? Ele não pede financiamento para aumentar o investimento e assim aumentar seu lucro? Evidentemente que sim. Seguir essa regra de não poder gastar mais do que se arrecada é impedir que sejam feitas operações de crédito para investimentos. E todos sabemos que investimentos têm retorno – não apenas social, mas também econômico, como no caso de investimentos em infra-estrutura.

Outro exemplo muito usado nesse discurso

mistificador é comparar as finanças do Estado com as de uma família. São coisas totalmente diferentes. Como já observava o pai da economia política, Adam Smith, no século XVIII, “o comportamento que pode ser considerado sensato para uma família pode ser ruinoso para um reino”.

*Como sair dessa armadilha? A LRF continua em vigência e é até difícil falar contra, tal a campanha feita.*

**Sérgio Miranda** – Mesmo sabendo dessas dificuldades, para mim a pior posição é fazer autocrítica do voto dado contra a LRF, como fez o ministro Pallocci. O PCdoB não faz autocrítica do seu voto, mantém sua crítica. Esse é um enfrentamento contra o pensamento dominante, hegemonizado pelo setor financeiro. É um bom combate, que os que lutam por um país mais justo não devem ter medo de travar.

*A defesa da LRF explora a repulsa que há na sociedade à irresponsabilidade e à desonestidade que, de fato, existem na gestão pública brasileira. Contra isso, a legislação existente já é o bastante para as punições cabíveis?*

**Sérgio Miranda** – Certas expressões merecem ser examinadas atentamente e submetidas à crítica. Quer maior irresponsabilidade do que a do Copom, que eleva abusivamente a taxa de juros? A média dos juros reais nos países emergentes é de 3%. E o Brasil paga 13,5%. Isso é que é irresponsabilidade. Mas a LRF não trata de corrupção. Para combater a corrupção existem a lei do colarinho branco, a lei da improbidade administrativa e vários instrumentos legais. Se existe muito ladrão na administração pública não é por falta de legislação. Existem leis que não são cumpridas. Mas a LRF não trata disso. É uma lei de finanças públicas. Visa controlar a ação do administrador para cumprir os compromissos com o setor financeiro. Pode roubar à vontade, desde que pague as dívidas financeiras em dia. É essa a lógica da LRF.

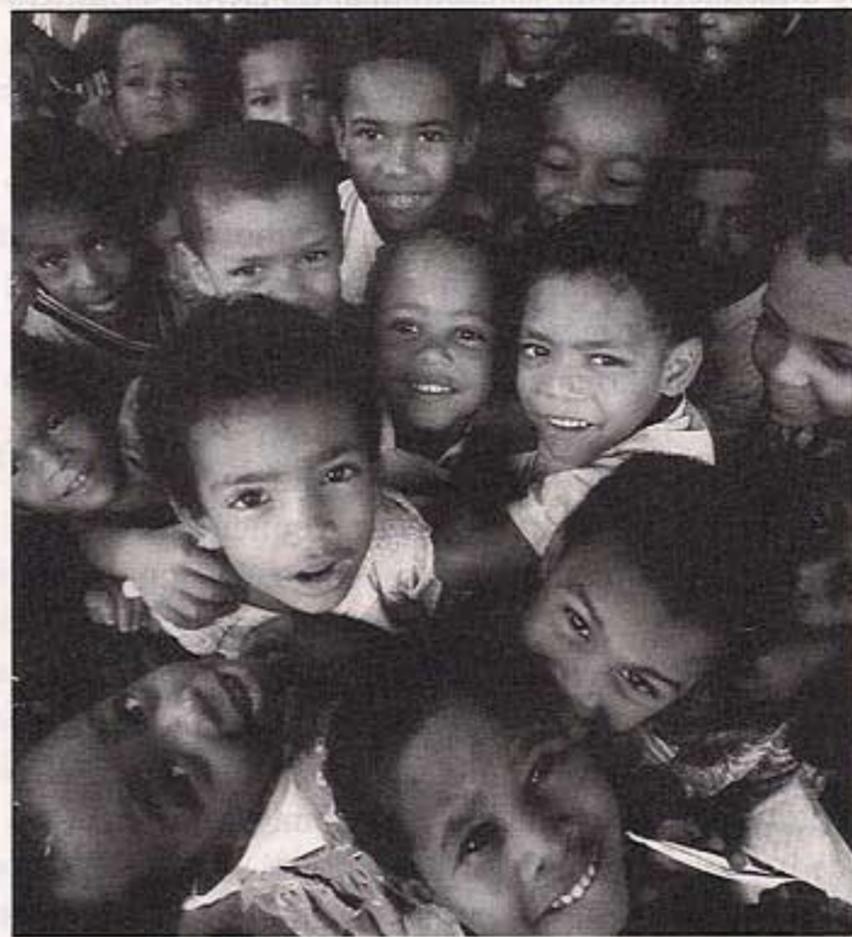
*Adalberto Monteiro é jornalista e editor de Princípios. Colaborou Gisela Mendonça.*

# Contribuições da biologia à luta contra o racismo

**As pesquisas genéticas confirmam o que historiadores e sociólogos já sabiam: a unidade da espécie humana. As raças não existem**

Verônica Bercht

**A**s ciências biológicas, assim como as ciências sociais, deram durante muito tempo estatuto científico ao racismo. Nelas, ele baseava-se especialmente na afirmação de que a espécie humana era composta de três grandes raças e cada uma delas tinha atributos intelectuais e comportamentais específicos que justificavam uma hierarquia biologicamente estabelecida. Quem pensava assim via na prática social a comprovação dessa hierarquia. O conceito de raça – ou subespécie – era, portanto, o alicerce científico



Arquivo

para o passo seguinte, o racismo e seu corolário, a superioridade racial de um grupo privilegiado.

A principal pergunta pertinente às ciências biológicas sobre esta questão é: a espécie humana é, objetivamente, composta por raças diferentes? Respondida esta pergunta poderíamos então partir para a seguinte: uma raça é superior a outra?

Essas questões receberam respostas diferentes ao longo dos últimos 200 anos. Hoje, o desenvolvimento e o acúmulo dos conhecimentos sobre a evolução da espécie humana, fornecidos principalmente pela paleoantropologia e pela genética, estabeleceram provas irrefutáveis sobre a inexistência de raças na espécie humana e desmascararam a camisa de força imposta por cientistas para adequar a realidade à prática social e à ideologia.

Podemos identificar duas posturas bem marcadas em relação ao conhecimento científico. Uma delas considera o fato científico como a revelação da verdade. Assim, o experimento científico, ou descoberta, é apresentado como um fato isolado, sem relação com outros fatos, científicos ou não, e totalmente alheio ao desenvolvimento científico e histórico que o antecedeu, e o fato é então incorporado como uma “verdade” científica que, por sua vez, é cultuada como solução para o problema que suscitou a pesquisa.

No outro extremo estão os que percebem que as promessas feitas com base na “verdade científica” nem sempre se realizam; que sabem que a ciência é feita por homens e mulheres com suas ideologias, e que, hoje, a prática científica baseia-se nos mesmos mecanismos capitalistas que regem as sociedades atuais. Por isso, negam a validade da metodologia científica para a aproximação do conhecimento da realidade, que em última análise, para eles, é inalcançável.

Essas duas posturas, apesar de distintas, têm a mesma consequência: invalidam a prática científica como instrumento para o conhecimento da realidade, negam os benefícios que esse conhecimento pode representar para a humanidade e,

acima de tudo, impedem a análise crítica da ciência atual. Com isso, esvaziam as propostas de luta para a democratização e socialização dos conhecimentos científicos e de suas aplicações e para a reorientação dos objetivos da prática científica, atualmente definidos pela organização capitalista e neoliberal da sociedade.

Para entendermos o estágio em que a ciência se encontra é necessário ter em mente que por trás de toda prática científica estão as idéias, que, por sua vez, são resultado do contato do homem com a natureza, com os outros homens e suas criações. As ciências biológicas não são exceção à regra. Elas também estão imersas no universo ideológico, e o debate sobre a existência de raças biologicamente definidas na espécie humana é uma demonstração de que a ciência e a ideologia são inseparáveis e de como é tortuoso o caminho que nos leva ao conhecimento da realidade. Mas, é, ao mesmo tempo, a demonstração de que a ciência pode nos dar elementos importantes para o entendimento do mundo em que vivemos e auxiliar na proposição de lutas para torná-lo mais justo e mais humano.

A origem da variedade de seres que habitam nosso planeta é uma questão fundamental das ciências biológicas. Elas têm, em sua origem, a concepção religiosa judaico-cristã que estabelecia a origem divina das espécies e, até 1858, quando Charles Darwin publicou *A origem das espécies e a seleção natural*, acreditava-se que elas eram fixas, criadas por Deus, e as variações entre os indivíduos de uma mesma espécie não passavam de imperfeições nas criaturas, provocadas pelas falhas do mundo material. Os mesmos argumentos explicavam a existência das raças humanas e estabeleciam os níveis hierárquicos entre elas. A versão bíblica (Gênesis 9, 18-27) conta que quando Noé e seus filhos Sem, Cam e Jafé saíram da Arca, Cam cometeu uma irreverência contra o pai que, para puni-lo, o condenou ao sofrimento no tórrido continente

*A espécie humana é muito nova na face da Terra – surgiu há apenas cerca de 160 mil anos, tempo insuficiente para que houvesse se diferenciado em raças.*

africano e à eterna escravidão: “Maldito seja Canaã! Que se torne o último dos escravos dos irmãos”. A descendência dos três filhos de Noé teria formado, segundo essa interpretação religiosa, as raças que se espalharam pelos diferentes continentes.

Essa concepção predominou nas ciências biológicas até mesmo depois de Darwin ter mostrado que as espécies não eram fixas, mas resultado de um longo processo de transformações sucessivas. Numa época em que, de um lado, a prática da escravidão estava no auge e, de outro, a ciência não dispunha de elementos para compreender a evolução humana – a paleoantropologia ainda engatinhava à procura de fósseis dos ancestrais humanos e não se conheciam os mecanismos de herança das características dos seres vivos – a ciência biológica europeia, é bom lembrar, associava traços culturais que não conseguia entender à variedade física dos povos, alegando que eram determinados pelo clima onde esses povos viviam. Assim, os traços culturais dos povos asiáticos e africanos eram associados às suas características físicas e como essas culturas eram consideradas inferiores à cultura europeia, que então procurava se impor nas diversas colônias, os povos mongolóides e negróides eram considerados inferiores.

Pode-se dizer que essas idéias predominaram nas ciências biológicas até o início do século XX, acaçapando as visões discordantes. O desenvolvimento de dois ramos das ciências biológicas, a paleoantropologia e a genética evolutiva, na primeira metade do século XX, e a ameaça representada pelas idéias nazistas e eugenistas durante a Segunda Guerra Mundial foram determinantes para destronar temporariamente aquela concepção no âmbito das ciências biológicas. E após a derrota do nazismo, mesmo biólogos conservadores, como Edward O. Wilson, um dos fundadores da sociobiologia, diziam que a noção de raça ou subespécie era tão arbitrária que deveria ser abandonada. Não auxiliava na classificação de plantas e animais e nem no entendimento dos fenômenos evolutivos. Ao contrário, confundia-os.

A teoria neodarwinista, proposta na virada dos anos de 1940 por Ernst Mayr, Theodosius Dobzanky e Julian Huxley, reuniu a teoria da evolução proposta por Darwin com os achados de

Mendel e as novidades da nascente genética das populações, mas ainda mantinha em suas bases o dogma da Criação. Aceitava a evolução das espécies como um processo progressivo em cuja base estão as espécies inferiores que gradativamente progredem até chegar ao ápice dominado pela figura humana, como se a evolução seguisse um plano previamente traçado. O neodarwinismo propõe que a evolução consiste no surgimento de novas variantes de genes em grupos isolados de uma espécie; essas variantes surgem ao acaso provocadas por mutações e não ocorrem de maneira homogênea em toda a espécie. Gradualmente, sob a ação da seleção natural, as variantes genéticas que conferem vantagens adaptativas aos indivíduos do grupo são incorporadas ao seu patrimônio genético. O isolamento e o acúmulo progressivo de mutações em seu patrimônio genético torna-o, ao longo do tempo, incompatível com a espécie original – definindo uma nova espécie. As raças ou subespécies, por sua vez, seriam os estágios intermediários desse processo.

Esta teoria não rompeu com as idéias racistas que, ao contrário, a evocavam para afirmar que as raças negra e amarela seriam estágios anteriores e inferiores da raça branca e inspirou correntes reacionárias, como a sociobiologia e o ultradarwinismo.

Mas o neodarwinismo expôs também a fragilidade do conceito de raça, subespécie ou variedade ao demonstrar como sua significância depende do momento do processo evolutivo de uma certa espécie. Como saber se as variações observáveis dentro de uma espécie dariam vantagens evolutivas aos seus portadores a ponto de diferenciá-los numa raça? Em que momento um conjunto de variações poderia conferir *status* de raça a uma população? Inspirou, também vários estudos que tentaram quantificar a variação genética entre populações de uma mesma espécie, inclusive na espécie humana. Esses estudos mostraram que a variação genética entre indivíduos de uma mesma população humana é menor do que a variação entre indivíduos de “raças” diferentes. Outros estudos demonstraram que os traços que orientam as noções de raças – a cor da pele, o formato do nariz e dos lábios e o tipo de cabelo – não são típicos de cada “raça”. Existem, por exemplo, pessoas de pele clara e pessoas de pele

escura portadoras de cabelos crespos, ondulados e lisos; de nariz achatado e de nariz aquilino; de lábios finos ou carnudos. As variações genéticas para cada uma dessas características estão espalhadas em toda a população humana.

### **Raça, um conceito ideológico, e não biológico**

A luta contra as idéias racistas foi intensa. Apesar dos avanços posteriores à Segunda Guerra Mundial, o debate sobre a existência de raças recrudescceu na década de 1970, quando foram publicados livros como *O Macaco Nu*, de Desmond Morris, *Gene Egoísta* de Richard Dawkins e *Socio-biologia* de Edward O. Wilson. As idéias racistas e deterministas dessas obras, fartamente divulgadas pela imprensa da época, foram atacadas por cientistas progressistas, de inspiração marxista, como Richard Lewontin, Steven Rose, Leon Kamin, Marcel Blanc, Stephen J. Gould, entre outros, que promoveram uma verdadeira campanha de divulgação de experimentos e pesquisas científicas e demonstraram como as idéias apresentadas por aqueles autores não tinham fundamentos científicos e eram, apenas, conclusões de ordem moral e ideológica.

Nessa época os livros do paleontólogo Stephen J. Gould começaram a chegar às livrarias mostrando que a teoria neodarwinista não era a única explicação para a origem de espécies novas. Uma das idéias combatidas por Gould é a de que as raças ou subespécies são estágios transitórios do processo de especiação. Ele é veemente no combate à idéia de que a evolução é um processo de “melhoramento” das espécies e de que há uma hierarquia entre elas. Ao contrário, ele defende que a seleção natural é um fator menor na origem das espécies e considera que o acaso é o principal motor da evolução. O acaso representado por catástrofes naturais, por alterações gradativas no ambiente, por mutações

genéticas ou alterações mais profundas no material genético são responsáveis pelo desaparecimento da maior parte das espécies e pelo surgimento de novas. Algumas idéias de Gould (muitas delas inspiradas em colegas que no início do século foram solapados pela força do neodarwinismo, como Richard Goldschmidt), foram reconhecidas e incorporadas por cientistas como Ernst Mayr, fundador do neodarwinismo.

Na segunda metade do século XX os achados de fósseis de ancestrais humanos acrescentaram novos argumentos contra a existência de raças ao mostrarem que a espécie humana é muito nova na face da Terra – surgiu há apenas cerca de 160 mil anos, tempo insuficiente para que houvesse se diferenciado em raças. Além disso, mostraram que o inter-cruzamento, ao contrário do isolamento, é uma característica da espécie impossibilitando a ocorrência do processo de especiação neodarwinista.

Atualmente, portanto, é consenso de que não existem raças biologicamente definidas entre os homens. Mesmo tendo destruído o conceito biológico de raça humana, não será a ciência que destruirá o racismo, cujas origens não são científicas e nem fazem parte da natureza humana. O racismo também não é um mero problema de atitude, um preconceito residual do tempo da escravidão, como a visão liberal tradicional deseja. As origens do racismo são ideológicas e suas bases se mantêm na medida em que o racismo reforça o sistema capitalista. As conclusões da paleoantropologia e da genética de populações, no entanto, devem ser incorporadas à luta contra o racismo com a mesma veemência que as conclusões pseudocientíficas o foram a seu favor em tempos de triste memória.

*Mesmo tendo destruído o conceito biológico de raça humana, não será a ciência que destruirá o racismo, cujas origens não são científicas nem fazem parte da natureza humana.*

Verônica Bercht é bióloga e jornalista.

## Por trás da pele branca, todas as cores

Os estudos feitos pela equipe da Universidade de Minas Gerais – formada por Sérgio Pena, Denise R. C. Silva, Juliana Alves Silva e Vânia Prado, do Departamento de Bioquímica e Imunologia, e por Fabrício R. Santos, do Departamento de Biologia Geral – estão entre os que mostram como os caracteres aparentes dizem pouco sobre a nossa origem.

O senso comum nos diz que um brasileiro de pele escura é afro-descendente e outro de pele clara é descendente de europeus, mas essa é uma conclusão equivocada. O grupo de pesquisadores analisou dois conjuntos de genes diferentes em brasileiros que se autoconsideram brancos. Um deles encontra-se no cromossomo Y, que é herdado do pai apenas pelos filhos do sexo masculino. O outro faz parte do DNA mitocondrial (a mitocôndria é aquela organela encontrada em todas as células, responsável pela produção da energia celular). O DNA mitocondrial é herdado da mãe por filhos e filhas.

Estes dois conjuntos de genes foram escolhidos para estudo por apresentarem duas características importantes: eles são herdados de apenas um dos pais e eles não sofrem recombinação genética. Isto é, os filhos do sexo masculino recebem uma cópia idêntica deste bloco de genes (haplótipo) do cromossomo Y do pai, da mesma forma como filhos e filhas herdam uma cópia do haplótipo do cromossomo mitocondrial da mãe. E essas características tornam esses blocos de genes, do cromossomo Y e do cromossomo mitocondrial, verdadeiros “marcadores” de linhagens paternas (patrilinhagens) e maternas (matrilinhagens), e permitem contar a história genética da espécie humana. O conjunto de genes inicial presente entre os primeiros *Homo sapiens* e ainda hoje encontrado entre bosquímanos !Kung que vivem no Sul da África foi sendo alterado por mutações ao longo das centenas de milhares de anos, à medida que os homens migraram para novas regiões. Essas mutações ocorreram em momentos específicos da história da migração humana pelos diferentes continentes e, como os fósseis, registram essa história.

Ao analisar uma amostra da população brasileira que se autoconsidera branca, o grupo de pesquisadores encontrou sete haplogrupos diferentes do cromossomo Y; todos eles, explicam os pesquisadores, chegaram ao Brasil através da imigração europeia.

A análise desses marcadores levou Sérgio Pena e sua equipe à conclusão que mais de 90% das linhagens paternas de brasileiros brancos descendem de europeus, e somente, 2% descendem de africanos.

Contudo, nas linhagens maternas os resultados encontrados foram bem diferentes. A análise do DNA mitocondrial, que é o marcador genético destas linhagens, é mais complexa, pois ele é bem mais diversificado que o cromossomo Y. Os pesquisadores encontraram 171 haplótipos diferentes, distribuídos em três grupos distintos de linhagens: africanas, ameríndias e europeias, que se apresentam com uma distribuição relativamente uniforme na população branca brasileira – 33% de linhagens ameríndias, 28% de linhagens africanas e 39% de linhagens europeias –, distribuição bem diferente da encontrada para o cromossomo Y.

A distribuição desses haplogrupos mitocondriais por região no Brasil também está relacionada à história da colonização. No Sul, chama a atenção a maioria (66%) dos haplótipos europeus, o que reflete a ampla imigração da Europa para a região nos séculos XIX e XX, de um lado, e a minoria das matrilinearmente africanas associada à menor utilização de mão-de-obra escrava na região.

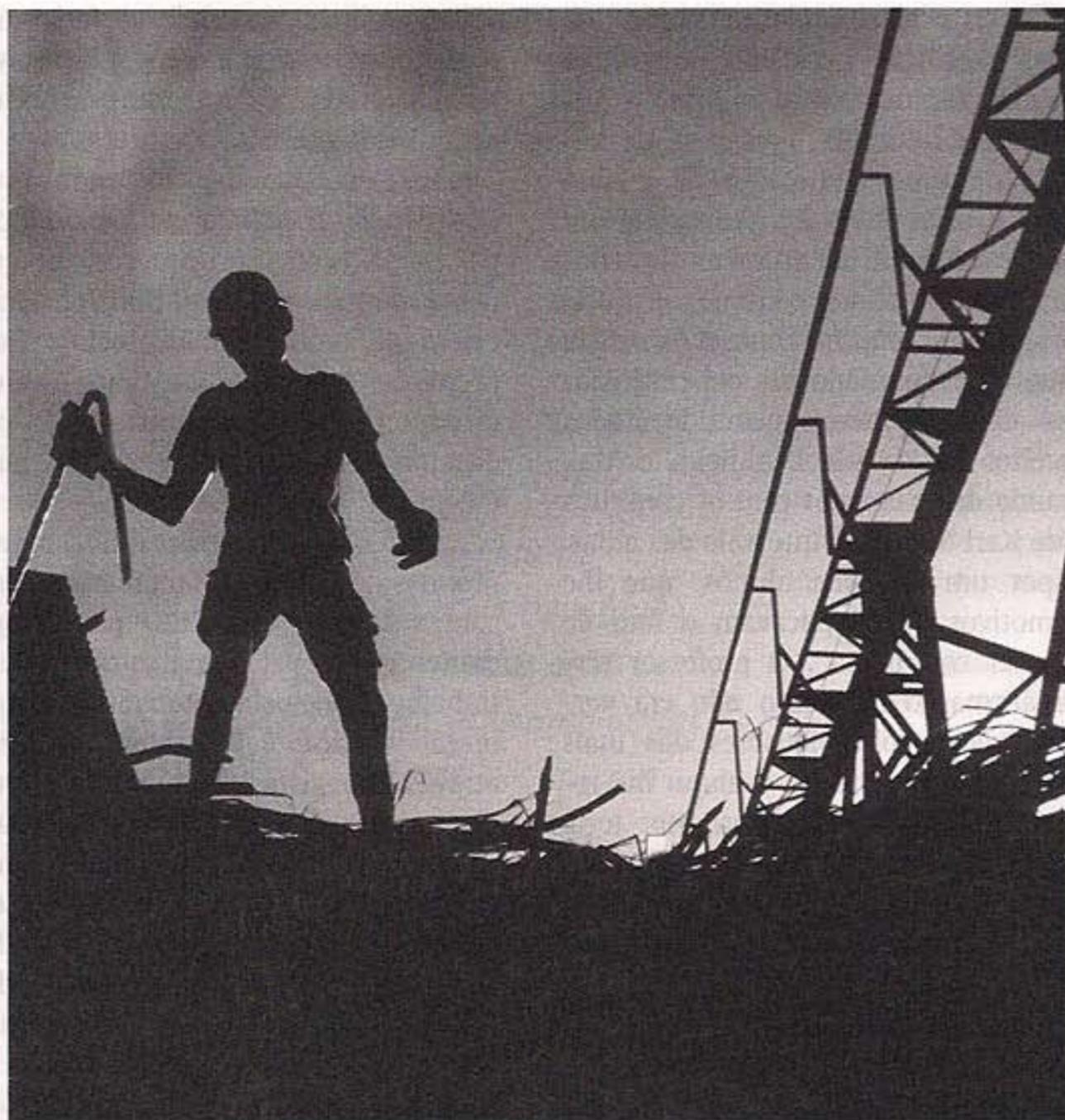
No Norte, 54% das matrilinearmente são ameríndias e reflete a maior presença indígena em relação aos africanos entre os trabalhadores forçados da região. A principal atividade econômica no Norte era o extrativismo, realizado, principalmente, pela população indígena.

No Nordeste, predominam matrilinearmente africanas (44%), refletindo a concentração de trabalhadores escravizados nos latifúndios localizados no litoral.

Mesmo no Sudeste, onde se concentrou a imigração europeia, e que é visto como o Brasil branco, há uniformidade da distribuição das linhagens.

Os dados levantados pelo estudo feito pelos cientistas da UFMG reafirmam a inexistência de raças humanas e expõem a diversidade genética da população brasileira. Somos descendentes de africanos, índios e europeus. A natureza triétnica da população brasileira, a partir de ameríndios, africanos e europeus, já havia sido afirmada por vários autores como Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro, entre tantos outros. E, como dizem os pesquisadores mineiros, “os dados que obtivemos dão respaldo científico a essa noção” (VB).

(Nota: Uma versão mais completa do estudo aqui resumido foi apresentada no artigo “Nossa história, nossos genes”, de minha autoria, publicado na revista *Princípios* nº 59, nov/dez-2000 / jan-2001, p. 50.)



## *Vinte anos de formação sindical classista*

**Em abril de 1985 surgia o Centro de Estudos Sindicais (CES),  
voltado para o fortalecimento do sindicalismo classista**

Augusto César Petta e  
Paulo Camargo Cruz

**I**niciamos este artigo relatando duas situações verídicas ocorridas nos anos 1970, em plena ditadura militar: a primeira refere-se a um professor de sociologia de uma instituição de ensino superior de São Paulo e a segunda a um militante comunista que vendia chocolate em Campinas.

O referido professor – no mês que o jornalista Wladimir Herzog foi assassinado nas dependências do DOI-CODI – depois de ter transmitido a seus alunos os conceitos básicos de Durkheim e Max Weber, iniciou uma de suas aulas com os conceitos fundamentais de Karl Marx. No intervalo das aulas, foi abordado por um de seus alunos, que lhe perguntou os motivos que explicavam o fato de “todo sociólogo ser comunista”. O professor respondeu que a afirmação do aluno não era verdadeira, pois há sociólogos defensores das mais diversas concepções. Prontamente, o aluno lhe revelou trabalhar no DOI-CODI e, portanto, teria conhecimento de que todos os sociólogos presos eram comunistas. O professor sentiu-se seriamente ameaçado e teve enormes dificuldades para continuar as aulas após o intervalo...

Na mesma época, havia um militante comunista que, ao conhecer pessoas que julgasse confiáveis, propunha-se a visitá-los para oferecer e vender chocolate. Ao chegar às residências, apresentava diversos tipos de chocolate e durante o diálogo entregava folhetos críticos à ditadura militar e que apontavam para a necessidade histórica da luta anticapitalista e pela conquista do socialismo. Esta foi sua forma criativa de burlar a repressão, para poder transmitir suas idéias.

Em abril de 1985, um grupo de sindicalistas, comprometidos com a luta dos trabalhadores, resolveu fundar o Centro de Estudos Sindicais (CES), voltado para o fortalecimento do sindicalismo classista. Este grupo entendia a importância da formação política e sindical e, portanto, da luta ideológica, no enfrentamento às idéias das classes dominantes. Esse entendimento é proveniente dos estudos marxistas e da realidade objetiva; Lênin referiu-se, com muita ênfase, à necessidade de se travar a luta ideológica, que deve estar intrinsecamente relacionada com a luta econômica e com

a luta política. São dele as famosas frases: “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário” e “a teoria é a luz que ilumina o caminho da prática”.

João Amazonas, ao analisar a queda da experiência socialista na União Soviética e nos países do Leste Europeu conclui que “as causas dessa derrota se encontram, principalmente, na esfera da teoria, da ideologia”. Houve uma estagnação profunda da teoria, o que significa, evidentemente, um contra-senso em relação ao dinamismo teórico tão apregoado por Marx, Engels e Lênin.

Enfrentando enormes dificuldades financeiras – próprias de entidades progressistas que não contam com subsídios – o CES tem cumprido adequadamente o papel que lhe cabe. Desenvolveu seu trabalho, principalmente voltado aos cursos de formação sindical e à elaboração teórica, divulgada através da revista Debate Sindical, que já completa 19 anos de existência, em sua 51ª edição.

Com a fundação da Corrente Sindical Classista em 1988 e o seu desenvolvimento, e com o apoio oferecido por seus membros, o CES ganha novo alento para desenvolver suas necessidades.

O principal curso ministrado pelo CES é o Curso Nacional de Formação de Lideranças Sindicais, cujo conteúdo também é desenvolvido em entidades sindicais. Em sua última edição, em janeiro de 2005, 117 sindicalistas estiveram presentes. Deles, milhares de sindicalistas participaram desde a sua primeira edição em julho de 1992. Os seus custos são bancados por entidades sindicais, conveniadas ou não ao CES, que acreditam na formação sindical como o melhor meio para a qualificação de seus dirigentes.

São cursos cujos monitores utilizam técnicas que buscam a participação ativa dos sindicalistas. Muitos deles se capacitam a transmitir o conteúdo apreendido, em suas respectivas entidades. Evolução das sociedades, origem e papel dos sindicatos, concepções sindicais, história do movimento sindical, transformações no mundo do trabalho, conjuntura política e sindical, saúde do trabalhador, noções de Filosofia e Economia, importância da formação política e sindical, importância da oratória para os dirigentes sindicais são os temas que com-

põem as duas fases do Curso Nacional de Formação de Lideranças Sindicais (realizado semestralmente). Após a conclusão das duas fases, o CES promove seminários sobre temas específicos. Em julho de 2005, o seminário abordará o tema Sindicato, Partido e Estado.

Já a *Debate Sindical*, que desde o início se propôs a ser uma revista de análise, polêmica, e de intercâmbio de experiências, ganhou credibilidade. Por sua linha editorial séria e ampla, sem chavões ou sectarismos, passou a ser respeitada inclusive pelos que discordam de suas opiniões. Pelas páginas da revista já passaram inúmeros intelectuais e sindicalistas importantes. Trata-se de um instrumento importante para a formação política e sindical. O leitor acompanha as principais questões que atingem o movimento sindical. É, hoje, a única revista especializada sobre o tema, que tem conseguido se viabilizar.

A partir de 2002, o CES iniciou trabalho na área de formação e qualificação profissional, em parceria com a Secretaria de Educação e Formação Profissional de Santo André, desenvolvendo um programa para trabalhadores da construção civil, atendendo a mais de três mil alunos.

O sindicalismo atravessa uma profunda crise ocasionada pela nefasta influência do neoliberalismo e pelas alterações estruturais ocorridas no mundo do trabalho com o advento do processo de reestruturação produtiva, que provocaram um aumento significativo do desemprego e a deterioração das condições de trabalho. Há necessidade de se elaborar novas estratégias sindicais para o enfrentamento desta crise.

A chegada de Lula à Presidência da República, fruto da luta desenvolvida pelo povo brasileiro, coloca para todos nós outros desafios. Não basta apoiarmos ou discordarmos da política do Governo. É necessário fundamentarmos nossas análises, para podermos elaborar propostas que caminhem no sentido do desenvolvimento econômico, com valorização do trabalho e distribuição de renda. Portanto, o CES tem um importante papel a cumprir neste novo contexto.

Acreditamos que a nossa luta por um Brasil desenvolvido economicamente, com a redução das desigualdades sociais, ainda dentro dos marcos do

sistema capitalista – se concretizada – será um passo rumo à transição para o socialismo. Portanto, vivemos sob a égide da democracia burguesa, buscando acumular forças. Apesar de todas as dificuldades apresentadas pelo Governo Lula – que ainda não conseguiu imprimir ao país uma nova política econômica voltada ao atendimento das necessidades do povo brasileiro – vivemos um período de liberdades democráticas, que não podemos subestimar.

Se comparada com a situação vivida pelo professor de Sociologia e pelo vendedor de chocolates e por tantos outros militantes que enfrentaram a implacável repressão da ditadura militar, o momento atual permite-nos desenvolver o trabalho de formação com maior intensidade.

Por isso e pela necessidade premente de capacitar os sindicalistas e de formar novos quadros que darão continuidade à luta desenvolvida, devemos concentrar nossos esforços nesse trabalho de formação política e sindical.

O praticismo, que envolve amplamente o movimento sindical, exige tratamento imediato para a sua superação. A necessidade premente de dar resposta aos inúmeros problemas e dificuldades com que se defrontam, desvia os dirigentes sindicais de um dos aspectos mais importantes da sua militância: a leitura, o estudo, a elaboração de análises, a contribuição para o dinamismo da teoria. Não podemos permitir que o processo de formação seja colocado em plano inferior. Mergulhados em inúmeras tarefas que a atividade sindical requer, em geral não conseguem encontrar tempo para estudar, elaborar, e refletir sobre a função que desenvolvem e sobre as experiências históricas importantes. Realizar as tarefas é de fundamental importância, porém é necessário saber se estão sendo realizadas no sentido dos objetivos mais gerais das transformações a que nos propomos. O caminho do futuro deve ser construído no presente, a partir da análise dos erros e acertos cometidos no passado.

---

Augusto César Petta é coordenador de formação sindical do Centro de Estudos Sociais e Sindicais 1º de maio (CES), diretor da CONTEE e do SINPRO-Campinas; e Paulo Camargo Cruz é Bacharel em Ciências Sociais pela FFLCH-USP.

# Os 80 anos de A Classe Operária o jornal de esquerda mais antigo do país

**Com uma história de bravura e heroísmo, na maior parte sob rigorosa clandestinidade, o jornal cumpriu seu compromisso de informar e orientar a luta dos comunistas e dos trabalhadores brasileiros**

Apolinário Rebelo

**A** história do jornal *A Classe Operária* se confunde e se funde com a vida do Partido Comunista do Brasil. O jornal completou 80 anos no último primeiro de maio, uma trajetória repleta de heroísmo, de dedicação aos interesses dos trabalhadores brasileiros e de profundo vínculo com nossa pátria e com a solidariedade internacional.

*A Classe Operária* é herdeira da tradição marxista de imprensa, que vem desde a *Nova Gazeta Renana*, fundada por Marx e Engels em 1948, na Prússia Renana, região regida pelo código napoleônico que

não reconhecia o crime de opinião.

A imprensa comunista ganha feições mais claras em 1902, quando Vladimir Ilitch Lênin escreve o livro *Que Fazer?* e defende a idéia de um jornal “que se difundisse regularmente em dezenas de milhares de exemplares por toda a Rússia. Este jornal seria uma parte de um gigantesco fole de uma forja que aticasse cada centelha da luta de classes e da indignação do povo, convertendo-a num grande incêndio”. Essa percepção vinha sendo amadurecida desde 1900 com a fundação do periódico *Iskra* (A Centelha), veículo que ajudou a consolidar a concepção política da tática e da estrutura orgânica de partido na Rússia.

## Os primeiros passos da imprensa comunista

A imprensa operária no Brasil tem início com o surto industrial iniciado na segunda metade do século XIX. Eram folhetos e panfletos denunciando as condições de trabalho e de vida. Na virada do século XX aparecem dezenas de jornais sindicais com forte conteúdo político e contestatório, redigidos por lideranças anarquistas italianas e brasileiras.

Mas a imprensa comunista só ganha nitidez com a fundação da revista *Movimento Comunista* em janeiro de 1921 e que circula por 30 meses com uma tiragem de 36 mil exemplares, média de 1,2 mil exemplares.

O jornal *A Classe Operária* surge como uma necessidade para a divulgação da ação do Partido Comunista. Em 1º de julho de 1923, a Internacional Comunista escreveu à direção do PCB pedindo que esta suspendesse a publicação da revista *Movimento Comunista* e passasse a editar um jornal operário de massas. Seguindo essa orientação, “em 22 de fevereiro de 1925, núcleos do Rio de Janeiro e Niterói iniciam uma conferência que decide o lançamento de um jornal de massas”.<sup>(1)</sup>

Octávio Brandão, primeiro editor do jornal diz que “inspirou-se no livro *Que Fazer?*, de Lênin”. “Em março e abril, prossegue Brandão, dirigi uma campanha de propaganda, ... distribuição de folhetos (...) uma rede de comitês (...) a máquina ilegal, clandestina (...)”<sup>(2)</sup> e em 1º de maio de 1925 surgia o jornal *A Classe Operária*.

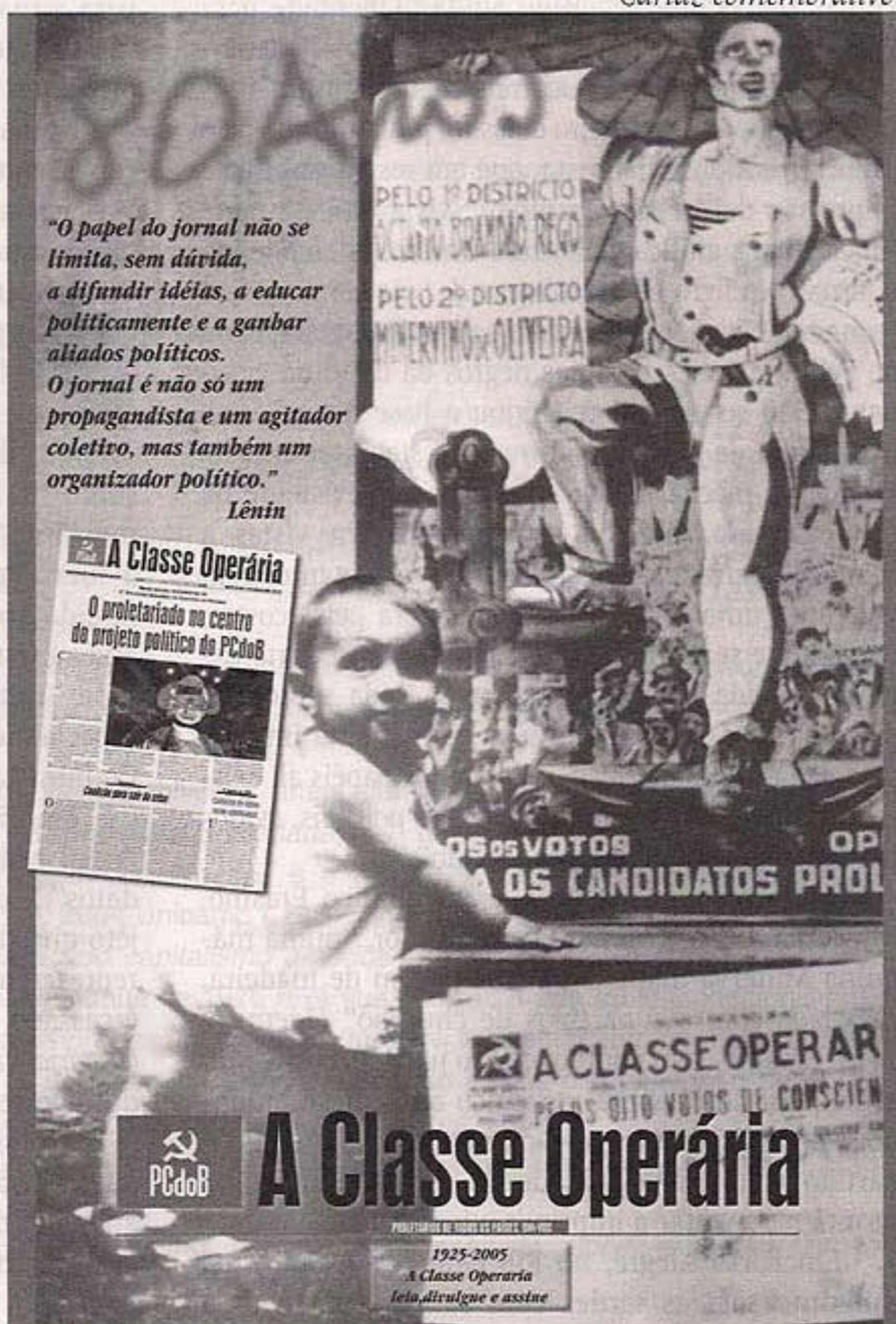
O primeiro número surgiu com 5 mil exemplares. “Em seu número 12, foi proibido de circular; reapareceu em 1928; em meados de 1929, a redação foi invadida e depredada”.<sup>(3)</sup>

No início dos anos 30, o jornal

envolve-se na campanha contra o fascismo em ascensão no mundo e na luta contra a crise econômica do país e as contradições e limites do governo de Getúlio Vargas. Em novembro de 1931, diz em manchete que “As medidas da burguesia para resolver a crise do café” impõem que “os sacrificados sejam sempre os colonos, os camaradas, os lavradores pobres”.

Em março de 1935, diz que “os trabalhadores resolverão a crise – lutando e pegando em armas contra os esfomeadores do Brasil”. Estava dada a senha preparativa da insurreição de novembro daquele ano.

*Cartaz comemorativo.*



Em agosto de 1937, o jornal percebe a radicalização à direita do governo e diz que Vargas trama uma ditadura contra o povo do Brasil”, fato que ocorre com o Golpe do Estado Novo em novembro de 1937.

### História de anônimos e heróis

Consumado o golpe do Estado Novo, o jornal continua circulando na mais rigorosa clandestinidade. Na edição número 108, de janeiro de 1938, o partido denuncia os “Três Meses de Ditadura Getulista” e afirma que há “Um só caminho para a derrubada do fascismo getulista: União de Todas as Forças Democráticas.” Pede ainda “Liberdade para Prestes e todos os demais presos políticos – Anistia”.

É nesse período que ocorrem três acontecimentos dignos de nota. O primeiro deles foi protagonizado pelo cabo Jofre Alonso da Costa, que era responsável pela impressão de *A Classe Operária*, e vivia na casa onde funcionava a gráfica do Partido e morreu defendendo o jornal. No livro *Cinquenta Anos de Luta* conta-se que “uma noite viu a casa cercada pela polícia gestapeana de Felinto Muller, nos dias negros da ditadura getuliana. Não se intimidou: minou a base da máquina impressora da CO e o quarto onde estava camuflada, acendeu a mecha, pulou a única janela existente na pequena casa, tiroteou sem cessar, com vistas a romper o cerco policial, tombando, entretanto, sem vida após uma rajada de metralhadora pelas costas, certamente sorrindo por ainda ter ouvido a forte explosão havida concomitantemente. Nada sobrou da pequena casa suburbana, nem da máquina impressora da CO, nem da tipagem, nem dos papéis ali existentes. Nada caiu nas garras dos cães policiais, ávidos por documentos secretos do Partido”.<sup>(4)</sup>

Outra história é a do operário gráfico Erasmo. Imprimia *A Classe Operária* em Salvador, “numa máquina Minerva manual e com tipagem de madeira, mesclada com alguns tipos de chumbo” (Idem, p. 172). Erasmo, sem contato com o partido, conservou a máquina impressora por cinco anos, desmontando-a periodicamente para manutenção e quando o partido voltou à legalidade, lá estava a máquina pronta para voltar a imprimir o jornal.

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, uma militante saía às tardes com saia rodada e uma

bandeja de doces. Vendia-os de porta em porta, e nas portas previamente estabelecidas sacava dos bolsos de sua saia os exemplares do jornal e entregava-os aos militantes do partido, recolhia o dinheiro e fazia o jornal cumprir seu objetivo.

### O auge da imprensa comunista

Esse período de rigorosa clandestinidade tem fim em 1º de maio de 1946, quando o jornal volta a circular. Nesse período que se segue, o PCB passa a ter a segunda rede de comunicação do país, perdendo apenas para os diários associados, de Assis Chateaubriand. O Partido tinha agência noticiosa, curso para jornalistas, seis jornais semanais destinados a várias categorias sociais e oito jornais diários nos principais centros urbanos do país.

Numa entrevista, em março de 2000, João Amazonas conta que em 1960, por volta da realização do V Congresso Nacional do PCB, a direção do Partido havia tomado as providências para alugar um prédio de cinco andares no centro do Rio Janeiro para abrigar o complexo da comunicação partidária.

Na edição de 29 de junho de 1946, o partido convoca a III Conferência Nacional, marcada para o mês de julho daquele ano. O jornal traz um informe sobre “A luta do PCB por uma Constituição Democrática”. Em setembro de 1946, o jornal defende a luta “Por um governo de confiança nacional e liquidação do pequeno grupo fascista”. Denuncia que a existência legal do Partido está sob risco e que uma “camarilha fascista enquistada no governo, especialmente contra a existência legal do Partido Comunista”.

Em 25 de novembro de 1947, o número 100 do jornal pede “Ação de Massas em Defesa dos mandatos”, e denuncia a “inconstitucionalidade do projeto que tinha por objetivo cassar os mandatos dos representantes comunistas”. Mesmo assim o partido é cassado em 7 de maio de 1947 e o jornal *A Classe Operária* vai para a clandestinidade. Em 1948, sob dura perseguição o jornal sai de circulação.

*A Classe Operária* volta com toda força em 1962, após a cisão do Partido Comunista. Em março desse ano, o PCdoB reativa *A Classe Operária*, sob a editoria de Maurício Grabois e Pedro Pomar. Inicialmente um mensário, mais tarde semanário. Em abril de 1962,

publica o manifesto “Em Defesa do Partido”.

Nesse período faz oposição ao governo João Goulart e considera que “são paliativas as reformas de base”. O jornal opõe-se à “demagogia janguista”; e afirma que “enfrentar a crise é marchar pelo caminho revolucionário”.

Em agosto de 1963, anuncia o rompimento do PCdoB com a União Soviética. O “Partido Comunista do Brasil Responde a Kruschev”. Kruschev era o líder do Partido Comunista da União Soviética e havia feito críticas públicas ao Partido Comunista do Brasil, acusando seus dirigentes como responsáveis pela divisão do movimento comunista no Brasil. Nesse mesmo número denuncia as articulações golpistas para derrubar o governo Jango.

### A luta contra a ditadura e pela democracia

Em março de 1964, após o golpe militar, o jornal deixa de circular e só volta em 1º de maio de 1965. Entre 1964 e 1985 o jornal passa a ser ditado na mais rigorosa clandestinidade. Suas edições saem com formatos variados, mas continua a cumprir seu papel de orientador das fileiras partidárias.

Em novembro de 1967, homenageia e denuncia a morte do “Guerrilheiro Heróico, a morte de Ernesto Che Guevara”. Na edição de novembro de 1969, no nº 35, as dez páginas do jornal fazem uma homenagem ao “27 de Novembro”, quando ocorria “Há 34 anos a insurreição nacional libertadora”. O jornal coloca o desafio de se forjar um “Partido de Ação Política” para interferir de forma mais constante na vida política nacional. Na edição de agosto de 1972, *A Classe Operária* noticia as “Ações corajosas no Pará”, exalta a Guerrilha do Araguaia e o crescimento da oposição à Ditadura.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, o jornal defende o fim da ditadura, ajuda na mobilização da campanha das Diretas Já em 1983/84. De-

fende a ida das forças democráticas ao colégio eleitoral para derrotar a ditadura. Defende a posse de José Sarney após a morte de Tancredo Neves. O jornal continua circulando clandestinamente até em maio de 1985, quando volta à legalidade, juntamente com o Partido.

*A Classe Operária* apresenta as propostas do PCdoB para a Assembléia Nacional Constituinte e acompanha todos os debates. Dá ampla divulgação à primeira eleição direta pós-64 para presidente da República, apoiando Lula contra Collor em 1989.

E nesses últimos anos procura ampliar sua identidade com a militância comunista e continua a orientar os militantes e dirigentes do PCdoB em sua ação, sobretudo os localizados no interior do Brasil e que ainda não dispõem de meios eletrônicos de informação.

*A Classe Operária* faz 80 anos com o compromisso de sempre. Ser de trabalhadores voltados para os interesses fundamentais dos trabalhadores, isto é, a transformação progressista da sociedade. *A Classe Operária* continua a cumprir o preceito defendido por Lênin de ser um jornal que informa, orienta, forma, educa, organiza, mobiliza e constrói o Partido Comunista.

*A Classe Operária* é o jornal de esquerda mais antigo do país. Está entre os mais antigos entre todos os jornais que circulam no Brasil, mas sem dúvida alguma foi o mais perseguido. Seus compromissos com o povo, sua fidelidade ao socialismo e ao desenvolvimento nacional foram os elementos que ajudaram a construir essa trajetória de heroísmo e sobretudo são esses compromissos que lhe garantem uma vida longa.

*Apolinário Rebelo é jornalista e autor do livro A Classe Operária, aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional.*

### Notas

- (1) PCB, 1922-1982, *Memória Fotográfica*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 16.
- (2) BRANDÃO, Octávio, *Combates e Batalhas - Memórias*, 1º Vol, Alfa-Omega, 1978, p. 305.
- (3) SODRÉ, Nelson Werneck, *Contribuição à História do PCB*, São Paulo, Global, 1984, p. 322.
- (4) CINQUENTA Anos de Luta – Documentos, Lisboa, Ed. Maria da Fonte, 1975, p. 171/172.

# Sobre ética e valores

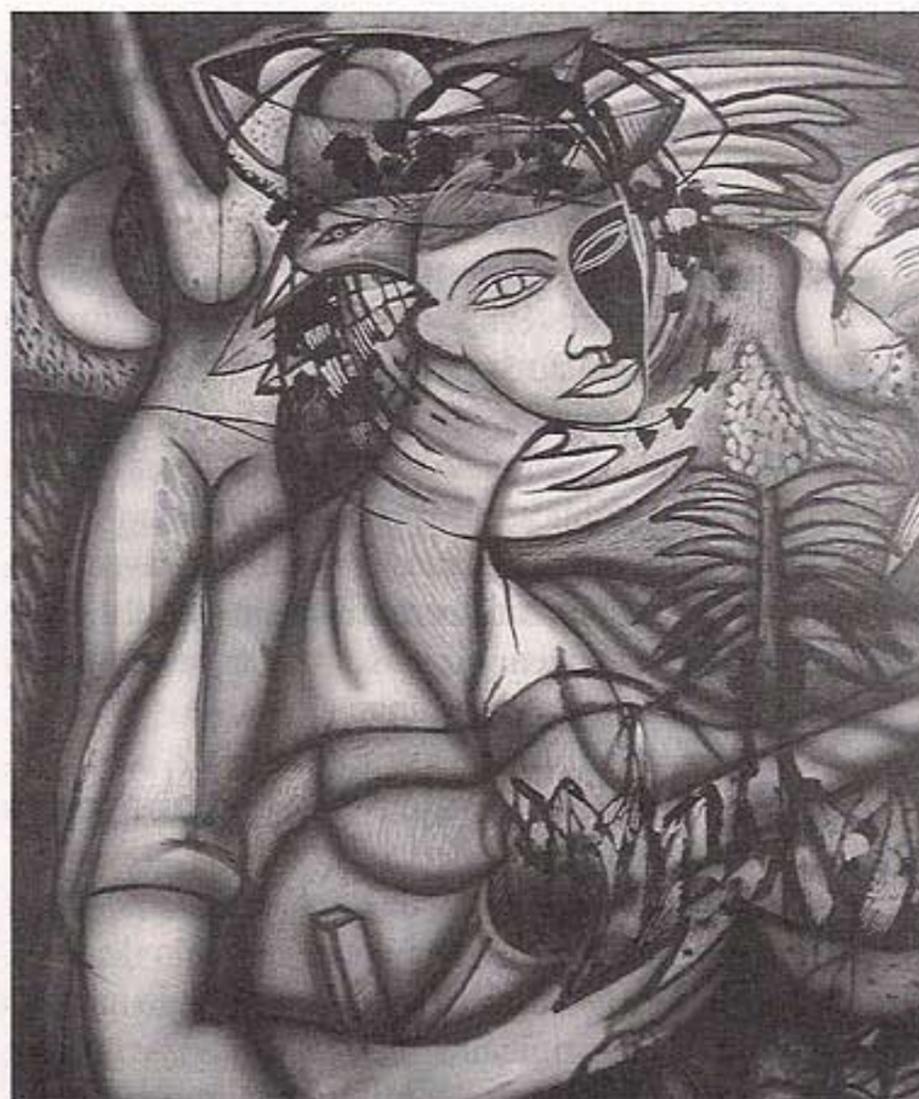
**A ideologia dominante difunde a falta de valores, o que é apenas aparente, uma vez que toda sociedade tem sua ética e suas referências**

Olivia Rangel Joffily

**A** ética voltou a ser um dos temas mais abordados do pensamento filosófico contemporâneo. Que mudanças ocorreram no mundo para trazer a questão da moral à tona com tanta ênfase? Sem dúvida a crise de paradigmas provocada pela derrota da experiência socialista está no centro dessa preocupação. Os blocos ideológicos desmoronaram, a hegemonia das metrópoles capitalistas (sob a égide dos Estados Unidos) é total. É difícil pensar no futuro após a desintegração dos países do Leste europeu e a realidade de um mundo unipolar.

A ideologia dominante coloca na moda a falta de valores. No entanto, esta ausência é apenas aparente, uma vez que, evidentemente, toda sociedade tem sua ética e suas referências. E o valor dominante hoje, na sociedade neoliberal, pode ser traduzido por uma só palavra: dinheiro. Por ele pode-se tudo: negociar sua dignidade, seu corpo, sua liberdade. Em nome dele, tudo se transforma em mercadoria: os ideais, as crenças, as esperanças.

Em decorrência dessa concepção dominante,



Carlos Tato Ayres

vivemos, como previa Marx na *Miséria da Filosofia*, num “tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos de economia política, o tempo em que qualquer coisa, moral ou física, tendo-se tornado valor venal, é levada ao mercado para ser apreciada por seu valor adequado”.

O ideal que o sistema capitalista prega só pode ser alcançado por alguns, às expensas da maioria. Esta é a essência do capitalismo. As relações econômicas assumem um caráter impessoal, dando a impressão de serem puramente relações objetivas de mercadorias entre si, com as quais nada têm a ver considerações morais (Pompe: 2001)<sup>(1)</sup>. Isso não significa que dentro do próprio sistema não existam valores morais conflitantes com o padrão dominante. Mas a própria natureza deste sistema econômico cria seus “valores morais” que, na prática, colocam na marginalidade as manifestações de uma ética humanitária (Pompe 2001).

No capitalismo, que surge historicamente defendendo liberdade, igualdade e fraternidade, estes lemas perderam totalmente seu significado e só são invocados em favor de um pequeno grupo de privilegiados e multimilionários.

### O que é mesmo ética?

O termo ética tem sido muito invocado em nosso cotidiano com significados diversos, nem sempre indicando a mesma coisa. Essa multiplicidade de significados também aparece nas discussões filosóficas da Grécia Antiga. Entretanto, mesmo sendo uma palavra usada com sentidos e intuítos muito diferentes ética se refere sempre ao que um dado grupo social entende como o que deve ser o bom comportamento humano. Sendo assim, as discussões sobre ética se referem aos modos de valorar os próprios comportamentos e o das outras pessoas e, também, aos parâmetros que servem para orientar essas ações.

O termo ética tem origem no termo grego "ethos", que significa costumes e hábitos sociais. Já a palavra moral tem origem no termo "mores", do latim, e tem o mesmo significado. No entanto, historicamente, esses conceitos foram adquirindo significados diferentes. Alguns autores definem moral como conjunto de princípios, crenças, regras que orientam o comportamento das pessoas nas diversas sociedades e ética como reflexão crítica sobre a moral e também como a própria realização de um tipo de comportamento. Outros autores, por sua vez, procuram distinguir as duas palavras, usando o termo moral para os códigos de valores diferentes e específicos que existem e o termo ética para a busca de valores universais, que seriam válidos no âmbito da humanidade como um todo e não apenas em um grupo específico (Ernica: 2003)<sup>(2)</sup>.

Os valores morais são juízos sobre as ações humanas que se baseiam em definições do que é bom/mau ou do que é o bem ou o mal. Eles são imprescindíveis para que possamos guiar nossa compreensão do mundo e de nós mesmos e servem de parâmetros pelos quais fazemos escolhas e orientamos nossas ações. Esses valores são desenvolvidos pela consciência humana, ao longo da história.

Mas os seres humanos, embora tendo uma origem animal, precisam transformar sua natureza. A intermediação da consciência é decisiva para a constituição da ação humana. O homem transforma a natureza por meio do trabalho. E, ao transformar a natureza em relações sociais de produção, cria um mundo material próprio e produz também as idéias. As esferas ontológicas, inorgânica e orgânica, continuam existindo e de-

las os seres humanos não podem prescindir. Mas, obviamente, quanto mais complexo se torna o ser social tanto maior será o número de mediações entre o inorgânico e o orgânico, de um lado, e o ser social, de outro, sendo este o realizador das mediações.

Em outras palavras, a premissa é a de que o reino da necessidade cria o primeiro impulso da construção da história que se dará no sentido da busca permanente do homem da realização de suas necessidades e carências, partindo das bases naturais com que conta: seu patrimônio corporal e uma dada natureza. Como afirmam Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*<sup>(3)</sup>, o homem se distingue do animal pela consciência de que é portador e que lhe permite conceber, por exemplo, uma casa, antes de construí-la. Num primeiro momento, o homem produz para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência; num segundo, para satisfazer as necessidades que vão se criando na medida em que a base material vai sendo modificada por essa ação e esse é o primeiro ato histórico.

O ponto de partida da história não pode, portanto, ser a idéia. É a vida material que determina, em última instância, a consciência. No entanto, Marx e Engels também consideravam que, ao serem assimiladas pelas massas, as idéias adquirem força material. Não por acaso, historicamente, o trabalho de pensar, de desenvolver teorias, foi se transformando em função de um segmento privilegiado da classe dominante, enquanto o trabalho manual passava a ser exercido pelos explorados. Ao tomarmos parte da vida social, vamos desenvolvendo uma vida interior marcada por representações das relações que estabelecemos conosco, com os outros e com o meio externo a nós. O desenvolvimento da consciência e da linguagem nos permite trazer à consciência nossas necessidades, vontades e nossos desejos.

### A ética é histórica

Portanto, ética, assim como os valores que defende, é um conceito constituído historicamente. Como o pensamento dominante de uma época é o pensamento da classe dominante, o mesmo vale para a ética. Portanto, os valores defendidos pelo capitalismo são os valores do capitalismo e não a expressão "natural" (ou seja, determinada pela natureza) de uma determinada situação social. A exploração do

homem pelo homem não é natural. Faz parte de um determinado momento histórico, o da luta de classes.

Criados na vida social para orientar as ações humanas e regular a relação entre as pessoas os valores morais não têm validade universal. Têm significado apenas em um contexto específico, no quadro de uma cultura determinada, e têm existência histórica porque são criações humanas e por isso podem ser alterados.

Um comportamento considerado correto e aprovável em um certo momento pode ser avaliado como ruim e profundamente reprovável em outro. Uma sociedade escravista não pode defender fraternidade e igualdade para todos.

Durante milênios, as mulheres foram consideradas inferiores aos homens. As concepções de Santo Agostinho a respeito do gênero feminino tornaram-se herança de todas as gerações subseqüentes de cristãos e influenciaram o pensamento político e psicológico do Ocidente. Como podemos ver, os valores morais não estão organizados em uma tábua de prescrições de condutas, que levam automaticamente a uma vida boa. Ao contrário, eles são criações humanas ligadas às condições de vida historicamente criadas.

A ética é uma criação humana, um reflexo das necessidades e desejos, esperanças e aspirações do homem em sua própria consciência. Este reflexo surge sempre das condições materiais, do processo em desenvolvimento e das relações existentes em todo lugar em que o homem cria suas necessidades vitais e de reprodução. Os conceitos morais mudam da mesma forma que as condições materiais de vida, as forças de produção e as relações produtivas e não podem ser em nenhuma época mais elevados que o nível da estrutura sócio-econômica.

A ética é um conjunto de ideais e de obrigações, cuja base se encontra em determinadas aspirações de bem-estar, justiça e direito. A vida social é impossível sem certos princípios, regras e ideais que prescrevem a maneira como os indivíduos têm de se relacionar um com o outro ou diante de uma situação determinada. Ao tratar-se de uma sociedade dividida em classes, os conflitos morais refletem as divisões classistas e tratam de justificar as relações econômicas existentes, ou de mudar essas relações. Com base nesse posicionamento, os conceitos de bem, de justiça e outros similares tomam seu significado e as mudanças propostas nestas condições devem realizar-se de acordo com as

necessidades e os interesses do setor mais amplo ou da minoria da menor comunidade social. Não há uma identidade universal, quando se trata do justo e do injusto, do que é desejável ou indesejável. Os homens fazem seus juízos relacionando-os com suas necessidades e desejos, os quais operam e se condicionam mutuamente uns aos outros segundo as sociedades correspondentes e segundo as condições em que os homens vivem dentro destas sociedades.

### A ética tem classe

Existem, há tempos, condições concretas para a produção de artigos materiais suficientes para garantir uma existência decente para todos os seres humanos. No entanto, em vez de observarmos uma melhoria das condições de vida das populações em geral, constatamos que o fosso entre ricos e pobres aprofunda-se em todo o mundo. As causas da pobreza e da exploração não podem ser explicadas, portanto, pela escassez de alimentos e produtos, mas sim pela forma de apropriação e distribuição desses produtos. Residem nas relações econômicas do capitalismo, fundadas sobre a propriedade privada dos meios de produção.

Ser ético, na atualidade, segundo Heller<sup>(4)</sup>, significa atuar em defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores e das instituições por meio das quais esses direitos e interesses são preservados – entidades democráticas e populares, sem as quais não há perspectiva de avanço humano. A tentativa para resolver os problemas atuais, recorrendo às chamadas verdades morais universais e eternas, ao “bem comum” da humanidade em abstrato, corre o grave risco de ser simplesmente um gesto vão e até de obstaculizar as soluções possíveis. Quando a moral se apresenta como uma esfera autônoma, segundo Marx, trata-se de uma moral alienada: suas exigências se opõem rigidamente às particularidades da vida individual e a moral esmaga o indivíduo, tal como o esmagam a Justiça e o Estado. Mas a moral também se acha alienada quando os interesses de uma classe tornam-se um postulado moral “natural” para os indivíduos que a integram (Heller: 1970:120).

Para Marx e Engels, não existe o homem abstrato como conceito absoluto, mas sim o homem real, que estabelece uma relação real com outros homens e com a natureza. Sobre esta base real levanta-se na socieda-

de a superestrutura política, jurídica, cultural e consciente, que emerge como reflexo das necessidades advindas da base econômica desta sociedade. A consciência social representa um conjunto de concepções políticas, jurídicas, morais e religiosas, artísticas, filosóficas, científicas etc. A filosofia marxista busca entender as doutrinas éticas, segundo suas bases reais e não as proclamadas, mostrando que na sociedade não existe ética independente dos interesses, fundamentalmente econômicos, dos homens. Portanto, numa sociedade dividida em classes sociais, como a capitalista, não existe ética acima das classes. Antes de classificar os homens que atuam na história como bons ou maus, é indispensável entender o mundo objetivo material dos homens e as necessidades objetivas que dele emergem. Como afirmava Engels<sup>(5)</sup>,

*“É preciso, na história da sociedade, investigar as verdadeiras alavancas da história, é necessário não se deter tanto nos objetivos dos homens isolados, por mais importantes que sejam, como aqueles que impulsionam as grandes massas, os povos em seu conjunto e, dentro de cada povo, grupos inteiros, é preciso estudar não só as explosões rápidas, mas as ações contínuas que se traduzem em grandes transformações históricas. É preciso pesquisar as causas determinantes que se refletem na consciência das massas, que atuam, e de seus chefes – os chamados grandes homens”.*

A visão de socialismo científico de Marx, de Engels e de Lênin não se confunde com uma utopia moralizante. O socialismo constitui o objetivo de avançar no progresso da humanidade, proporcionando a cada homem o máximo do que necessita. Por isso, os principais preceitos da nova sociedade são as palavras de ordem histórica, que Marx e Engels deram ao movimento socialista: o fim da exploração do homem pelo homem, o fim da exploração de classes.

### A ética tem cor e tem gênero

O que significará defender uma ética revolucio-

nária hoje? Este é um grande enigma que desafia, sobretudo, a juventude. É preciso refletir muito. Discursos são, como dizia Guimarães Rosa, bolas de papel. Palavras vazias. Não adianta se dizer avançado, carregar bandeiras, posar de abnegado e, com o mesmo ímpeto, pisotear valores, desmerecer colegas, subestimar a companheira, ter agudo espírito individualista ou, no máximo, de grupo ou corporação. A pretexto da mudança, não podemos arquivar as “velhas” idéias que animaram o iluminismo, a defesa dos direitos dos cidadãos, o espírito de solidariedade.

Houve um tempo em que um revolucionário, um combatente, podia, ao mesmo tempo, ser um ditador em casa, oprimir mulher e filhos ou revelar preconceitos raciais. Isso ocorreu porque a teoria ainda não estava suficientemente desenvolvida e pouco se conhecia sobre os conflitos de gênero e as questões étnicas e culturais. Uma das grandes limitações da Revolução Francesa, de 1789, por exemplo, foi ter excluído as mulheres da cidadania. A feminista republicana Olympe de Gouges mostrou não ser possível ignorar a dominação-exploração de gênero nem a importância da luta das mulheres por sua libertação.

Mas o projeto neoliberal busca naturalizar a exploração de classe, os preconceitos e discriminações, reforçando o machismo, a xenofobia, o racismo, o individualismo do “salve-se quem puder”. Por isso, repetindo Heller, ser ético hoje significa atuar em defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores (eu acrescentaria das mulheres, dos negros, dos oprimidos, em geral) e das instituições pelas quais esses direitos e interesses são preservados, entidades democráticas e populares, que se encontram ameaçadas e sem as quais não há perspectiva de progresso humano.

*Olivia Rangel Joffily é professora do Departamento de Psicologia da PUC-SP*

### Notas

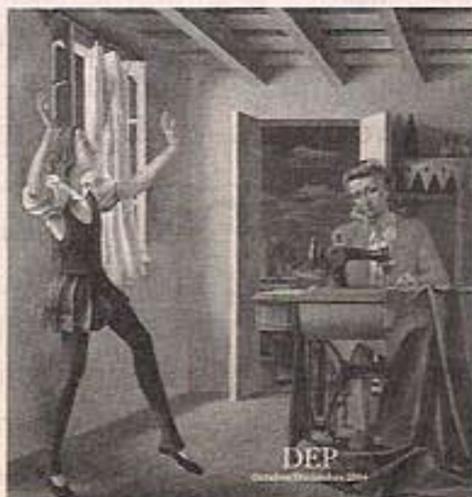
- (1) POMPE, Carlos. “Ética, questão de classe”. *A Classe Operária*, edição 201, ano 76, de 17/5/2001.
- (2) ERNICA, Maurício. *Cidadania decidir entre humanos*. Sessão “O assunto é”, Sítio Educared.org.br Retirada em setembro de 2004.
- (3) MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- (4) HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- (5) ENGELS, Friedrich. “Ludwig Feuerbach e o fim de filosofia clássica alemã”. *Obras Escolhidas Marx/Engels*, volume III, Alfa-Ômega, São Paulo.

Começou a circular uma nova e promissora publicação na área de relações internacionais, a Revista *DEP* (Diplomacia, Estratégia e Política), editada pelo Ministério das Relações Exteriores. Trata-se de uma importante iniciativa, que surge para se somar ao crescente número de vozes que, no mundo político, acadêmico e social, se somam na defesa da unidade e integração da América do Sul.

Em seu primeiro número, a *DEP* apresenta, como cartão de apresentações, artigos dos chanceleres dos doze países que compõem o subcontinente. Neles, fica nítida a crescente sinergia política que vai tomando conta dos países sul-americanos em torno do ideal integracionista. Mas ficam nítidos igualmente, os percalços políticos, todavia existentes para a consecução plena dessa integração.

O texto do chanceler brasileiro, Celso Amorim, "Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula", é uma importante peça no sentido de esclarecer qual o sentido estratégico dos avanços operados em nossa política exterior nesse governo, e quais suas conseqüências em termos de um projeto nacional, plenamente integrado a nosso entorno geopolítico. O chanceler parte da vinculação estreita entre a "fé cega" no modelo neoliberal e as "crises sócio-políticas" produzidas por estes na região. Adiante, talvez numa resposta aos céticos, apresenta nossa política externa de verniz avançado como "instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do país", estando "profundamente enraizada nos interesses e esperanças do povo brasileiro", pelo que "é nacional, sem deixar de ser internacionalista". A seguir, o ministro explicita os avanços: a gestação da Comunidade Sul-americana de Nações; a aproximação com outros países em desenvolvimento; a criação do G-20 no âmbito das negociações comerciais multilaterais; a luta contra a fome e a pobreza; a defesa de um mundo multipolar; a participação bra-

## Os caminhos da unidade sul-americana



sileira no Haiti; a rejeição, pelo Brasil, da invasão e ocupação do Iraque, dentre outros.

Outros artigos que chamam a atenção, pela identidade de posições, são os dos chanceleres argentino e venezuelano. O primeiro, Rafael Bielsa, em texto cujo título já diz a que vem – "A

política exterior da Argentina no quadro da integração regional" – apresenta a idéia de que "as rupturas experimentadas pela política externa argentina foram as mesmas sofridas pela própria vida do país" – quem acompanhou o período Menem, por exemplo, e sua sistemática sabotagem do Mercosul, dará razão ao argentino. O chanceler venezuelano Jesús Arnaldo Pérez, por sua vez, segue na mesma toada, defen-

dendo posições similares e destacando inclusive "o relançamento comercial da Venezuela", dando como exemplo o fato de o Brasil ter ampliado "seus investimentos na Venezuela, como exemplifica sua participação na construção da linha 4 do metrô de Caracas e em uma nova ponte sobre o Rio Orinoco" – aludindo aos créditos concedidos pelo BNDES.

Mas se a *DEP* dá mostra, pelos textos dos chanceleres, da crescente unidade em torno da integração sul-americana também é verdade que apresenta os "elos fracos da cadeia" no subcontinente. No texto da colombiana Carolina Barco, por exemplo, é explicitada a política de "governabilidade democrática", isto é, a política fascistoide de Álvaro Uribe, aliado de primeira hora do imperialismo norte-americano no subcontinente com o "Plano Colômbia". Já a chilena Maria Alvear pratica um contorcionismo retórico ao afirmar num só texto que "nossa prioridade é a América Latina" e ao mesmo tempo defender o tratado de livre comércio Chile-EUA e a Alca – ignorando a explícita contradição entre ambos os movimentos.

*DEP: Diplomacia, Estratégia e Política, vol. 1, nº 1 (out. 2004), Brasília: Projeto Raul Prebisch, 2004*

Ronaldo Carmona

O livro *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia* foi inspirado num desses acervos de oficiais militares que, de modo mais ou menos direto, estiveram envolvidos no conflito. Trata-se de uma obra que será conferida pelos brasileiros interessados nesse significativo episódio da nossa História.

O livro foi escrito em parceria pelo jornalista Eumano Silva e pela estudante de Comunicações Taís Moais – filha do oficial que mantinha em sua posse os documentos. No livro, que busca a narração cronológica dos acontecimentos, não há uma unidade na elaboração – apenas os agradecimentos são separados. É impossível saber quem escreveu o que e com que propósito, visto que os autores não assinam individualmente os capítulos. Posto à luz com o indiscutível mérito de mostrar que existem, sim, os proclamados arquivos secretos – o rebento, entretanto, traz consigo indícios de um certo contágio.

Para o leitor mais atento as contradições vão transparecendo no desequilíbrio de valor entre o exame dos arquivos, que revisitam os autos inquisitoriais, e as informações oferecidas pelos documentos e depoimentos oriundos do partido protagonista da guerrilha – o PCdoB – e de seus aliados, que incluem elementos da igreja católica compulsoriamente envolvidos no conflito. Como o atrativo eleito consiste nas revelações dos arquivos oficiosos, o pêndulo força nessa direção algumas das principais conclusões, fazendo com que em determinadas ocasiões o conteúdo dos depoimentos, obtidos sob bárbaras torturas, ganhe o tom e a cor impositivos do rito oficial. Isso faz com que, na mesma linha de propaganda do regime militar – uma propaganda de guerra, mesmo que suja e avessa a todos os princípios abraçados pela Convenção de Genebra –, a disposição revolucionária dos combatentes mais jovens seja relativizada, como se arrefecessem ao inimigo pela falta da arraigada convicção dos mais velhos.

Mesmo que o livro reproduza algumas das exaustivas entrevistas com os que se deslocavam para o interior do País e não deixe de mencionar a bravura de guerrilheiras como Walquiria Afonso Costa, executada em 25 de outubro de 1974, e informações disponíveis

## Operação Araguaia

acerca da presença de João Amazonas e Mauricio Grabois, entre outros antigos dirigentes do comando político e militar guerrilheiro, à frente dessa preparação. Isso não evitou, em duas fotos legendadas, uma infeliz insinuação acerca da ausência de João Amazonas no início e na fase dos combates – fato exaustivamente

explicado por Elza Monnerat. Amazonas, que ia de São Paulo para a região, foi avisado, em Anápolis, da presença militar. No lugar dele, poderia estar Grabois e, nas circunstâncias, suas tarefas se alteravam radicalmente. A menos que, cumprindo o desejo da ditadura, se entregasse.

Também é incompreensível a insistência dos autores em perguntar por que o PCdoB não assumia a paternidade da guerrilha. Há uma contradição atrelada à estranha persistência militar em culpar o hoje sociólogo Pedro Albuquerque, que saiu da área com a mulher, grávida, em junho de 1971, cerca de dez meses antes do início da guerrilha. Em algumas passagens os autores dizem que, apesar de preso e submetido a torturas hediondas, ele não revelou o nome de ninguém. Noutras, insistem na versão de que as forças oficiais foram para a região do Bico do Papagaio após sua prisão, quando a historiografia informa que manobras militares foram ativadas ali muito antes da prisão de Albuquerque. Quanto à descoberta da área de atuação, prevalece o argumento de José Genoíno Neto – preso no dia 14 de abril de 1972, dois dias depois da chegada dos militares: havia a clara orientação para os guerrilheiros o abandonarem caso alguém “caísse”. Lúcia Regina de Souza Martins, que saiu da área bem depois de Albuquerque, em dezembro de 1971, desaparecendo de um hospital em Anápolis, conta com a simpatia dos autores.

No entanto, o raciocínio que absolve um é inútil para outro, fazendo, com dois pesos e duas medidas, glorificação e linchamento. Velhas coisas da surrada polícia política são olímpicamente ignoradas pelos autores, como se, nas devidas épocas e proporções, Tiradentes e seus mártires inconfindentes pudessem ser balizados pela célebre peça da polícia lusitana produzida com o sangue e retalhos da carne dos revoltosos – *Os Autos da Devassa*. Luis Carlos Antero



# A maior homenagem que Olinda pode receber da gente já está sendo feita. Todos os dias.

Para cuidar de um lugar que é patrimônio histórico da humanidade é preciso, primeiro, conhecer sua história. Só assim se aprende a valorizar suas origens e preservar sua memória. É isso que o povo de Olinda sempre desejou para sua cidade. É isso que a Prefeitura Popular de Olinda faz. Parabéns, Olinda, pelos seus 470 anos.



# 1945-2005

## 60 anos da vitória contra o nazi-fascismo

Houve comemorações em todo o mundo, em maio, pelos 60 anos da vitória dos povos contra o nazi-fascismo – simbolizada pelo fim da II Guerra Mundial. O papel destacado que jogou a ex-União Soviética nesse processo voltou a ser reconhecido, bem como a importância do socialismo para a derrota definitiva de Hitler e seu projeto – face cruel do capitalismo em decomposição.

Vitória que o poeta Carlos Drummond de Andrade registrou nestes versos que celebram a chegada das tropas soviéticas à capital alemã

### COM O RUSSO EM BERLIM *Carlos Drummond de Andrade*

*(...) Eu esperei na China e em todo canto  
Em Paris, Tobruk e nas Ardenas  
Para chegar, de um ponto em Stalingrado,  
Com o russo em Berlim.*

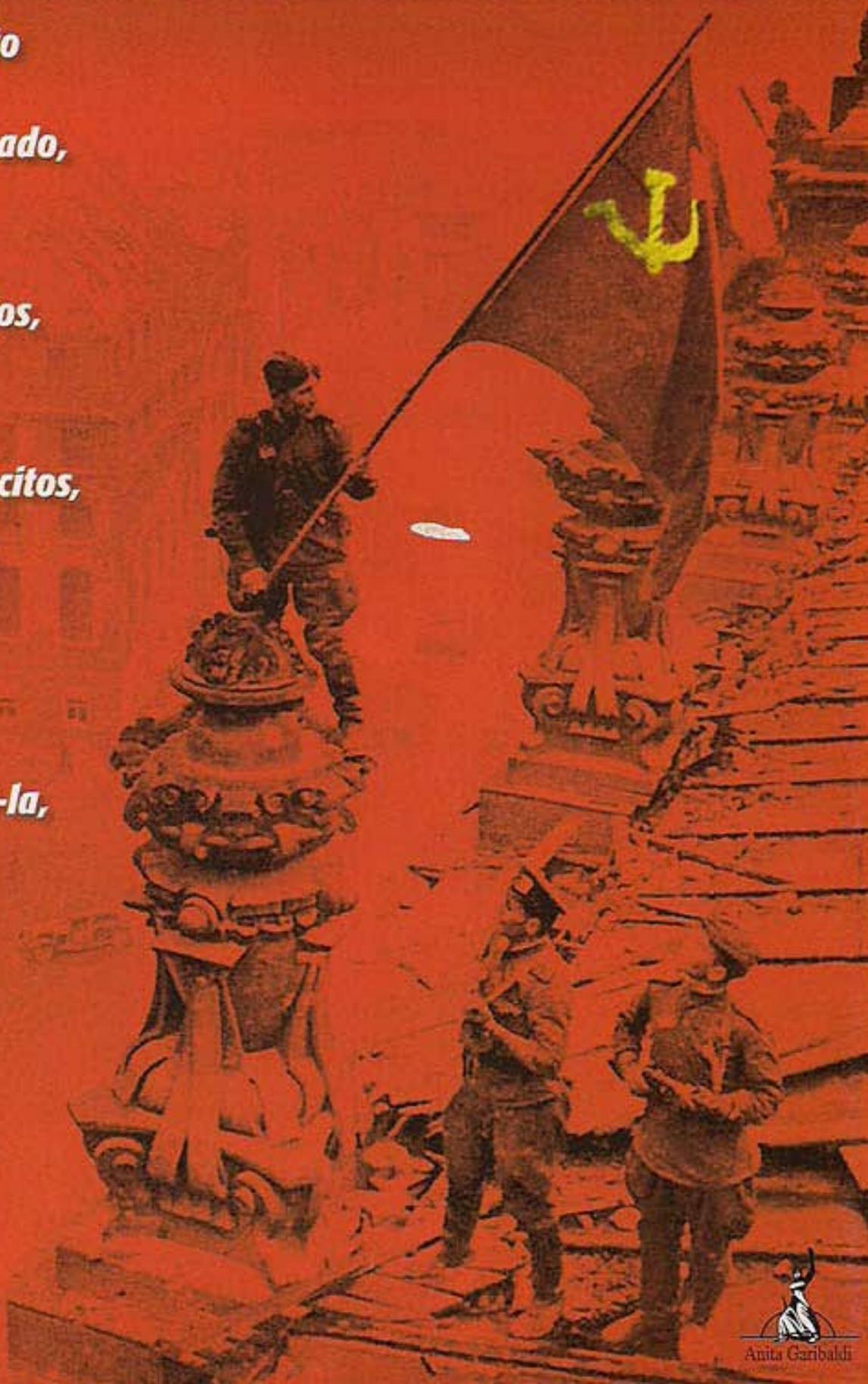
*Cidades que perdi, horas queimando  
Na pele e na visão: meus homens mortos,  
Colheita devastada, que ressurge  
Com o russo em Berlim.*

*(...) Olha a esperança à frente dos exércitos,  
Olha a certeza. Nunca assim tão forte.  
Nós que tanto esperamos, nós a temos  
Com o russo em Berlim.*

*Uma cidade existe poderosa  
A conquistar. E não cairá tão cedo.  
Colar de chamas forma-se para enlaçá-la,  
Com o russo em Berlim.*

*Uma cidade atroz, ventre metálico,  
Pernas de escravos, boca de negócio,  
Ajuntamento estúpido, já treme  
Com o russo em Berlim.*

*Esta cidade oculta em mil cidades,  
Trabalhadores do mundo, reuni-vos  
Para esmagá-la, vós que penetrais  
Com o russo em Berlim.*



ISSN 1415-7888  
79  
9 771415 788005